

ANais

**IV Seminário do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Pelotas**

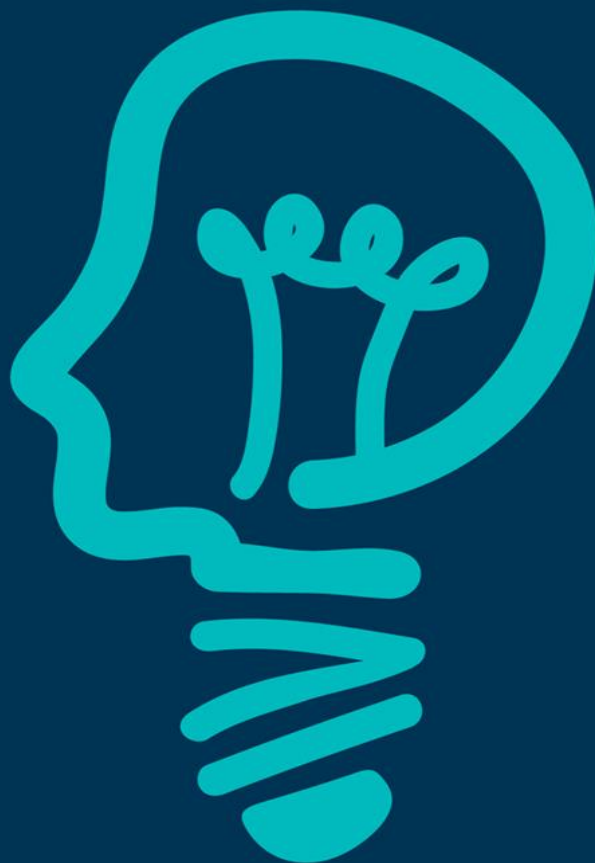
ISSN: 2359-0785

IV SEMP GEO

(Des)continuidades do pensar geográfico

04, 05 e 06 dezembro

PELOTAS - RS



Coordenação Geral

Adriano Luís Heck Simon

Débora Pinto Martins

Maurício Meurer

Pelotas, 04 a 06 de dezembro de 2017

ANAIS DO IV SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFPEL

“(DES)CONTINUIDADES DO PENSAR GEOGRÁFICO”

Dados de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Leda Lopes - CRB-10/2064

S471a Seminário do Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de Pelotas (4. :
2017 : Pelotas, RS) [recurso eletrônico].
Anais do IV Seminário do Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Pelotas: (Des)continuidades do pensar geográfico /
coordenação de Adriano Luís Heck Simon; Débora Pinto
Martins; Maurício Meurer ; comissão organizadora Alex
Sandro Amaral Pereira et al. – Pelotas : Ed. UFPel, 2017.
209 p.

4.0 MB - eBook (PDF)
ISSN: 2359-0785

1. Geografia. 2. Espaço urbano e rural - produção. 3.
Análise ambiental. I. Simon, Adriano Luís Heck, coord.
II. Martins, Débora Pinto, coord. III. Meurer, Maurício,
coord. IV. Pereira, Sandro Amaral et al., org. V. Título.

CDD 910

**As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência, as
citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

4ª edição
Pelotas, 2017

COORDENAÇÃO GERAL

Adriano Luís Heck Simon
Débora Pinto Martins
Maurício Meurer

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alex Sandro Amaral Pereira
Ana Paula Melo da Silva
Bianca Sousa Barbosa
Camila Paula de Souza
Daniele Prates Macedo
Diego Noda dos Santos
Igor Armino Rockenbach
José Luiz Lourenço Ribeiro
Juliandersson Victoria Alexandre
Kainan Rodrigues dos Santos
Luciano Martins da Rosa
Maurício Mendes Von Ahn
Solange Otte Nörnberg
Tarsila Beatriz Viégas Mattoso

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriano Luis Heck Simon
Cesar Augusto Ferrari Martinez
Débora Pinto Martins
Erika Collischonn
Giancarla Salamoni
Giovana Mendes de Oliveira
Ligia Cardoso Carlos
Maria Regina Caetano Costa
Mauricio Meurer
Moisés Ortemar Rehbein
Robinson dos Santos Pinheiro
Rosangela Lurdes Spironello
Alex Sandro Amaral Pereira
Ana Paula Melo da Silva
Bianca Sousa Barbosa
Camila Paula de Souza
Daniele Prates Macedo
Igor Armindo Rockenbach
José Luiz Lourenço Ribeiro
Juliandersson Victoria Alexandre
Luciano Martins da Rosa
Maurício Mendes Von Ahn
Solange Otte Nörnberg

Realização



PPGeo
Programa de Pós-Graduação em Geografia
UFPel



Apresentação

Apresentamos os anais do **IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPel (SEMPGEO)**, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Pelotas (PPGEO). O título do evento “**(Des)Continuidades do Pensar Geográfico**” apresenta a temática central dos debates propostos pelos pesquisadores que organizaram e mobilizaram as atividades dessa edição.

Objetivou-se, ao longo do evento, a integração entre os discentes e os docentes do PPGEO e a troca de experiências e saberes com diferentes pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. Houveram distintos espaços de socialização de pesquisa, abordagens e conhecimento entre os participantes: palestras, minicursos, fóruns, apresentações orais e apresentações de painéis. Esses momentos proporcionaram, durante os dias do evento, uma grande rede de compartilhamento de ideias entre distintos pesquisadores.

O IV SEMPGEO abriu inscrições para apresentação de trabalhos nas modalidades oral (para pesquisadores da pós-graduação e profissionais) e painéis (pesquisadores da graduação), de acordo com as seguintes linhas de pesquisa: (1) Ensino de Geografia; (2) Produção do Espaço Urbano e Rural; (3) Análise Ambiental. Os resumos expandidos foram avaliados por professores e alunos do PPGEO.

A quarta edição do SEMPGEO ocorreu entre os dias 04, 05 e 06 de dezembro de 2017, no município de Pelotas – Rio Grande do Sul.

A Comissão Organizadora do IV SEMPGEO agradece as contribuições dos pesquisadores que submeteram seus trabalhos no evento, bem como aos participantes que estiveram envolvidos nas discussões propostas durante esses três dias. Concebe-se que as pesquisas apresentadas são deveras pertinentes de modo que, satisfatoriamente, divulgamos os trabalhos que fizeram parte da quarta edição do SEMPGEO.

Cordialmente,
Comissão Organizadora do IV SEMPGEO

Pelotas, 08 de dezembro de 2017

SUMÁRIO

Resumos Expandidos – Apresentação Oral

Eixo 1 – Ensino de Geografia	Página
A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SUPERVISORES DO PIBID/GEOGRAFIA UFPEL Bianca Sousa Barbosa; Lígia Cardoso Carlos	11
INVESTIGANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA: PIBID E ENCONTROS SOBRE O PODER ESCOLAR Bruna Mendes da Rosa; Lígia Cardoso Carlos	17
A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO NARRATIVA CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA 12ª EDIÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA Camila Paula de Souza; Liz Cristiane Dias	22
O PROTAGONISMO JUVENIL NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE SUA IMPORTÂNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR Diego Noda dos Santos; Lígia Cardoso Carlos	29
A EDUCAÇÃO E A GEOGRAFIA FRENTE AO CONTEXTO NEOLIBERAL: UMA ENGRENAGEM A FAVOR DA PERVERSIDADE OU UM HORIZONTE PARA UMA NOVA REALIDADE? Igor Armindo Rockenbach; Liz Cristiane Dias	35
CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NAS PESQUISAS AMBIENTAIS: AGRICULTURA URBANA COMO OBJETO José Luiz Lourenço Ribeiro; Liz Cristiane Dias	42
CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE ESPACIAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE Juliandersson Victoria Alexandre; Liz Cristiane Dias	49

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA E SABERES CONSTRUÍDOS NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS NOS ENCONTROS SOBRE PODER ESCOLAR Letícia Fonseca da Silva; Lígia Cardoso Carlos	56
A LEITURA DO AMBIENTE NA RELAÇÃO GEOGRAFIA-LITERATURA Luciano Martins da Rosa; Liz Cristiane Dias	63

Eixo 2 – Produção do Espaço Urbano e Rural	Página
PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS: A ESPACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO INOVADOR NO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL Alex Sandro Amaral Pereira; Giovana Mendes de Oliveira	70
APONTAMENTOS SOBRE O NOVO PARADIGMA ECONÔMICO: INCENTIVANDO O DEBATE Giovana Mendes de Oliveira	76
O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO RENASCER – CANGUÇU-RS Henrique Müller Priebbernow; Giancarla Salamoni	83
DO ESPÍRITO DO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM ENTRE GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA Luis Henrique Ferreira Dias; Renata Menasche	90
PRIVAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL Paloma da Silva Savian; Dinara de Vargas; Rivaldo Faria	96
A PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA LOCALIDADE DA GLÓRIA – CANGUÇU/RS Queli Rejane da Silva Konzgen; Giancarla Salamoni	103

Eixo 3 – Análise Ambiental	Página
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS CONFLITOS DE USO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ARROIO SÃO LOURENÇO Juliana Hubner; Gracieli Trentin	110

APLICAÇÃO E COMPARAÇÃO DE METODOLOGIAS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Solange Otte Nörnberg; Moisés Ortemar Rehbein

116

Resumos Expandidos – Apresentação de Painéis

Eixo 1 – Ensino de Geografia

Página

O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ATIVIDADE LÚDICA DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Yan Castro Lisboa; Márcia da Silva Jorge

124

METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DA GEOGRAFIA: DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA REDE PÚBLICA

Daniel Dias Lopes; Raul Cunha Fiori; Dione Lihtnov

130

OS AVANÇOS GEOTECNOLÓGICOS E OS NOVOS MEIOS DE INCLUSÃO DIGITAL

Elisandra Hernandes da Fonseca; Rosane Vieira da Silva; Angélica Cirolini; Alexandre Felipe Bruch

137

FASCÍCULO DIDÁTICO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE HOMENS E MULHERES NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE – RS

Nathália Bonow; Andressa Amaral dos Santos; Karen Laiz Krause Romig; Liz Cristiane Dias

144

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE: SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DO ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR

Luiza dos Anjos Lopes; Rosa Elena Noal

150

Eixo 2 – Produção do Espaço Urbano e Rural

Página

(IN)FLEXÕES ACERCA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CIDADE DE ERECHIM/RS

Johanna Beck Hiller; Samara Lima Farias; Lígia Maria Ávila Chiarelli

157

AS MARCAS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO POMERANA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA SERRA DOS TAPES – RS

Karen Laiz Krause Romig; Sandro de Castro Pitano

164

O SENSO DE LUGAR EM TRÊS BAIRROS DE PELOTAS: A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS Tulio Matheus Amarillo Souza; Gisele Silva Pereira	172
(IN)VISIBILIDADES NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA (2003 – 2015) NA SUB-REGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL Andressa Amaral dos Santos; Adriel Costa da Silva; Robinson dos Santos Pinheiro	179
ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE-RS Arlene Fehrenbach; Giancarla Salamoni	186
ESTRADA DO ENGENHO RESISTE: UMA LUTA POR DIREITO DE PERMANECER NO SEU LUGAR Adriel Costa da Silva; Andressa Amaral Dos Santos; Sidney Gonçalves Vieira	192
A EXPERIÊNCIA DA FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONSUMO RESPONSÁVEL Amós Juvêncio Pereira de Moura; Ana Carolina Bilhalva Drehmer; Maria Regina Caetano Costa	198

Eixo 3 – Análise Ambiental	Página
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ALTO CURSO DO ARROIO QUILOMBO/RS POR MEIO DO USO DE GEOTECNOLOGIAS Vanessa Prestes; Edvania Aparecida Corrêa Alves	203

RESUMOS EXPANDIDOS

Modalidade Apresentação Oral



A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SUPERVISORES DO PIBID/GEOGRAFIA UFPEL

Bianca Sousa Barbosa

Mestranda em Geografia - UFPel

biasousabarbosa@mail.com

Lígia Cardoso Carlos

Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPel

li.gi.c@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é um projeto de pesquisa que está em fase inicial e será desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com o intuito de investigar o papel dos supervisores escolares vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e seu impacto na formação continuada de professores. Pretende-se fazer essa investigação a partir de, entrevistas narrativas (JAVCHELOVITCH, 2002) com os professores supervisores do subprojeto PIBID GEOGRAFIA/UFPel. Considera-se importante compreender. Compreender o PIBID enquanto política pública e avaliar seu impacto nas escolas, para além de seu objetivo principal, que é a iniciação à docência, mas também na formação continuada, através dos supervisores participantes do programa.

Palavras-Chave: PIBID. Formação Continuada. Supervisores. Políticas Educacionais.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por intensas discussões sobre educação e sobre formação de professores. Ganharam espaço os estudos sobre práticas pedagógicas, condições de atuação do profissional docente, qualidade no processo de formação inicial e continuada e valorização profissional.

Neste contexto surge o Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID), através da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007 e alterado pela Portaria nº16/2009. O programa foi criado pelo Ministério de Educação (MEC), é



financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também envolve o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O PIBID atende os cursos de licenciatura e atua com jovens na formação inicial, também contribui na formação continuada de professores que atuam na educação básica. O programa busca a valorização da educação, da formação em geral e o aperfeiçoamento da profissão docente, trabalhando em parceria com as escolas públicas.

Além disso, o PIBID estabelece algumas relações que são importantes para a formação docente, são elas: relação direta entre licenciando, professor da rede básica de ensino e professor de licenciaturas; relação entre ensino superior e escola pública e relação teoria e prática. Essas interações tornam possíveis reflexões mais aprofundadas sobre formação, tanto para os discentes, quanto para os docentes.

Nessa perspectiva, o diálogo e a interação entre licenciandos, coordenadores e supervisores geram um movimento dinâmico de formação recíproca e crescimento contínuo, que representa uma via de mão dupla, em que tanto a escola quanto a universidade (através de seus professores e alunos) aprendem e ensinam ao mesmo tempo, retroalimentando a relação entre teoria e prática (CANAN, 2012 p. 32).

Percebe-se que a maior parte das pesquisas na área do ensino, quando se trata de formação docente, estão centradas nos cursos de licenciaturas, ou seja, na formação inicial de professores. Apesar de o foco do PIBID ser a formação inicial de professores, também ressaltamos em seu contexto a importância para a formação continuada dos professores das escolas envolvidas, pois sabemos que a relação dos supervisores com os acadêmicos desperta uma reflexão sobre teorias, práticas, metodologias e novos conhecimentos. Por isso este trabalho tem o objetivo de estudar o impacto do PIBID enquanto política pública nas escolas e sua dimensão de formação continuada, através dos supervisores.

2 METODOLOGIA

Segundo Bagno (2005), a pesquisa está sempre presente em nosso cotidiano e é um instrumento muito importante na construção do conhecimento. Por meio dela, o aluno tem diversas possibilidades de descobrir um novo olhar, um novo mundo, uma nova possibilidade.



Busca-se adotar uma pesquisa de cunho qualitativo que, segundo Flick (2009), é uma das várias possibilidades de investigar fenômenos que envolvem os seres humanos e as relações estabelecidas por estes em diferentes ambientes, considerando que o fenômeno dever ser analisado de forma integrada e que sua melhor compreensão se dá no contexto em que ocorre e do qual faz parte.

Será utilizada a entrevista narrativa como método de geração de dados a ser realizada com os supervisores do subprojeto PIBID GEOGRAFIA/UFPEL. Conforme Javchelovitch (2002) a entrevista narrativa tem como intenção encorajar e estimular o entrevistado a contar sobre algum acontecimento de sua vida ou contexto social. A ideia é reconstruir acontecimentos sociais a partir do ponto de vista dos informantes e compreender funções e sentidos do enredo construído pelo sujeito entrevistado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os editais e dados do ano de 2012 fornecido pela CAPES verificamos que foram aprovados 313 projetos nas IES públicas e privadas, e um total de 2.997 subprojetos em diversas áreas de conhecimento, contemplando um total de 90.254 bolsas, sendo 11.717 bolsas destinadas à supervisores em todas as áreas da licenciatura. No edital do ano de 2011 foram aprovados 156 subprojetos na área de Geografia, para sermos mais específicos.

Quadro 1 - Distribuição de bolsas de supervisão na área de Geografia por região.

Região	Nº de bolsas
Centro-Oeste	63
Nordeste	183
Norte	76
Sudeste	177
Sul	82
Total	581

Fonte: Da autora, 2016.



O programa concede bolsas de supervisão no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para professores das escolas públicas de educação básica que supervisionam a atuação dos bolsistas de licenciatura na escola. Supervisores da área da Geografia somam 581 bolsas em todo o país.

Segundo as normas do programa, o professor pode supervisionar no mínimo cinco e no máximo dez bolsistas de iniciação à docência. Esse processo pode ser aproveitado enquanto formação continuada para o supervisor e essa relação permite a troca de experiências no âmbito da educação.

Atualmente o subprojeto PIBID GEOGRAFIA/UFPEL conta com a participação de cinco supervisoras divididas em cinco escolas da rede pública em diferentes bairros do município de Pelotas. As escolas são: Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello; Escola Estadual de Ensino Fundamental Luís Carlos Corrêa da Silva; Escola Estadual de Ensino Médio Areal; Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Simões Lopes; Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Leivas Leite.

Renomados autores entendem a formação continuada como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional e realizada após a formação inicial com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade. De acordo com Nóvoa (1992, p.13):

A formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimento ou de técnicas, mas assim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. A formação vai e vem, avança e recua, construindo-se num processo de relações ao saber e ao conhecimento.

Apesar do foco do programa ser os alunos de licenciaturas, os professores da rede básica de ensino são contemplados de forma proveitosa, tendo em vista que um dos objetivos do PIBID é fortalecer a relação Universidade-Escola. Dessa forma, os professores têm a oportunidade de se qualificarem profissionalmente em suas atuações enquanto supervisores/orientadores e no auxílio da formação dos futuros colegas de profissão.



4 CONCLUSÕES

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência gera um fortalecimento entre o licenciando, o professor universitário e o professor da rede pública e, consequentemente, fortalece também a relação universidade/escola visando a melhoria do ensino público e valorização da formação de professores. Ressaltamos em seu contexto a importância para formação continuada dos professores das escolas envolvidas, a relação dos supervisores com os acadêmicos desperta uma reflexão sobre teorias, práticas, metodologias e novos conhecimentos.

Pretende-se dar continuidade a essa pesquisa a fim de identificar nos relatos dos professores/supervisores que participam do subprojeto PIBID Geografia/UFPel, a contribuição do programa para sua formação continuada, e suas percepções no que diz respeito às mudanças nas suas práticas na escola, em sala de aula.

Tendo em vista o contexto de reorganização e reestruturação em que se insere a área da educação, com os cortes de verbas que atingiram o PIBID e a cobrança pelos impactos deste programa na formação de professores, avaliar a contribuição do programa na formação continuada constitui-se como um dado importante para uma reflexão sobre as ações não apenas no âmbito do programa, mas em toda a formação docente.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é? Como se faz?** 19a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CANAN, Silvia Regina. **PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores**. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 24-43, jan./jul. 2012. 39 Disponível em <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>> Acesso em: fevereiro de 2017

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA UFPEL

IV SEMP GEO

(Des)continuidades do pensar geográfico

04, 05 e 06 dezembro

PELOTAS - RS

JOVCHELOVITCH, S. & BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In:BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Vozes, 2002.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e as histórias da sua vida**. In NÓVOA, Antonio (org) Vida de professores. Portugal: Editora Porto, 1992.



INVESTIGANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA: PIBID E ENCONTROS SOBRE O PODER ESCOLAR

Bruna Mendes da Rosa
Mestranda do PPGEU -UFPEL
brunamendes94@hotmail.com

Lígia Cardoso Carlos
Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
li.gi.c@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Informadas pelo atual cenário de desvalorização do magistério e de seus profissionais, através de observações e relatos do cotidiano escolar, organizamos um projeto de pesquisa sobre ações na escola e para a escola. Buscamos caminhos de compreensão e de visibilidade para valorizar o que é produzido na/com a escola, bem como situações de parceria e de trabalho coletivo entre universidade e instituição de educação básica que vem gerando bons resultados.

O trabalho apresenta uma investigação em andamento vinculada à linha de pesquisa Ensino de Geografia e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tem como propósito discutir duas ações de formação de professores no âmbito de onze escolas públicas no município de Pelotas – RS. As ações referidas são o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), mais especificamente o PIBID-Geografia, e o projeto Encontros sobre o Poder Escolar. O PIBID é uma iniciativa do Ministério da Educação e da Fundação CAPES o qual tem entre seus objetivos incentivar a formação de docentes para a educação básica, promover a integração entre educação superior e educação básica, inserir os licenciandos no cotidiano das escolas públicas e mobilizar os professores das escolas como coformadores dos futuros professores, dentre outros. O projeto Encontros sobre o Poder Escolar é uma iniciativa interinstitucional coordenada pela Faculdade de Educação da UFPEL, iniciada em 2001 a partir de demandas das escolas públicas por formação, que já faz parte da cultura de formação continuada dos profissionais da educação básica de Pelotas e região. Através dele são promovidas discussões sobre gestão democrática e organizados eventos no qual são socializadas e discutidas experiências pedagógicas



realizadas nas escolas. O interesse de pesquisa surgiu quando, ao ler os anais dos Encontros sobre o Poder Escolar, contendo as experiências pedagógicas apresentadas pelos professores nos eventos, percebemos que escolas integrantes do PIBID-Geografia também participavam dos Encontros sobre o Poder Escolar. A situação revela o entrecruzamento de ações de formação continuada e da relação universidade e escola básica e leva-nos a fazer uma pesquisa tendo como propósito investigar a participação das escolas do PIBID Geografia nos Encontros sobre o Poder Escolar no período que antecede o início do PIBID e posteriormente, compreendendo o recorte temporal de 2008 a 2017. Queremos buscar compreender a contribuição destas diferentes ações de formação no contexto da escola, identificar qual a geografia presente nelas, discutir as práticas pedagógicas destas escolas, bem como as aproximações e distanciamentos entre as formações em ação nos mesmos espaços institucionais. O eixo teórico que embasa o trabalho é a concepção de formação continuada como uma dimensão coletiva, sem ignorar a pessoa do professor e a organização escolar, favorecendo a produção de saberes no interior da profissão e ampliando as possibilidades de autonomia profissional Nóvoa (1991 e 1999). Faz parte do processo de investigação, também, contextualizar as políticas de formação docente para a educação básica da última década, na qual iniciativas que dependiam muitas vezes dos próprios docentes passam a ser assumidas em larga escala pelo poder público (BARRETO, 2015; GATTI, 2008). Acreditamos que dar visibilidade aos processos locais de formação em curso e seus entrecruzamentos contribui para a qualificação dos mesmos.

2 METODOLOGIA

A investigação em desenvolvimento ocorre no âmbito da pesquisa qualitativa, com a utilização de recursos metodológicos para coleta de dados da pesquisa documental. Os documentos em questão são os anais dos “Encontros Sobre o Poder Escolar” e os relatórios anuais do PIBID-Geografia. A análise de dados tem como base os princípios da análise de conteúdo trazidos por Franco (2003). O procedimento empírico da coleta de dados em andamento consiste em levantamento de trabalhos apresentados e contidos nos anais em forma de resumo feitos por professores pertencentes a três escolas públicas urbanas do município de Pelotas-RS. Estas escolas também integram o PIBID-Geografia.



Os documentos utilizados como fonte de dados, nesta fase da pesquisa, foram os anais dos quatro últimos eventos. O 9º Encontro sobre o Poder Escolar ocorrido no ano de 2008, o 10º Encontro sobre o Poder Escolar ocorrido no ano de 2010, o 11º Encontro sobre o Poder Escolar do ano de 2012, o 12º Encontro sobre o Poder Escolar referente ao ano 2014 e o 13º do ano de 2017. Cada um deles teve carga horária de quarenta horas distribuídas em quatro dias de trabalhos e um público em torno de mil docentes participantes. A média de trabalhos selecionados para apresentação e registrados nos anais, experiências pedagógicas de docentes em serviço, foi de cento e cinquenta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de uma busca preliminar realizada nos anais do 9º ao 12º do Encontros Sobre o Poder Escolar, material disponível até o presente momento, foram encontrados 31 trabalhos em forma de resumo, produzidos pelas escolas parceiras ao PIBID Geografia UFPel. Dentre estes encontramos temáticas vinculadas à educação ambiental abrangendo aspectos políticos, culturais e sociais de modo a envolver a comunidade escolar no processo de valorização do mundo da vida em que estamos inseridos. Também estão presentes projetos interdisciplinares que, com o auxílio de recursos de interpretação de diferentes áreas do conhecimento, buscam potencializar a compreensão dos estudantes sobre o contexto sociocultural em que vivemos, favorecendo uma atuação social com responsabilidades individuais e coletivas.

Salientamos trabalhos pedagógicos com o uso de mídias, a utilização de imagens, a música e o cinema. Indicam críticas às aulas consideradas tradicionais e envolvem grande parte dos alunos, independente do seu grau de aprendizagem e da série que se encontram. As estratégias didáticas expostas trazem críticas aos conteúdos programáticos oficiais e aos livros didáticos, na busca de conteúdos geográficos mais significativos para a vida cotidiana dos alunos.

Em relação aos processos desenvolvidos pelo PIBID, os temas transversais como gênero e sexualidade, impactos ambientais sobre os recursos hídricos, comunicação e mídia, consumo consciente, cultura afro-brasileira e indígena, ganharam destaque. Além disso, ações envolvendo a alfabetização cartográfica, a cartografia social e o uso de



narrativas buscavam formas de valorização dos alunos e suas comunidades por meio da representação desses espaços e da compreensão social e afetiva dos mesmos.

A atual fase da pesquisa revela aproximações entre os dois caminhos de formação docente:

- a busca de práticas que aproximam diferentes áreas do conhecimento para a compreensão do meio social e natural;
- a valorização do meio ambiente e a inserção de estudos que abrangem as populações, as comunidades e ecossistemas;
- a necessidade de aproximações entre os diferentes segmentos da comunidade escolar (alunos, professores, equipe diretiva, familiares), bem como entre escola e universidade na conquista e ampliação de processos de ensino e aprendizagem mais significativos;
- a necessidade de propostas político-pedagógicas em sintonia com a cultura local.

Para tanto, impõe-se estratégias de trabalho coletivo, de valorização de saberes docentes construídos na experiência profissional e de formação permanente.

4 CONCLUSÕES

Em todas os resumos de trabalhos apresentados nos Encontros sobre o Poder Escolar constantes nos anais do evento, fica evidente o protagonismo da escola e do professor em serviço, reafirmando a visão de Nóvoa (1999) de que a formação continuada é uma dimensão coletiva, que não deve ignorar a pessoa do professor e a organização escolar e a cultura da instituição. Esta compreensão da formação continuada entende que há uma produção de saberes no interior da profissão, tendo a escola como lócus da formação e da possibilidade de maior autonomia profissional do docente.

As políticas de formação docente que vem sendo implementadas na última década no país, dentre elas o PIBID, tem impulsionado práticas de formação continuada de profissionais da educação básica que aproximam escola e universidade. O PIBID, que apesar de ter como objetivo principal a formação inicial dos licenciandos, traz o professor da escola como coformador dos alunos de licenciatura em formação inicial e, conseqüentemente, produz ações de formação para todos os envolvidos.



As experiências pedagógicas contidas nos anais do evento Encontros sobre o Poder Escolar pelas escolas parceiras do PIBID Geografia da UFPel demonstraram que propostas inovadoras já vinham sendo desenvolvidas nas instituições antes da participação do PIBID nas mesmas, com total protagonismo dos professores em serviço. Todavia, com a inserção das ações do programa, houve uma maior proliferação de ações pedagogicamente significativas, engendrando um cotidiano escolar mais fértil para aprendizagens.

A afirmação acima remete ao próprio saber docente, alvo de recorrente desvalorização, que é problematizado por Nóvoa (1999) quando critica a profissionalização meramente instrumental. Como foi percebido nos trabalhos apresentados no evento pelas escolas foco da investigação, há possibilidade de processos de ensino e aprendizagem que extrapolem os moldes tradicionais de ensino, aqueles presos nos currículos formais.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, E. S. S. **Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos**. Revista Brasileira de Educação, v. 20 n. 62 jul./set., 2015.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília, Plano Editora, 2003.

GATTI, B.A. **Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v.13, n.37, 2008.

NÓVOA, A. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In: NÓVOA A. (org.) **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

_____. **Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun., 1999.



A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO NARRATIVA CARTOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS DA 12ª EDIÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Camila Paula de Souza

Mestranda em Geografia/UFPel

camilasouza.geo@gmail.com

Profª Drª Liz Cristiane Dias

Doutora em Geografia/UNESP

liz.dias@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo propõe investigar alguns desdobramentos para a compreensão das narrativas cartográficas no processo de ensino e aprendizagem da Cartografia. Ao adotar a compreensão do termo ‘narrativas’ entende-se que a Cartografia é uma linguagem (ALMEIDA, 2004), e por assim dizer existem algumas formas distintas de se desenvolver o saber cartográfico, sendo assim, é investigado de que forma a Cartografia em contexto escolar é proferida e além disso, como as narrativas são visíveis neste processo. A metodologia da pesquisa é desenvolvida por meio da análise de conteúdo dos artigos publicados em dois Grupos de Trabalho (GT) na 12ª edição do Encontro Nacional de Práticas do Ensino de Geografia (ENPEG). A justificativa pela escolha desse evento se dá pela ênfase nas práticas escolares no ensino de Geografia, e assim, evidencia-se um indicativo considerável de produções científicas nessa área. Ademais, o processo metodológico também ocorre por meio do Ciclo de Políticas (BALL, 1998), na qual entende-se que uma política educacional não é meramente “implementada” de modo a identificar que o processo de execução de uma política se dá em âmbito mais complexo na qual envolve diversos sujeitos e contextos sociais, é válido ressaltar que de fato esta pesquisa não se propõe a analisar as políticas públicas no protótipo desenvolvido por Ball (1998), porém sua contribuição é válida no sentido de compreender os processos de desenvolvimentos de projetos escolares.

Palavras-chave: Cartografia Social. Narrativa Cartográfica. Ensino de Geografia. ENPEG.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida na dissertação do mestrado, nesse sentido é importante destacar que a mesma se encontra em processo de desenvolvimento e consolidação. Além disso, o artigo tem como objetivo



ressaltar a Cartografia Social como narrativa no ensino de Geografia, ao considerar que seja uma das possíveis formas de se pensar cartograficamente, ao se considerar que um mapa não é neutro e que também possui narrativas e posições ideológicas subentendidas ou obscurecidas. Nesse contexto, Almeida (2001) contempla ao afirmar que:

a elaboração dos mapas não é determinada apenas pela técnica; os mapas expressam ideias sobre o mundo, criadas por diversas culturas em épocas diferentes. [...] Os mapas, portanto, só podem ser devidamente compreendidos se vistos no contexto histórico e cultural em que foram produzidos (p. 13).

Essa investigação se dá através da análise de conteúdo dos artigos científicos publicados em dois Grupos de Trabalho (GT's) na 12ª edição do Encontro Nacional de Práticas do Ensino de Geografia (ENPEG), ocorrido no ano de 2013. A justificativa pela escolha desse evento se dá pelo imaginário de produções científicas voltadas para práticas escolares diversas, e nesse contexto a investigação se torna mais profícua.

O percurso teórico-metodológico ocorre por meio de um levantamento dos referências teóricas que envolvem alguns conceitos-chaves da pesquisa e além disso, estabelece-se alguns parâmetros investigativos para a análise dos artigos do ENPEG. É válido destacar que a metodologia desenvolvida nesta pesquisa é um recorte de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenado pela professora Liz Cristiane Dias da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e intitulado como: “Políticas Públicas na formação de professores: análise da contribuição do PIBID para os pressupostos teórico-metodológicos do ensino da Geografia”.

A iniciativa por pesquisar a Cartografia Social justifica-se por ser uma temática de discussão atual no campo científico cartográfico, porém o questionamento para essa investigação implica se a mesma está também sendo discutida e articulada no espaço escolar. Nesse aspecto, é válido ressaltar que a Cartografia Social é um campo que está em constante discussão conceitual, o que também propicia a articulação de várias vertentes da análise de Cartografias.



Desta maneira, o conceito de Cartografia Social adotado nessa pesquisa flexiona-se para a produção de mapeamentos participativos que tem como foco demandas e problemáticas sociais através do automapeamento de grupos e coletivos sociais (ACSELRAD, 2010).

Levando-se em consideração que o mapa deve ser um resultante contínuo que está em constante transformação, uma vez que se trata de um instrumento que retrata as ações e relações sociais que se encontram em fluxo e circulação. O problematizar dessa reflexão sobre outras formas de “cartografar”, no espaço escolar torna-se uma questão de suma importância pois, nas escolas as relações entre todos os sujeitos estão em fluxo constante, assim sendo em constante transformação, e ao trazer esses contextos vivenciados pelos alunos para os processos de mapeamentos sociais possibilita o “cartografar” a partir desses elementos subjetivos do cotidiano escolar, mas também de outras questões para além do espaço escolar, mas que interferem também no cotidiano deste local, por compreender que comunidade e escola estão intrinsecamente relacionadas.

Tendo em vista esse contexto de análise, os mapeamentos sociais no espaço escolar são uma ferramenta de suma importância ao promover o diálogo com diferentes realidades e indagações no espaço escolar.

2 METODOLOGIA

De acordo com Ball e Bowe (Bowe et al., 1992) o imaginário dos efeitos nos resultados em políticas educacionais é complexo e não caberia tão somente em um resultado exclusivamente fechado e reduzido. O contexto de resultados e efeitos preocupa-se com questões referente a justiça, igualdade e liberdade individual.

Nesse contexto, as políticas devem ser analisadas em termos do seu impacto e interações com as desigualdades existentes. Portanto, a metodologia dessa pesquisa tem como embasamento teórico o *Ciclo de Políticas* de Ball (1998), ao compreender que no



contexto escolar as práticas escolares se dão por diversos condicionantes e forças que interagem de forma complexa.

A partir do que Minayo (1994) expõe como sendo a fase exploratória de uma pesquisa qualitativa é possível traçar alguns paralelos. Inicialmente, percebe-se que a construção do marco teórico conceitual é destacada a partir da hipótese sobre os rumos da Cartografia Social no espaço escolar e o limite de aproximações epistemológicos entre este conceito e o campo do Ensino de Geografia. Destacando o que Minayo define como fase exploratória, considera-se também os apontamentos iniciais sobre o processo de investigação da pesquisa, por conseguinte as perguntas são resultantes da fase exploratória.

A seguir as questões que foram destacadas como sendo parâmetros balizadores.

Quadro 1: Perguntas referentes aos parâmetros de análise

Qual o nível de ensino que é realizado o estudo/prática?
Qual o nível de aprofundamento (teórico/prático) da prática escolar?
Quais autores foram utilizados no embasamento teórico?
Qual a localização do estudo em âmbito do território nacional?

Fonte: Elaboração da autora.

A primeira pergunta: **“Qual o nível de ensino que é realizado o estudo/prática?”**, direciona-se para investigar o processo de desenvolvimento da Cartografia Social nas escolas, e de que modo esse tema é trabalhado em cada nível do ensino considerando a complexidade do ensino da Cartografia nas escolas.

A segunda pergunta: **“Qual o nível de aprofundamento (teórico/prático) da prática escolar?”**, remete ao fato de que alguns trabalhos desenvolvidos sobre a temática de Cartografia Social em âmbito educacional se constituam, em alguns casos como um aprofundamento teórico e não propriamente como prática escolar, e uma das possíveis



indagações a este fato advém de uma tentativa de consistência da temática também na discussão epistemológica, pois na prática escolar a temática já vem ocorrendo.

A terceira pergunta: **“Quais autores foram utilizados no embasamento teórico?”**, propõe o destaque para os autores que são ressaltados nas práticas desenvolvidas nos artigos, pois como foi possível analisar em todo o levantamento teórico desta pesquisa ocorre uma carência em autores que desenvolvam trabalhos acadêmicos em relação a Cartografia Social no Ensino de Geografia, e devido a esse fato destaca-se como um dos parâmetros para a análise dos artigos, o que também acentua sobre a investigação dos autores que são evidenciados nesses artigos de modo a dar visibilidade a esses teóricos.

Como já mencionado, foram realizadas análises em artigos de dois Grupos de Trabalho da 12ª edição do ENPEG. O GT 4 denominado como: *Outras modalidades de ensino de Geografia: aspectos teórico-metodológicos*. E o GT 5 denominado: *Linguagens no ensino de Geografia: novas possibilidades*.

A opção por esses dois GT's se dá pelo fato de serem dois Grupos que tem como objetivos novas possibilidades e outras modalidades para se pensar e repensar o ensino de Geografia, além disso, vale ressaltar que nesse ano do acontecimento do evento não havia nenhum GT referente ao tema sobre Cartografia Social, ou algum outro que tivesse uma aproximação na discussão epistemológica deste conceito.

Levando em consideração o fato da Cartografia Social ainda não ter uma consistência sólida no debate escolar, optou-se por esses dois GT's pelo fato dos mesmos considerarem novas práticas e, nesse sentido, a Cartografia Social poderia estar exposta como “nova” prática ou “nova” possibilidade do ensino de Geografia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi mencionado no decorrer do artigo, é uma pesquisa que está em fase de desenvolvimento, tanto no que compõe as análises bibliográficas como na análise de conteúdo dos artigos, portanto as conclusões ainda são um pouco limitadas.



A partir da análise e interpretação dos quadros sínteses foi possível listar alguns elementos centrais para a discussão, como exemplos: a pouca quantidade de trabalhos produzidos com a temática em cada GT; que existe uma aproximação da Cartografia Social no espaço escolar, mas que ocorre um limite de diferenciação e de contextualização epistemológico entre a Cartografia Social discutida em âmbito acadêmico e sua discussão no espaço escolar.

Todavia, mesmo que superficialmente, uma vez que as análises desta pesquisa estão em fase inicial, percebe-se que na prática a aproximação entre a Cartografia Social e o espaço escolar já ocorre, porém no debate epistemológico existem algumas lacunas, que indicam a necessidade de estreitamento da discussão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses apontamentos resultantes das análises estão em reformulação e em processo de coletas de dados, além disso cabe salientar que a Cartografia Social não é proferida nessa pesquisa como algo que vá trazer a solução para as várias problemáticas enfrentadas no âmbito escolar, mais especificamente na Geografia, porém ela pode ser uma ferramenta metodológica importante para lidar com as múltiplas relações vividas pelos alunos e, principalmente como um instrumento que traga pautas para discussões atuais no e para além do espaço escolar, com o intuito de estreitar as relações entre comunidade-escola em um espaço, geográfico de multiplicidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Acserald (organizador): Aurélio Vianna Jr (et al.). – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. 225 p.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 3 ed – São Paulo: Contexto, 2004. (Caminhos da Geografia).

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Tradução: Maria Cristina Monteiro. – Porto Alegre: Artes Médicas 1989. 201 p.



BALL, Stephen. **Cidadania global, consumo e política educacional**. In: Silva, L.H. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 121-137

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

GONÇALVES, Amanda Regina. **Narrativas Cartográficas e a conexão entre mapa e experiência**. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v.7, n.13, p.51-66, jan./jun., 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 312 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes ; Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SEEMANN, Jorn. **Subvertendo a cartografia no Brasil**. Revista Geografares. P. 138-174, 2012.



O PROTAGONISMO JUVENIL NO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE SUA IMPORTÂNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR.

Diego Noda dos Santos

Mestrando do PPGeo – Universidade Federal de Pelotas - UFPel

diegonoda@hotmail.com

Prof. Dra. Lígia Cardoso Carlos

PPGeo – Universidade Federal de Pelotas - UFPel

li.gi.c@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Discutir a ideia de protagonismo juvenil requer pensar em um dos espaços mais importantes nesta fase da vida, a escola. Neste sentido, a sociedade atribui ao espaço escolar a responsabilidade de contribuir significativamente na vida das crianças e jovens para a construção de um futuro mais igualitário, mais humano e mais fraterno. Com base nesta discussão, apresentamos esta pesquisa em andamento, vinculada à linha de Ensino de Geografia e Formação de professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPel – Curso de Mestrado, que pretende discutir o protagonismo como princípio pedagógico para uma educação emancipadora e democrática. Entendemos que:

O termo Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2001, p.179).

A justificativa deste tema está baseada na observação do recente cenário político brasileiro, no que se refere ao espaço escolar, onde se observa, em várias partes do país, iniciativas desencadeadas pelo Movimento de Ocupação¹ que possibilitaram aos/às

¹O Movimento de Ocupação caracteriza-se pelas manifestações estudantis que surgiram nas escolas estaduais de vários estados do Brasil, sobretudo São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, os quais tiveram



estudantes se reconhecerem como sujeitos da construção de espaços de vida e aprendizagem. Ações que se desenvolveram em um modelo de escola que, de maneira geral, não instiga a participação dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem, mesmo que esta seja uma das tarefas mais significativas da prática educativo-crítica, pois propiciam aos educandos condições de ensaiarem em suas relações maneiras de assumirem-se como protagonistas de suas histórias (FREIRE, 1996). Tendo como base a ideia de que o protagonismo dos/as estudantes pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização, criatividade e desenvolvimento permanente, considera-se que o Movimento de Ocupação, através de sua dinâmica, colaborou para a participação política dos discentes dentro do espaço escolar. Diante disso, o objetivo da pesquisa em curso é compreender de que forma o protagonismo estudantil das principais lideranças do Movimento de Ocupação vinculadas às escolas da 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) contribuiu na dinâmica do espaço escolar.

2 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa em desenvolvimento tem como método de coleta de dados a entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002) e como procedimento para a análise de dados os princípios da análise de conteúdo (BAUER, 2002). São sujeitos desta pesquisa em andamento as lideranças estudantis das escolas que tiveram processo de ocupação na área de abrangência da 18ª CRE. Estima-se atingir o número de 11 estudantes, número que corresponde também ao número de escolas ocupadas no recorte que estamos desenhando neste estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Discutir e investigar as ocupações escolares que ocorreram em várias partes do país é reconhecer que os jovens estudantes se interessam por questões políticas e pela política educacional que os Estados oferecem no que diz respeito à escola pública. Foram

lugar no primeiro semestre de 2016 com o propósito de questionar, dentre outras coisas, a responsabilidade do Estado em assegurar à sociedade uma educação pública e de qualidade.



atos, rodas de conversa, caminhadas e outras tantas atividades que transcenderam os muros das escolas e ganharam visibilidade em um contexto de protagonismo. Neste sentido é coerente afirmar que a juventude é a fase da vida em que a necessidade de questionar de forma crítica os modelos hegemônicos se torna mais acentuada tanto pela capacidade de organização em grupo a qual é inerente a todo/a jovem, quanto pelo fato de ensaiarem ações que possam contribuir para tornar a sociedade mais harmoniosa, igualitária e justa, com vista é claro em seus próprios futuros e também das gerações posteriores.

Os primeiros registros que se têm sobre as ocupações escolares ocorreram no final de 2015 quando os estudantes da rede estadual de São Paulo resistiram às ideias de reorganização escolar proposta pelo Governador Geraldo Alckmin (PSDB). De acordo com dados do Centro de Referência em Escola Integral² que acompanhou o processo de ocupação nas escolas, quando os estudantes tomaram para si o gerenciamento das dinâmicas escolares, os mesmos envolveram-se em atividades que demandavam ações efetivas de autogestão para serem resolvidas, tais como, reparos em rede de água e limpeza em salas e dependências da escola, também tomaram consciência de problemas de infraestrutura que, no geral, dependem da agenda burocrática dos governos. Os processos de ocupação que se estendem para o ano seguinte, 2016, nas escolas do Paraná e Rio Grande do Sul seguiram o mesmo processo e buscaram formas de intervir no rumo da política de suas cidades e de seus estados para garantir uma educação pública e de qualidade para todos e todas.

O movimento de ocupação no Rio Grande do Sul ganhou visibilidade entre maio e junho de 2016, surgindo como ferramenta importante para denunciar o desmonte que a escola pública do Estado vem sofrendo com as constantes modificações legislativas por parte do governo do Estado. De acordo com dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) do Ministério da Educação (MEC) é possível identificar que em 2016 o Rio Grande do Sul teve índices adequados nos anos iniciais e abaixo da meta nos finais do Ensino Fundamental. O desempenho do Rio Grande do Sul é melhor nas séries iniciais

²**Centro de Referência em Educação Integral** (Por Caio Zinet). Escolas Ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária. Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/>> Acesso em 14/07/2017 20h00min



(1º ao 5º ano), chegando a uma média de 5,7 – quando a meta para o Estado em 2015 era de 5,6. Segundo os dados, a rede estadual alcançou o valor definido para a meta do ano que era 5, 5. Nas séries finais (6º ao 9º ano), houve avanço, mas o Estado não atingiu a meta, de 5,1. No Ensino Médio o Estado ficou em sexto lugar em desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O Estado alcançou, em 2015, o pior desempenho desde o início da série histórica do IDEB, iniciada em 2005. O Rio Grande do Sul está em 13º lugar quando comparado com todas as unidades da Federação.

Durante o processo das ocupações escolares, sobretudo no que diz respeito ao recorte desta pesquisa em andamento, ou seja, na área de abrangência da 18ª CRE, os/as estudantes tiveram oportunidade de articular várias atividades que com a ajuda de parceiros/as os/as quais eram, muitas vezes, seus próprios professores, e/ou outros coletivos de organização juvenil, atividades que possibilitaram criar um ambiente de aprendizado e organização coletiva. Outra questão importante a ser mencionada é a organização entre as escolas ocupadas. Cada uma delas possuía lideranças – objeto de análise deste estudo – que coordenavam o processo na escola ocupada e também eram responsáveis por fazer parte do coletivo geral, o qual se reunia quase que semanalmente para avaliar o movimento e estabelecer as estratégias e/ou organizar atividades que dessem visibilidade ao movimento. No modelo de organização criado é possível identificar várias formas e métodos de sistematização criados pelas lideranças do movimento, tanto no que diz respeito às atividades, coleta e distribuição de alimentos aos estudantes alojados nas escolas, quanto na postura, argumentação e estratégias políticas que tomavam frente às adversidades e oposições que tiveram durante o período em que o movimento se estabeleceu.

Recentemente a Secretaria de Educação do RS (SEDUC) apresentou os resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS 2016). Segundo dados da SEDUC, a avaliação foi aplicada em dezembro de 2016, para 151.952 alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nas turmas do 2º ano do Ensino Fundamental, 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Percebe-se que nos anos iniciais a concentração de alunos ocorre no padrão adequado, por outro lado, nos anos



finais do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio prevalecem os padrões abaixo do básico.³

Estes índices nos apontam para a grande dificuldade de despertar nos estudantes formas de sentirem-se pertencentes ao espaço escolar. Segundo Vesentini (2004), podemos observar que a realidade do ensino no Brasil requer que o poder público reveja as políticas educacionais para que as ciências e a educação sejam valorizadas otimizando assim o desenvolvimento dos espaços educacionais do país. Diante deste contexto, dialogando com Kaercher (2004), surge a necessidade de estimular "um processo de ensino aprendizagem que, de fato, incorpore o diálogo com os alunos como uma prática constante e que (...) os ajude a ler o mundo de maneira mais plural (p.104)".

4 CONCLUSÕES

Espera-se que a dissertação contribua dando visibilidade para a importância da escola no desenvolvimento de sujeitos que tenham argumentos e criticidade frente aos desafios que se colocam no âmbito da educação pública. Outra intenção deste trabalho refere-se à transformação do espaço escolar com base no protagonismo estudantil. Torna-se, portanto, necessário refletir o papel da educação, neste contexto, pois é ela, a principal responsável pela transmissão do conhecimento adquirido, possuindo fundamental importância para a socialização e humanização do homem, assim, tornando-o capaz de analisar seu papel na sociedade, renovando a cultura e construindo a história (ARANHA, 1996). Compreende-se que estas questões preliminares fomentadas neste trabalho são de extrema importância no que diz respeito às contribuições que podem fornecer aos estudantes e aos educadores na perspectiva da reflexão sobre os espaços criados para fomentar a prática de uma educação crítica que possibilite ao aluno ser sujeito de seu conhecimento defendendo de forma efetiva e afetiva uma educação pública, de qualidade.

REFERÊNCIAS

³SEDUC – RS: Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/secretaria-da-educacao-divulga-resultados-da-avaliacao-de-rendimento-dos-alunos-da-rede-estadual>>



ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. SP: Moderna, 1996.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Vozes, 2002.

COSTA, A.C.G. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócioeducativa**. 2ª ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena, 2001.

_____. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. & BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Vozes, 2002.

KAERCHER, N. A. **A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica**. 2004. 363 f., Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

VESENTINI J. W. **Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil**. In: O Ensino de Geografia no Século XXI. (Org.) 7ª Ed – Campinas, SP: Papirus, 2004.



A EDUCAÇÃO E A GEOGRAFIA FRENTE AO CONTEXTO NEOLIBERAL: UMA ENGRENAGEM A FAVOR DA PERVERSIDADE OU UM HORIZONTE PARA UMA NOVA REALIDADE?

Igor Armindo Rockenbach

Mestrando no Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

igorrock.14@hotmail.com

Liz Cristiane Dias

Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas

lizcdias@gmail.com

RESUMO

O presente texto, consiste em analisar como a educação pode ser percebida no contexto contemporâneo atual brasileiro frente a lógica neoliberal. Inicialmente, traz-se a situação da distribuição desigual das riquezas na sociedade e a função da educação enquanto um direito inalienável do cidadão. Nas discussões, o espectro da privatização e o discurso meritocrático são analisados como estratégias da agenda neoliberal atual, juntamente com a precarização do trabalho docente e a diminuição de investimentos na educação, as quais atuam na manutenção das desigualdades sociais e fortalecimento do viés neoliberal. Como resultado, ressalta-se papel do profissional da Geografia como intelectual capacitado para explicitar as contradições contemporâneas presentes na lógica neoliberal.

Palavras-chave: Direito à educação; projeto neoliberal; precarização docente; privatização.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Brasileira de 1988 em seu Artigo 205 (BRASIL, p. 160) a educação é um “direito de todos e dever do Estado”, porém, correlacionando essa ideia à realidade vivenciada e aos discursos e ações neoliberais que se apresentam no século XXI, pergunta-se: no contexto contemporâneo é possível ver a educação como um espaço no qual há igualdade de oportunidades para todos os cidadãos ascenderem socialmente (visando um bem comum) ou sua função no cenário contemporâneo leva a reprodução das desigualdades sociais historicamente construídas?

O geógrafo Milton Santos destaca que se pode compreender atualmente uma realidade perversa, na qual algumas problemáticas no contexto atual globalizado acabam afetando grandes parcelas da população, principalmente com menor poder aquisitivo. A



educação, por sua vez, acaba sendo um dos tópicos que passa por retrocessos na conjuntura atual.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. (...) **A educação de qualidade é cada vez mais inacessível.** Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2000, p. 20, grifo meu)

Acredita-se que o cenário globalizado atual, principalmente no contexto brasileiro, é muito afetado por ideais neoliberais que produzem e fomentam discursos em diferentes âmbitos da sociedade. Por ser um espaço de disputas ideológicas o campo da Educação é alvo de constantes proposições. Recentemente, ideais neoliberais vêm recebendo mais força no cenário político nacional. A discussão presente nesse trabalho foi proposta pois reconhece-se que a educação possui uma dimensão de caráter paradoxal nesse cenário: pode trabalhar na consolidação das ideias neoliberais – a serviço dos ideais dominantes do mercado e do capital – ou atuar questionando e desconstruindo essa perspectiva, contribuindo na edificação de uma sociedade que não seja condescendente com injustiças no âmbito social e que coloque os interesses da humanidade acima dos interesses do mercado.

2 METODOLOGIA

A metodologia que acompanhou as reflexões propostas nesse trabalho parte da análise de discussões feitas por teóricos relevantes no campo da Geografia, os quais discutem as consequências da globalização e do avance neoliberal na contemporaneidade. Para isso, utilizou-se as postulações de David Harvey (1996), Milton Santos (2000), Thomas Piketty (2014), François Houtart (2011).

No campo da Educação, também há uma massiva reflexão teórica sobre as proposições neoliberais, as análises trazidas foram a de Bernardes (2015) e Antunes (2009). Outros autores e autoras também compõe o trabalho exposto a partir desse resumo expandido. A metodologia pautada nessa análise bibliográfica teve como objetivo reunir ideias de teóricos que analisassem o contexto contemporâneo – globalizado e enviesado em tendências neoliberais – relacionado à educação, visando a articulação das ideias no



intuito de se apresentar uma aproximação com o que é observado atualmente na realidade brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA NA LÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO

A agenda das privatizações é uma pauta de cunho neoliberal que se expressa fortemente não apenas no campo da educação, mas igualmente em distintas esferas da sociedade. No entanto, está reverberando atualmente uma ideia de privatização no campo educacional a qual, em sua essência, fere os direitos básicos garantidos na Constituição brasileira. De modo mais específico, a ideia de que o Estado deve garantir o direito à educação aos seus cidadãos está sendo posta em cheque por essa lógica perversa. Ora, se a educação deixar de se configurar como um direito, acabar-se-á se tornando uma mercadoria. Isso significa menos direitos às camadas mais pobres da sociedade e mais força à lógica mercadológica que se apresenta. David Harvey, em entrevista à Revista Fórum (2013), disserta sobre a utilização da privatização como estratégia para a retirada de direitos básicos da sociedade (direito à saúde, moradia e educação).

essa crescente privatização, que leva de volta ao projeto neoliberal, o que significa dizer que você não tem nenhum direito. Você é responsável por você mesmo, responsável por seus próprios cuidados médicos, sua educação, sua moradia, e não pode esperar o Estado cuidar de você.

Quando se trata a educação como mercadoria, obviamente as classes socialmente favorecidas tornam-se as principais beneficiárias. Esse pensamento poderia reproduzir não apenas a problemática da concentração do capital econômico, mas, incluso, a concentração do capital cultural. Thomas Piketty, em suas reflexões sobre o capital no século XXI, traz subsídios para essa reflexão ao destacar uma das maiores universidades privadas dos Estados Unidos, país que possui seu Ensino Superior pago, relacionando o corpo discente da universidade com o capital econômico de suas famílias.

Ao confrontar as diferentes fontes disponíveis, podemos estimar que a renda média dos pais dos alunos de Harvard hoje é da ordem de 450.000 dólares, ou seja, mais ou menos a renda média dos 2% mais ricos dos lares americanos. Isso parece pouco compatível com a ideia de uma seleção baseada apenas no mérito. O contraste entre o discurso meritocrático oficial e realidade parece, aqui, particularmente acentuado. (PIKETTY, 2014, p. 204-205)



O postulado de Piketty, aborda duas noções que trazem em seu bojo provocações. A primeira noção fortalece a ideia de que o processo de privatizar a educação pode servir para beneficiar os detentores do capital econômico, reforçando as desigualdades e aumentando, gradativamente, a distância entre as classes sociais. A segunda pontua o “discurso meritocrático”, o qual é deveras utilizado pelos defensores da lógica neoliberal. No exemplo do autor, a ideia de meritocracia, aparentemente, não é compatível com a realidade apresentada, uma vez que a entrada em Harvard, parece estar extremamente correlacionada com o capital econômico do discente e sua família antes de mais nada.

3. 2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA

As temáticas abordadas nesse texto se relacionam com a problemática da precarização do trabalho docente. Por um lado, a educação faz parte da agenda neoliberal, posto que se busca uma inserção cada vez maior da lógica do capital no âmbito educacional, conforme já visto. Por outro, a precarização das relações de trabalho é uma estratégia fase atual do capital, o qual visa diminuir a força e influência política dos trabalhadores (HARVEY, 1996) (ANTUNES, 2009)⁴. Assim, na convergência dessas duas constatações, emana a problemática supracitada. Bernardes, que analisa a realidade da precarização do trabalho docente no estado de São Paulo, disserta acerca dessa questão

a precarização e a flexibilização das relações de trabalho como um dos elementos mais presentes nessa nova fase de acumulação capitalista, ademais aqueles que se encontram sob o jugo do Estado, agora considerado um entrave ao desenvolvimento do capitalismo. (BERNARDES, 2015, p. 30)

Enfraquecer o trabalho docente significa enfraquecer a classe dos profissionais que trabalham com a educação. Essa é uma estratégia clássica que foi bastante utilizada no século XX, visando pulverizar os grupos sindicais que exerciam pressão na busca dos direitos que julgavam ser pertinentes aos trabalhadores (HARVEY, 1996, p. 128-129). De que modo enfraquecer a profissão docente? Bernardes elabora, em gráficos (ver Gráfico 1 e Gráfico 2⁵), o exemplo do estado de São Paulo, quando evidencia os

⁴ “iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal” (ANTUNES, 2009, p. 31).

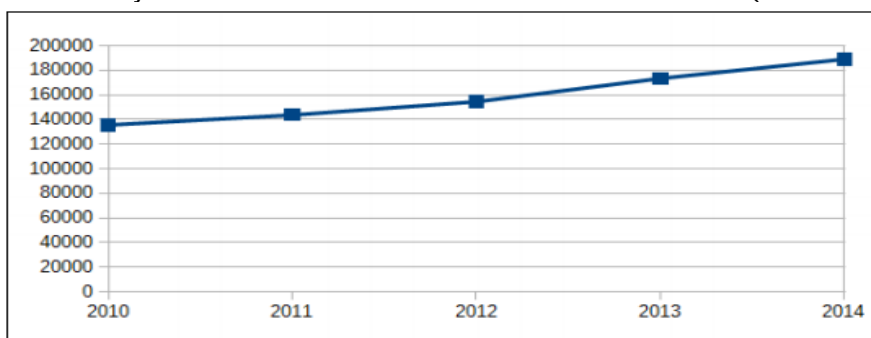
⁵ Os gráficos foram elaborados por Bernardes (2015, p. 33).



investimentos cada vez menores no campo da educação, mesmo com as receitas do estado aumentando no mesmo período.

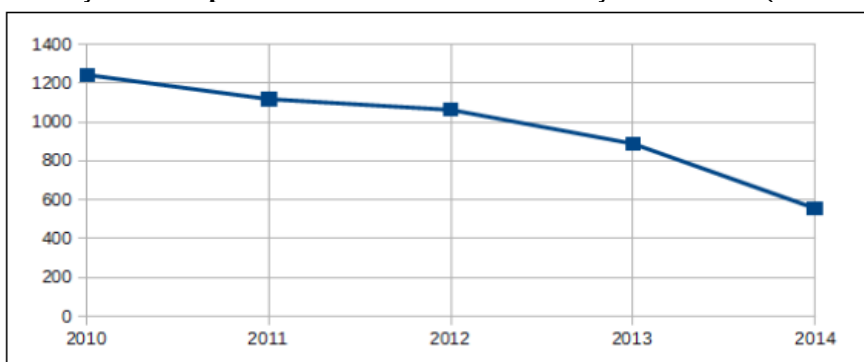
A diminuição desses investimentos, gradativamente, aponta para duas grandes questões: (1) desarticulação de movimentos políticos significativos por parte dos docentes e (2) gera condições insalubres de trabalho as quais influenciam na queda de qualidade do ensino público, fortalecendo discursos privatizadores. Por isso, é necessário um olhar minucioso às questões pública-educacionais influenciadas pelo projeto neoliberal antes de se exercer críticas a essa realidade.

Gráfico 1: Evolução das receitas do Estado de São Paulo – 2010 a 2014 (em milhões de R\$)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

Gráfico 2: Evolução das despesas com investimento em Educação 2010-2014 (em milhões de R\$)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

A realidade da precarização não está apenas no estado de São Paulo, mas pode ser percebida no país inteiro⁶ em maior ou menor escala, com diminuição de salários, carga

⁶ A exemplo, destaca-se a greve dos professores estaduais do Rio Grande do Sul, ocorrida em agosto de 2017, contra o parcelamento dos salários pela 18ª vez consecutiva. Cf. <<http://bit.ly/2uWIh1I>>. Acessado em 11/09/2017.



horária altíssima, escassez de recursos que geram o mal-estar docente⁷. Reconhecendo tais questões aqui alçadas, é importante refletir sobre como o projeto neoliberal se configura enquanto uma estratégia que visa desarticular direitos básicos dos cidadãos já consolidados democraticamente ao longo de anos de conquistas. Não apenas no que se refere ao campo da educação, mas aos também aos direitos trabalhistas e sociais (exemplo: reforma trabalhista e reforma previdenciária no governo Temer 2016-2017) os quais são paulatinamente desarticulados⁸.

4 CONCLUSÕES

Por fim, destaca-se os olhares que os profissionais geógrafos e professores de geografia podem ter frente à lógica perversa do neoliberalismo que se instaura no campo na educação. Inicialmente, o discurso que visa inserir a lógica do mercado na educação é bastante contraditório. A leitura do geógrafo pode trabalhar no sentido de evidenciar as falhas do discurso meritocrático; explicitar a desigualdade de oportunidades ainda presentes na educação (em cenários percebidas no Brasil e no mundo); na leitura de movimentos de privatização que visam romper com os direitos conquistados e garantidos de um ensino público e gratuito.

A evidenciação dessas contradições presentes em tal lógica perversa, é extremamente importante para a construção de um movimento intelectual e social contrário às propostas neoliberais que já se apresentam atualmente. Podendo funcionar para a descolonização de alguns ideais não humanitários já incorporados pela sociedade (HOUTART, 2011). Por isso, é importante a constante reflexão e questionamento por parte da ciência geográfica desses movimentos que, como explicita Milton Santos (2000), se impõe como “uma fábrica de perversidades”.

REFERÊNCIAS

⁷ O conceito usado por Esteve é considerado um problema enfrentado pelos docentes devido às condições precárias encontradas em sua profissão (ESTEVE, 1999).

⁸ “Especialistas dizem temer impacto social das reformas trabalhista e previdenciária” Cf. <<http://bit.ly/2xYgmC3>>. Acessado em 11/09/2017.



AGÊNCIA BRASIL. **Professores do RS entram em greve contra parcelamento de salários pela 18ª vez.** <<http://bit.ly/2uWIh1I>> Acesso em 11/09/2017.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. - São Paulo, SP – Boitempo, 2009.

BERNARDES, A. T. **Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do estado de São Paulo e adoecimento** – Uma análise a partir de Ourinhos - SP. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 16, p. 29-40, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

ESTEVE, J. **O mal-estar docente:** a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

G1 – PORTAL DE NOTÍCIAS. **Medicina da USP tem 42% de novatos com renda familiar acima de R\$ 10 mil.** <<https://glo.bo/2hKyyIZ>>. Acessado em 11/09/2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOUTART, F. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”.** Bruxelas: Fundação Rosa de Luxemburgo. 2011.

LOPES, E. C.; CAPRIO, M. **As influências do modelo neoliberal na educação.** Política e Gestão Educacional. (Online), v. 05, p. 01/05-16, 2008.

REVISTA FÓRUM. **Entrevista com David Harvey:** e a história não acabou. 2013. <<http://bit.ly/2wvpWsm>>. Acessado em: 11/09/2017.

ROBERTSON, S. L. **A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial.** Revista Brasileira de Educação v. 17. n. 50. 2012

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SENADO NOTÍCIAS. **Especialistas dizem temer impacto social das reformas trabalhista e previdenciária.** <<http://bit.ly/2xYgmC3>>. Acessado em 11/09/2017.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014



CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NAS PESQUISAS AMBIENTAIS: AGRICULTURA URBANA COMO OBJETO.

José Luiz Lourenço Ribeiro
Mestrando em Geografia pela UFPel.
loubeyro@gmail.com

Liz Cristiane Dias
Prof^a. Dr^a. do PPGGeo – UFPel.
lizcdias@gmail.com

RESUMO

Em poucas palavras tentarei explicar a respeito da importância da educação ambiental por meio da produção de alimentos no meio urbano, canalizado pelas hortas comunitárias. O principal sujeito de análise estará contido nas teses e dissertações do banco de teses e dissertações da CAPES e a contribuição da ciência geográfica na produção destas pesquisas. Para tal pesquisa utilizamos como metodologia o estudo da arte. O estudo contida nesta produção textual, evidencia um importante avanço nas pesquisas sobre a produção urbana de alimentos o que inclui a ciência geográfica responsável por grande parte da análises. Esse avanço simboliza a visibilidade destas iniciativas e a retomada de práticas herdadas possivelmente do meio rural o que poderia simbolizar uma nova alvorada no meio urbano apegado a práticas ambientalmente sustentáveis.

Palavra Chave: Sustentabilidade. Consumo. Produção. Pesquisa. Solidariedade.

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos sempre esteve paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas, essa obviedade é constatada por diversos teóricos (ABREU, 2001) (DIAMOND, 2005, p.19). Atualmente nas sociedades ocidentais ou com perfil consumista comum entre as comunidades industrializadas, verificamos uma desigualdade de consumo e uma excessiva pressão sobre os recursos naturais como afirma Portilho: *“Mas o mundo da abundância, assim como o da escassez, acabou se tornando uma ameaça [...]”* (2005, p.21).

Essa constatação tem preocupado, porém, tem proporcionado o alvorecer de novas iniciativas e o retorno de antigas práticas, que hoje são avaliadas como positivas e poderíamos caracterizar como uma de diversas alternativas.



Dentre as materializações resultantes dos diversos questionamentos postos em pauta, estão as hortas comunitárias. Elas começaram a aflorar em espaços públicos ou privados desocupados e localizados em áreas adensadas de importantes centros urbanos, como alternativa ao modelo político-econômico em curso, promotor de nítida segregação socioespacial e insustentabilidade ambiental. (NAGID, 2016. p.54)

Sendo evidente a expansão e solidificação das diversas formas de produção de alimentos nas áreas urbanas em diversas localidades (MACHADO, 2002, .p.24), não seria de se estranhar que as universidades e seus pesquisadores partissem a campo a fim de colher informações a respeito das transformações no espaço causadas pelo impacto destas atividades. A curiosidade em saber a respeito do interesse dos acadêmicos neste fenômeno tem norteado a construção destas palavras.

2 METODOLOGIA

Como o principal objeto de análise está nas produções acadêmicas contidas no banco de teses e dissertações da CAPES também nomeado como Plataforma Sucupira, sustentamos a metodologia deste projeto no estado da arte, pois, acreditamos ser o instrumento adequado para pesquisas com essas finalidades.

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p.258)

3 DESENVOLVIMENTO

Ao adentrarmos na trajetória de evolução do ser humano, desde o período primitivo, até o presente momento, com os avanços científicos e tecnológicos, não poderíamos descartar a importância da produção de alimentos em todos esses processos de avanço do conhecimento construído por nós seres humanos (ROMESÍN E YÁÑEZ, 2009, p.19).

No período presente, umas das principais contradições desta sempre crescente produção de alimentos é justamente a problemática da distribuição do mesmo. A insegurança alimentar é o principal flagelo das sociedades ocidentais e tem manchado o



discurso poético de gerações de governos e suas políticas, como denunciou Josué de Castro no livro Geografia da fome: *“Umas das mais graves misérias das terras da América é o estado de fome em que vegetam as populações deste continente (1965, p.37).*

Décadas após a publicação desse livro, ainda sofremos na carne das sociedades o flagelo da fome, e não somente a fome, como a disponibilidade de alimentos não saudáveis (PINHEIRO, 2010, p.129).

Em contrapartida, houveram diversos movimentos em períodos distintos na história da humanidade preocupados com o acesso igualitário a alimentos, na forma ambientalmente sustentável, porém, estamos lidando com teorias que tiveram um forte avanço logo após a segunda guerra mundial (Portilho, 2005. p 39-40). Iniciativas, vindouras principalmente através de grupos de ecologistas, que clamavam por mudanças da concepção ocidental de consumo e da forma como lidam com as propriedades colhidas deste meio não humano (André, 2006. p.02).

Uma destas iniciativas, está presente nas hortas comunitárias, que podem ser um de diversos sujeitos, que contemplam práticas sustentáveis. No caso das hortas comunitárias suas técnicas coletivas, ao primeiro olhar podem caracterizar-se como novas, porém, fazem parte de costumes e saberes muitas vezes herdados de antepassados próximos e até mais antigos (NAGIB, 2016, p.37).

Com o surgimento destas iniciativas constatamos a mudança em diversas áreas urbanas, o que tem fornecido substratos para verificarmos se as universidades e seus pesquisadores se interessam pelo tema e sua importância dentro da análise ambiental. Com isso a proposta do projeto é verificar quantitativamente as pesquisas sobre o tema e analisar se houveram correlações entre os temas dos pesquisadores e a educação ambiental.

Partindo para a análise ao banco de teses e dissertações da CAPES, verificamos que, do mesmo modo que surgiam movimentos em prol de práticas ambientais sustentáveis e políticas públicas que reforçavam essas ideias, conjuntamente é perceptível o aumento das pesquisas científicas, dando visibilidade à produção urbana de alimentos.



Nota-se mais detalhadamente, que há pouca alteração no número de pesquisas entre 1999 e 2007, porém, é legítimo constatar que no mesmo período surgem avanços nas políticas ambientais brasileiras.

Contemplando a educação ambiental a leis nº 9.795/1999 e o decreto nº 4.281/2002 instituindo assim a política nacional de educação ambiental, além do decreto nº 6.040/2007 que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Políticas essas que passam a dar visibilidade da importância de investir em práticas sustentáveis, muitas destas contidas na sabedoria popular e tradicional contempladas pelo decreto mencionado

Figura 1.



Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES.

As pesquisas passam a ganhar consistência em 2008, quando dá início de acordo com o gráfico apresentado, a um crescimento consistente, entre 2008 e 2016 foram publicados no banco de teses e dissertações da CAPES mais de cem pesquisas em diferentes áreas de conhecimento.

A Geografia, foi responsável por uma parcela considerável dos estudos, segundo a figura 2 mais de um quinto das análises foi projetada por acadêmicos da ciência geográfica.



Figura 2.



Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES.

Essa observação surge com outras análises a respeito destes resultados, um destes é que as transformações no espaço urbano foram consideravelmente importantes, fomentando o interesse de alguns pesquisadores nesta área em específico.

A visibilidade de práticas do saber popular também tiveram seu papel, já que grande parte da mão de obra destas células de produção urbana de alimentos vem de mão com profundo saber de origem rural, além da contribuição de outras sujeitos da comunidade.

As políticas públicas que fomentam práticas, que garantam a soberania alimentar passaram a ter o seus resultados, além da visibilidade da cultura agroecológica que contribui para a valorização destas políticas e agentes que trabalham por essas vias.

A resignificação de áreas no meio urbano foram notadas nas pesquisas, já que há exemplos de congregações religiosas, terrenos ociosos, escolas e praças marcadas por hortas, pomares e plantas medicinares incentivadas por essas mesmas políticas públicas em evidência.

Com o avanço de uma nova atitude presente nos locais onde impera a agricultura urbana, vemos nascer um novo recorte da realidade, contorno esse com tons pacíficos e coletivos (MACHADO, 2002, p.23).

[...] um olhar mais atento para a história nos mostra que a discussão sobre a organização da produção coletiva e comunitária [...] foi fruto das contradições



impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, que tornavam latente a necessidade de organização de uma nova sociedade (MARCOS, 1998, p. 41-45).

A retomada de iniciativas marginalizadas no passado e visibilizadas no presente, marca um importante passo para a possibilidade de mudança a longo prazo da cultura consumista ocidental no Brasil, o que pode ser positivo para o acesso igualitário a alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentavelmente aceitáveis.

4 CONCLUSÃO

Ao analisarmos o quadro que mostra a ascensão das pesquisas a respeito da agricultura urbana, é evidente a visibilidade que estas iniciativas passam a ter com o olhar dos pesquisadores direcionados as suas práticas, já que essas iniciativas são carregadas de saber popular e hábitos comunitários e solidários. Esse avanço não simboliza apenas a diversidade humana externalizada nessas práticas, mas, pode simbolizar o ascender de uma possibilidade viável de desenvolvimento paralelo as dúvidas geradas pelo desgastante progresso baseado no consumo exagerado em um plano de condições finitas. A educação ambiental adentra e cresce com essas iniciativas, pois grande parte destas se apegam a sustentabilidade do mesmo modo o saber popular e tradicional ganha destaque como método ambientalmente menos nocivo, sustentável e culturalmente diversificado e rico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edeli Simoni de. **Alimentação mundial – uma reflexão sobre a história.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 10. n.2. p. 03-13, 2001.

ANDRÉ, Maristela Guimarães. **Consumo e identidade: itinerários cotidianos da subjetividade.** São Paulo: DVD Editora, 2006.

CAPES. **Banco de Teses e Dissertações da CAPES.**

DIAMOND, Jared Mason. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso;** tradução de Alexandre Raposo. – 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MARCOS, Valeria de. **A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 177, p. 41-58, 1998.



NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. 434 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

MACHADO, Altair Toledo. **Agricultura urbana** / Altair Toledo Machado, Cynthia Torres de Toledo Machado. – Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania** / Fátima Portilho. - São Paulo: Cortez, 2005.



CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE ESPACIAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE.

Juliandersson Victoria Alexandre
Universidade Federal de Pelotas/RS.
julianderssonvictoria@gmail.com

Liz Cristiane Dias
Universidade Federal de Pelotas/RS.
lizcdias@gmail.com

RESUMO

O seguinte artigo refere-se a uma atividade realizada com a turma do 6º semestre do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas/RS para o trabalho de conclusão de curso do mesmo. Tem como objetivo analisar a importância da afetividade na inclusão de sujeitos com deficiência física motora, a atividade tem como proposta mostrar algumas situações do cotidiano vivenciadas por pessoas com algum tipo de necessidade física motora, através de encenações divididas e apresentadas em pequenos grupos, promovendo o debate da importância dos aspectos afetivos e sua relação com a percepção do espaço. Como resultado pode-se observar a importância da afetividade no processo de inclusão de sujeitos com deficiência física motora e as diferentes percepções do espaço de acordo com as peculiaridades de cada situação apresentada e questionada em grupo.

1 INTRODUÇÃO

Para a Geografia um dos aspectos de diferença materializa-se na concepção e percepção do espaço que construímos ao longo de nossa existência. No caso da deficiência físico-motora a relação sujeito e espaço são intrínsecos ao ato de pensar e agir, sendo que os alunos com dificuldades motoras necessitam conhecer e decifrar o espaço antes mesmo de interagir com ele, a fim de, posteriormente se apropriarem do mesmo.

A deficiência física motora refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, o sistema muscular e/ou o sistema nervoso.

O objetivo principal deste artigo é evidenciar a importância da afetividade no processo de inclusão em conjunto com a percepção dos espaços por sujeitos com deficiência física motora.

No entanto, para justificar tal preocupação com o processo de inclusão trago a minha condição de aluno deficiente físico-motor do Programa de Pós Graduação em



Geografia (Mestrado) PPGeo na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde desde a graduação trago minhas observações em relação a percepção do espaço por pessoas com necessidades físicas e seus laços com a Geografia, e portanto, para demonstrar tal importância o artigo apresenta um pequeno recorte metodológico do trabalho de conclusão de curso defendido no final de 2015 no curso de Licenciatura em Geografia da UFPel.

Metodologicamente a proposta do artigo é trazer as considerações de uma atividade com grupo focal realizada com uma turma de graduação do curso de Licenciatura em Geografia, que teve como objetivo principal destacar a importância da afetividade no processo de inclusão de pessoas com deficiência física motora em situações corriqueiras do cotidiano e suas relações com o espaço.

2 METODOLOGIA

O espaço como diferenciação no modo de pensar sua percepção por estes indivíduos com necessidades físicas, e o sentimento relacionado às suas vivências, algo que pode não se concretizar se estas barreiras não forem superadas, tanto por adequações que a instituição tem o dever de fazer de acordo com a legislação, quanto a superação pela mobilização, algo intrínseco as questões relacionadas a afetividade discutidas na pesquisa.

Temos como processo de coleta de dados o grupo focal segundo Meier e Kudlowies (2003) como conjunto de pessoas, ligadas entre si por constante de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa, que constitui sua finalidade.

A atividade com o grupo focal no curso de Licenciatura em Geografia se deu com uma turma do 6º semestre de aproximadamente 20 alunos e se deu em três momentos: apresentação de um vídeo relacionado a inclusão, slides destacando a geografia e o deficiente físico-motor no ensino superior com conceitos relacionados a pesquisa do tema e, por fim foi apresentada uma proposta de divisão em pequenos grupos para resposta de um questionário comum a todos, sendo sorteado um problema e um tipo de deficiência para debate das questões e encenação de uma situação do cotidiano que representasse tais dificuldades como podemos observar nos quadros 1 e 2.



Quadro 1 (Atividade com o grupo focal).

Atividade em Grupo

1 – Apresentação de pequeno vídeo de introdução ao tema INCLUSÃO (Inclusão – Uma lição de bondade), disponível no YOUTUBE.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=8j39wx-XyQY>

2 – Apresentação de slides com a proposta da pesquisa: objetivo, justificativa, metodologia e referencial teórico que embasa a temática.

3 – Atividade: situações problema.

- Divisão da turma em 4 grupos.
- Cada grupo recebeu aleatoriamente uma situação e um problema para debater.
- Questões iguais para todos os grupos, para serem respondidas de acordo com a situação e o problema.
- Encenação de sua situação problema de acordo com a situação e o problema sorteado para cada grupo (apresentação para o grande grupo).

Situações: Necessidades físicas motoras (cadeirante).

Necessidades físicas motoras (muletas).

Necessidades sensoriais (baixa visão).

Necessidades cognitivas (autismo).

Problemas: Ambiente escolar (sala de aula).

Apropriação dos espaços (acessibilidade).

Abordagem.

Inclusão sem exclusão.

Fonte: Produzido pelo Autor.



Quadro 2 (questionário proposto para o grupo focal).

Questionário/grupo focal.

- 1 – De acordo com a situação problema o que você entende por inclusão? Conhece ou já ouviu falar de leis para estes indivíduos?
- 2 – Cada necessidade tem sua característica particular, como o grupo apresentaria uma situação de inclusão de acordo com a sua situação problemas?
- 3 – Qual a importância da afetividade de colegas, professores e funcionários para que este indivíduo se sinta incluído? Descreva uma situação.
- 4 – Na sua graduação é trabalhado o tema inclusão em alguma disciplina? Como o ensino superior poderia proporcionar uma formação mais adequada em relação ao tema?
- 5 – De acordo com a situação e o problema proposto organize em grupo uma cena que represente a importância da inclusão e afetividade dos colegas.

Fonte: Produzido pelo Autor.

Este momento de resposta dos questionários e elaboração de uma cena para apresentação foi de importante contribuição para a pesquisa, pois foi possível observar a tensão dos grupos em elaborar tais situações em virtude das problemáticas apresentadas durante a atividade. Foi possível constatar que as barreiras físicas foram bem destacadas, com situações e experiências do cotidiano, algo inerente ao curso de geografia que trabalha muito os espaços e sua observação, mas o que mais se destacou, e vem bem ao propósito da pesquisa foi a questão da afetividade nas encenações, as mobilizações através das emoções comprovam a sua importância nas questões referentes ao processo de inclusão.

Sintetizando, foram demonstrados diálogos de compreensão e afetividade em conjunto a superação de barreiras no que diz respeito ao acesso em certos ambientes. Este conjunto de ações foi satisfatório, pois se vê que na graduação apesar de não se ter no currículo uma formação para o tema inclusão, algo extremamente importante para um



curso de licenciatura, utiliza-se da Geografia em nossas ações e observações, mesmo que inconscientemente.

A atividade foi bem aceita pelo grupo e de grande esclarecimento, pois foram trabalhados conceitos e a legislação atual deixando uma semente da importância da inclusão e da afetividade nesse processo.

Torna-se interessante neste momento como a Geografia se mostra fundamental para entender as barreiras aparentes no cotidiano em relação à percepção do espaço de acordo com a situação de um deficiente físico-motor, o “pensar” e “decifrar” o espaço antes de se apropriar dele é algo desafiador para um indivíduo com necessidades físicas motoras, como exemplo trago a situação do autor, desse trabalho, deficiente físico-motor que em um dia chuvoso para chegar até o campus da UFPel que se localiza o curso de Geografia.

Tem-se a necessidade de se apropriar do espaço e observar se é possível caminhar de maneira segura pelos pisos molhados e escorregadios, algo perigoso para uma necessidade motora que necessita de muletas para a locomoção, fato que os outros alunos do curso não precisam levar em consideração, pois não possuem tal necessidade de observação mais profunda do piso para poder se apropriar daquele espaço, procura-se trazer este exemplo de maneira simples de uma situação normal do cotidiano para melhor demonstrar o olhar do deficiente físico-motor em relação ao espaço.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do grupo focal no curso de Geografia pode-se diagnosticar, a utilização do conceito de espaço geográfico no que diz respeito à sua percepção, principalmente nas encenações das situações realizadas pelos grupos, pois ficou bem caracterizado nas representações o “olhar” diferenciado de um sujeito com alguma necessidade física para se apropriar de qualquer ambiente, tendo que observar variantes ou obstáculos que demais indivíduos sem tais necessidades podem passar despercebido, como, piso molhado, degraus, portas estreitas, adaptações em banheiros e outros.

No entanto observou-se pouco entendimento das questões relativas à inclusão principalmente nas leis abordadas e relacionadas à educação, sendo unânime a presença



de mais atividades para esclarecimento do tema durante a graduação, principalmente nas licenciaturas.

A afetividade mesmo que não declarada, esteve sempre presente nas encenações dos grupos, pois podemos observar a ajuda de outras pessoas para mobilizar o deficiente físico-motor a superar as dificuldades por meio de ações de afeto.

Algo claro nas encenações propostas no grupo focal, como ajuda a cadeirantes para ultrapassar obstáculos físicos, ou até mesmo uma simples fila dentro do transporte público, também encenado nesta atividade, em que o fato de ceder o lugar para uma pessoa com necessidades físicas pode-se caracterizar como um ato mobilizador de afetividade.

É de grande importância que as instituições se adaptem as leis de inclusão para receberem estes ingressantes no ensino superior em equidade de acesso e oportunidades, pois deficientes são os ambientes que não proporcionam igualdade na apropriação de seus espaços.

O aprofundamento desta pesquisa continua abrindo várias outras oportunidades de estudo e propostas relativas ao tema inclusão, destacando a importância da geografia para o aprofundamento nas questões relativas a percepção do espaço, algo satisfatório para esclarecimentos de alguns conceitos de importante conhecimento social, podendo surgir inúmeras perguntas e dúvidas relativas a temática, aspectos fundamentais para a observação de novas investigações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão (**LBI** nº 13.146/2015).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna. 2001.

MATURANA, H. **Emoções e linguagens na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.



MEIER M. J.; KUDLOWIES S. **Grupo focal:** uma experiência singular. Texto Contexto Enferm. p. 394-9. 2003

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** O Paradigma do Século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, nº 1, 2005.

SCOTT Jr, Valmôr. **A afetividade no Direito e na Educação: considerações à formação de professores a partir de Miguel Arroyo**. Revista Virtual P@rtes(São Paulo). Setembro de 2014.<http://www.partes.com.br/2014/09/26/a-afetividade-no-direito-e-na-educacao-consideracoes-a-formacao-de-professores-a-partir-de-miguel-arroyo/>

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, p. 01-22, 1983.

TUAN, Yi Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente . New Jersey da tradução: DIFEL I Difusão Editorial S. A, 1980.

WALLON, H. (1941-1995). A evolução psicológica da criança. Lisboa, Edições 70, 1975.



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA E SABERES CONSTRUÍDOS NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS NOS ENCONTROS SOBRE PODER ESCOLAR

Letícia Fonseca da Silva

Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

letyedu@hotmail.com

Lígia Cardoso Carlos

Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas

li.gi.c@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma investigação em andamento vinculada à linha de pesquisa Ensino de Geografia e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Com ele visamos discutir o ensino de Geografia através de um estudo sobre trabalhos apresentados em evento organizado no âmbito de uma ação de formação continuada de professores realizada no município de Pelotas-RS desde o ano de 2001, chamada Encontros sobre o Poder Escolar. O foco de sua programação está voltado para a socialização e discussão de experiências pedagógicas realizadas nas escolas. O projeto de formação continuada de profissionais da educação básica "Encontros sobre Poder Escolar" é uma parceria interinstitucional coordenado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas que agrega mais seis instituições: Universidade Católica de Pelotas, Secretaria Municipal de Educação de Pelotas, 5ª Coordenaria Regional de Educação, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Conselho Municipal de Educação de Pelotas e o 24º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS – Sindicato). O objetivo principal é a formação continuada de professores que atuam em escolas públicas de educação básica e, também, dar suporte para a democratização da gestão nas escolas. As experiências pedagógicas, no formato de trabalhos a serem apresentados, revelam saberes construídos na prática profissional e considerados de qualidade distintiva pelos docentes que os inscreveram. Dar visibilidade aos conteúdos geográficos e às metodologias presentes nos trabalhos apresentados indica áreas dentro do campo da geografia que se



tornam mais propícias para os professores desenvolverem práticas pedagógicas consideradas inovadoras bem como o que podemos considerar modismos pedagógicos.

O eixo teórico que embasa o trabalho é a concepção de formação continuada como uma dimensão coletiva, sem ignorar a pessoa do professor e a organização escolar, favorecendo a produção de saberes no interior da profissão e ampliando as possibilidades de autonomia profissional (NÓVOA, 1991 e 1999). Faz parte do processo de investigação, também, o conceito de profissionalidade (SACRISTÁN, 1999, 2000, 2013) que, contextualizado no tempo e no espaço, questiona o discurso pedagógico que hiper-responsabiliza os professores em relação à prática pedagógica e à qualidade do ensino, e o saber profissional (TARDIF, 2014) validado pelo trabalho pedagógico cotidiano.

Nesta perspectiva, perguntamos: os professores de geografia ou ciências afins que participaram apresentando seus trabalhos nos Encontros sobre o Poder Escolar demonstram, através de seus relatos, saberes docentes construídos na prática? Qual o vínculo entre os saberes docentes e os conteúdos geográficos presentes nos trabalhos apresentados? Qual a geografia presente nestes trabalhos selecionados pelos docentes para serem apresentados?

A pesquisa em andamento, a qual discute o ensino de Geografia através das boas práticas (CUNHA, 1992) apresentadas pelos docentes nos “Encontros sobre o Poder Escolar”, busca identificar processos de construção de saberes docentes. Para Tardif (2014, p.36), “pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional, dos saberes das disciplinas, dos currículos e da experiência”. É, portanto, um saber plural, que está articulado e contextualizado na sua ação. Ao trabalhar com tantos elementos, este profissional os transforma em um saber docente que se constrói e aprimora continuamente, inclusive com a ajuda daqueles a quem se ensina, ou seja, os alunos. A experiência, neste processo, é fundamental e tende a se transformar, em seguida, numa maneira pessoal de ensinar, em macetes da profissão, formando uma personalidade profissional (TARDIF, 2014, p. 58) Os anais, foco da análise documental, indicam um movimento de produção destes saberes em forma de documento.



Embora os docentes reconheçam que possuem saberes acumulados ao longo da experiência profissional e que os mesmos podem dialogar com os saberes científicos, não há uma cultura profissional de registro e sistematização da prática (SHULMAN, 2014) entre os professores do ensino básico. Eles não sentem segurança em registrar os seus saberes e fazeres. Segundo o autor (Idem, 2014), o registro de situações de ensino nos quais ações e raciocínios pedagógicos sejam explicitados tem um potencial formativo importante. Através desse registro escrito e da sua socialização com os pares, situações e decisões pedagógicas podem ser fortalecidas, bem como promovidas novas aprendizagens para a docência no vínculo entre a teoria e a prática que contribuem tanto na formação inicial quanto na formação continuada de docentes.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado na pesquisa é o da análise documental (PIMENTEL, 2001), na qual são investigados os anais das edições já realizadas do evento e que contém os resumos de trabalhos inscritos e apresentados por professores da Educação Básica da rede pública. Os documentos utilizados como fonte de dados, nesta fase da pesquisa, foram os anais dos três últimos eventos. O 10º Encontro sobre o Poder Escolar ocorrido no ano de 2010, o 11º Encontro sobre o Poder Escolar ocorrido no ano de 2012 e o 12º Encontro sobre o Poder Escolar ocorrido no ano 2014. Cada um deles teve carga horária de quarenta horas distribuídas em quatro dias de trabalhos e um público em torno de mil docentes participantes. A média de trabalhos selecionados para apresentação e registrados nos anais, experiências pedagógicas de docentes em serviço, foi de cento e cinquenta. Destes, identificamos uma média de doze experiências da prática docente que tinham relação com os saberes geográficos, no entanto, apenas uma média de quatro experiências se referiam aos conteúdos específicos da disciplina de geografia.

Como estratégia de aproximação com os dados realizamos uma primeira leitura de todos os resumos contidos nos anais referidos e selecionamos os que tinham uma referência explícita à disciplina escolar Geografia, indicadas pelos autores, bem como aqueles que, mesmo não tendo uma referência nominal à área, pertenciam ao campo dos



estudos em Geografia. Depois, os resumos inicialmente selecionados passaram por uma segunda leitura, da qual extraímos informações sobre metodologia e conteúdos curriculares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos dados coletados observamos, primeiramente, o pequeno número de trabalhos vinculados ao campo da Geografia, bem como um número significativo de trabalhos ressaltando projetos interdisciplinares envolvendo valores humanos, letramento, mídias e tecnologia, culturas locais e educação matemática. Projetos executados não de forma individual mas por grupos de profissionais da educação. Muitos deles vinculados às datas comemorativas ou temas atuais de repercussão nos meios e comunicação como diversidade étnico-racial, educação inclusiva e inclusão digital. Ainda, nesta primeira impressão, constatamos que existiam muitos relatos de estágio supervisionado.

Nos resumos que tratam dos saberes geográficos, são discutidas inovações nas formas de avaliação da disciplina de Geografia com vistas a uma participação mais democrática dos alunos em relação aos seus processos avaliativos; as transformações do espaço, estudo dos solos, bacias hidrográficas e poluição ambiental dando enfoque à degradação do meio natural por meio do consumo exagerado na sociedade moderna, apontando, através de diferentes ferramentas, ações com vistas a sustentabilidade. Incentivam práticas agroecológicas, a coleta seletiva do lixo, a construção de hortas escolares, a valorização das plantas medicinais, entre outros trabalhos que tenham o cuidado com meio local.

De uma maneira geral, as atividades que os docentes julgam importantes para ser socializadas nos eventos analisados se referem a atividades que desenvolvem a consciência ambiental. Para tal, os professores se utilizam de ferramentas lúdicas com meios de multimídias com o objetivo de atrair os alunos para uma linguagem mais acessível e prazerosa que revele os espaços com mais clareza e atualizados. O objetivo destas abordagens, indicados nos resumos, é a formação de um educando voltado para a cidadania ambientalista, contextualizando a grande quantidade de informações trazidas



pela acessibilidade dos meios de comunicação, transformando-as em conhecimento geográfico. Conteúdos ligados a valorização do patrimônio histórico e cultural também aparecem na construção de saberes geográficos.

Entre as metodologias e estratégias adotadas nas atividades propostas e apresentadas pelos docentes, estão as ferramentas digitais, a utilização de imagens, a música e a dança, as brincadeiras e gincanas, sessões de vídeo e observações in loco. Buscam romper com as aulas consideradas tradicionais e envolvem grande parte dos alunos, independente do seu grau de aprendizagem e série que se encontram.

As experiências apresentadas expõem críticas aos conteúdos programáticos oficiais e aos livros didáticos, na defesa de conteúdos geográficos mais significativos para a vida cotidiana dos alunos. Chamou-nos a atenção o fato dos resumos fazerem referências, na sua maioria, a estudos de situações locais e não indicarem vínculos com questões de âmbito global. Os professores não relatam que as discussões se encaminham para as problemáticas mais amplas, envolvendo conteúdos de geopolítica ou de geografia econômica, por exemplo.

4 CONCLUSÕES

Buscando caminhos de problematização dos dados e indicadores para a continuidade da investigação, podemos dizer que os relatos das boas práticas e sua discussão pelos pares, professores em serviço e futuros professores, podem contribuir de forma qualificada para a construção de estratégias profissionais para a sala de aula, a qual é tão diversa e com tão poucos recursos de infraestrutura. Na concepção da formação continuada, podem demonstrar que o professor é capaz de lançar mão de sua criatividade pedagógica que não está escrita e organizada em forma de receitas, mas está nos exemplos a serem discutidos, no conhecimento empírico, na história dos anos de vida profissional da prática em educação. Além disso, salientamos como estes saberes se combinam entre os pares e como e quanto a geografia participa deste processo, através do material apresentado nos resumos e de acordo com as exigências do currículo escolar.

Outro ponto que ressaltamos é que não temos a intenção de, ao valorizar o saber construído na prática cotidiana, desvalorizar os saberes científicos e curriculares que são



a base dos cursos de licenciatura. O questionamento está no fato de que alguns professores, a partir de um período de experiência na sala de aula, inventam e reinventam suas metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem, combinando conteúdos curriculares com conhecimentos científicos em diferentes realidades e grupos, transformando-os e produzindo saberes e fazeres. Estes, ao serem socializados nos Encontros sobre o Poder Escolar, podem qualificar o processo de formação continuada dos participantes.

Até o momento, parece-nos que os professores demonstram seus saberes docentes na medida que articulam estratégias que contemplam assuntos em voga na ocasião com o conteúdo curricular. Observamos que os conteúdos geográficos que tem uma maior representatividade nos relatos dos docentes estão ligados aos conceitos da geografia física, porém, ao apresentá-los vinculados com a reflexão ambiental, trabalham também a geografia humana, política e econômica. Eles são considerados mais significativos quando trabalhados de forma micro no espaço escolar, junto com outras disciplinas em projetos amplos e atividades extraclasse. Entre as atividades apresentadas, estão em evidência aquelas ligadas ao lúdico e à inclusão digital, principalmente no que se refere à observação das paisagens degradadas com vistas para uma consciência ambiental e mudança de comportamento local.

Como dissemos no início do texto, trata-se de uma investigação em andamento e a análise dos anais dos primeiros eventos, de 2001 até 2008, ainda está por fazer. Nossa expectativa é positiva e estamos mobilizadas para o processo futuro. Principalmente porque refere-se a um período da história recente sobre a formação de professores imediatamente posterior à inserção, no Brasil, dos estudos sobre os saberes docentes e sobre os professores reflexivos nas licenciaturas e cursos de formação docente.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M.I. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papirus, 1992.

NÓVOA, A. **Concepções e práticas de formação contínua de professores**. In: NÓVOA, A. (org.) *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.



_____. **O passado e o presente dos professores.** In: NÓVOA, A. (org.) Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1999.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Paraná: Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, novembro/2001.

SACRISTÁN, G. **Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores.** In: NÓVOA, A. (org.) Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1999.

_____. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Saberes e Incertezas do Currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SHULMAN, Lee S. **Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma.** Cadernos Cenpec, vol.04, n.02, p.196-229, dez.2014. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



A LEITURA DO AMBIENTE NA RELAÇÃO GEOGRAFIA-LITERATURA

Luciano Martins da Rosa

Licenciado em Geografia - Universidade Federal de Pelotas

lucianomartinsdarosa@gmail.com

Liz Cristiane Dias

Doutora em Ensino de Geografia - Universidade Federal de Pelotas

lizcdias@gmail.com

RESUMO

Articulando a relação existente entre Geografia e Literatura a partir do conceito de ambiente, expresso pela leitura d'O Continente, da série O Tempo e o Vento, de Erico Veríssimo, este trabalho em estágio inicial de reformulação, a partir da pesquisa pessoal de monografia, tem por objetivo geral avaliar a relação dessas áreas a partir da discussão geográfico-ambiental da obra, passando pelos objetivos específicos de avaliar a construção da relação Geografia-Literatura, identificar as diferentes concepções geográfico-ambientais expressas na obra, e verificar o uso e disposição da obra analisada e das bibliotecas de escolas públicas de Pelotas. Passando por uma revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, discute-se a aproximação dos conceitos utilizados com a área do Ensino para além de uma metodologia, mas o pensar das entrelinhas e da subjetividade de uma obra, que será auxiliado pela técnica de análise de conteúdo.

Palavras-chave: Concepções ambientais; Interdisciplinaridade; Erico Verissimo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, inserido na área de Ensino de Geografia e Formação de Professores, justifica-se inicialmente nos objetivos da Geografia dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde se busca explorar diferentes linguagens, como a literatura, na leitura e análise de informações espaciais, tratando que

É possível aprender Geografia desde os primeiros ciclos do ensino fundamental, mediante a leitura de autores brasileiros consagrados (Jorge Amado, Erico Veríssimo, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, entre outros), cujas obras retratam diferentes paisagens do Brasil, em seus aspectos sociais, culturais e naturais (BRASIL, 1998, p. 33).



Enfatiza-se, então, além da relação geográfico-literária, o próprio Erico Veríssimo, cuja primeira parte de sua obra máxima (*O Tempo e o Vento – O Continente*) se mostra importante na literatura nacional, além de decisiva para a ilustração das relações da ficção com fatos históricos na construção do ambiente local do Rio Grande do Sul. A obra busca explicar a partir da saga de duas famílias, durante dois séculos, a formação territorial gaúcha e brasileira.

O objetivo geral do trabalho é avaliar a relação Geografia-Literatura a partir da discussão geográfico-ambiental da obra “*O Continente*”, passando pelos objetivos específicos de: avaliar a construção da relação Geografia-Literatura; identificar as diferentes concepções geográfico-ambientais expressas na obra e; verificar o uso e disposição da obra analisada e das bibliotecas de escolas públicas de Pelotas.

Castellar (2010) é enfática ao escrever que um dos desafios postos aos professores contemporâneos é o de “superar os vícios de uma educação estática, inerte e ineficaz” (CASTELLAR, 2010, p. 39), buscando uma maior criatividade, e propondo uma reinvenção do professor na escola. Seguindo esta linha, sugere-se que “os textos literários não podem ser meros pretextos para aprendizagem gramatical ou metalinguística, porque não se esgotam na superfície textual” (DALVI, 2013, p. 134). A capacidade de um livro (ou uma coleção, ou uma biblioteca), então, não finda em uma única disciplina ou área do conhecimento, já que carrega também intenções, estereótipos e demais pontos subjetivos.

Silva e Barbosa (2014), porém, entendem que a literatura deve ser explorada como o resultado de um processo, e não apenas como ilustração para o ensino da geografia. Os autores não compreendem a literatura como uma ferramenta, mas acreditam que a literatura por si só é também geográfica.

Tratando da categoria de ambiente enquanto categoria geográfica essencial (o que não é consenso dentro da própria ciência), uma das principais referências nessa linha é Suertegaray (2001). Para a autora, não é mais possível idealizar o ambiente como natural, sinônimo de natureza primitiva, o qual, selvagem e formado por objetos naturais, já foi



superado, implicando então em considerar o homem como sujeito das transformações ambientais, sem negar também os impactos existentes.

Para compreender, além do conceito de ambiente, as diferentes concepções ambientais advindas da relação ser humano-meio, utiliza-se de Vestena (2011), que considera três as concepções essenciais. A judaico-cristã, a mecanicista de mundo e a organicista ou evolucionista, que diferem-se na crença de um mantenedor e nas influências dos seres humanos nos fenômenos naturais.

Brügger (1999) contribui sugerindo uma educação ambiental na abordagem dessas concepções de mundo, ambiente e natureza. Compreende-se que essa educação vai além de uma modalidade formal e disciplinar, devendo ser crítica e interdisciplinar. Dessa forma, a Geografia pode servir de elo para essa discussão, tendo contribuições nos PCN, que trazem o meio ambiente como um dos temas transversais a permear as disciplinas.

2 METODOLOGIA

A geração dos dados dessa pesquisa qualitativa se dá por meio de revisão de literatura na busca por justificativas e inter-relações entre as áreas abordadas, cujos resultados são considerados para além de um referencial inicial, mas dados de pesquisa, ainda, uma pesquisa documental, ao considerar uma obra literária também um documento, além da análise dos PCN e o que trazem a respeito dessa abordagem. Com base em Godoy (1995), afirma-se que os documentos podem ser entendidos de maneira ampla, desde jornais, passando por revistas, cartas até obras literárias, e por isso a inclusão desses diferentes tipos de texto num mesmo tipo de pesquisa. Para a geração dos também serão feitas entrevistas individuais, somadas as já realizadas durante o primeiro momento da pesquisa no ambiente das bibliotecas escolares.

Na chamada pesquisa de campo, com o levantamento sobre a disponibilidade da obra e sua coleção em bibliotecas escolares delimitadas, foram definidas quatro escolas, sendo elas instituições públicas participantes do projeto do PIBID UFPel. O trabalho de campo já realizado se fez com um diagnóstico sobre quais agentes do espaço escolar se utilizam da obra e com que frequência é feita, bem como de que forma é gerenciado o



espaço das bibliotecas escolares. Foram realizadas entrevistas qualitativas não estruturadas com professores responsáveis, em que, a partir de Bogdan e Biklen (1994), são tidas como uma forma de se relacionar em que o entrevistador encoraja o sujeito a falar sobre a área de interesse, que em seguida é explorada mais profundamente. As entrevistas que ainda serão realizadas buscarão aprofundar as informações já obtidas, pensando junto dos professores possíveis soluções para os problemas encontrados e tratando da própria discussão a ser realizada pela análise da obra.

Já para a análise dos dados, será realizada uma análise de conteúdo pós análise documental da obra, com referência inicial em Bardin (2011). A autora trata da descrição analítica, que deve ser homogênea, exaustiva, exclusiva, adequada e pertinente (adaptada ao conteúdo e ao objetivo de cada trabalho), também falando da inferência (que compreende as causas de dado enunciado, e as consequências que pode provocar), relembrando que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44). O método para análise dos dados coletados se mostra importante por buscar compreender, no esgotamento das possibilidades da totalidade textual, o autor, o contexto em que a obra foi escrita e o máximo que se pode relacionar à influência do ambiente no enredo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho, até então, possui um referencial teórico a respeito dos conceitos utilizados, bem como uma análise documental do primeiro volume d'O Continente, faltando ser realizada a análise do segundo volume e, a partir da metodologia já explicitada, a análise de conteúdo da obra.

O primeiro volume é dividido em quatro partes, que são intercaladas temporalmente ao longo da obra: O Sobrado, A Fonte, Ana Terra e Um certo capitão Rodrigo. Na primeira parte, o termo ambiente pode ser lido como próximo ao conceito geográfico de lugar, mas é compreendido, enquanto ambiente externo, como espaço de sustento a partir da exploração da terra, impossibilitada durante o cerco ao sobrado. Pelas concepções que sustentam teoricamente a discussão, de Vestena (2011), a judaico-cristã



prevalece, por aparecer Deus como provedor da natureza e de seus fenômenos nos capítulos relacionados ao sobrado.

Em “A Fonte”, o solo aparece como provedor do sustento da redução para subsistência e exportação, e os fenômenos naturais alteram a dinâmica e o cotidiano do local, havendo uma inquestionável ação do homem sobre o ambiente na ocupação e definição do território. Em “Ana Terra”, o ambiente é tido como espaço de sustento, de ação, mas não fundamentalmente de construção humana. Já em “Um certo capitão Rodrigo”, há uma clara valorização da ligação do homem com a terra, e das relações de poder estabelecidas no local como reflexo de um contexto maior, sendo o ambiente lido como conceito próximo ao de território, de poder e status.

Ainda, na busca pelas condições de acesso à obra em bibliotecas escolares públicas de Pelotas, ocorreram diálogos produtivos sobre a situação das escolas, das bibliotecas e sua abertura aos estudantes, e as obras disponíveis nos acervos a partir de observação empírica e entrevistas abertas com professores responsáveis. De forma geral, todas as bibliotecas possuem características similares, havendo a disponibilidade da obra pesquisada, porém, os livros quase não são retirados para leitura do acervo, não havendo incentivos quanto à leitura. Também, os espaços são subaproveitados, carecendo ainda de um cadastro de obras atualizado, não havendo nenhum profissional fixo e especializado responsável pela organização e cuidado das bibliotecas e acervos, dentre todas as escolas visitadas.

4 CONCLUSÕES

Por tudo que fora discutido, a partir da justificativa, referencial teórico e do campo de pesquisa, é possível afirmar nesse caminhar da pesquisa que a Geografia e a Literatura possuem uma afinidade interdisciplinar, e sua relação vai além de uma concepção de literatura como ferramenta ou apenas recurso ilustrativo para a Geografia e seu ensino.

O conceito de ambiente e as concepções e discussões ambientais mostram-se pertinentes a partir da temática que permeia a obra em questão e é fundamental para a compreensão da realidade local. No primeiro volume da obra analisada, as concepções ambientais se mostram muito ligadas à religiosidade dos personagens, da influência da



Igreja na sociedade da época. A natureza, por sua vez, em alguns momentos, se apresenta com um papel místico. Mesmo com a proximidade dos personagens com a terra e o ambiente natural, o conceito aparece na obra por vezes como próximo de lugar, conceito geográfico que indica intimidade, e ainda por vezes também sinônimo de território. Mas aparece também, e principalmente, a partir de elementos da natureza transformada e totalmente adaptada ao uso das pessoas, sendo meio de vida. Assim, as concepções de ambiente expressas na primeira parte de “O Tempo e o Vento” são diversas, plurais e se diferem a partir da perspectiva observada, os personagens retratados e a importância que o ambiente tem para a existência de cada um.

Na última parte do trabalho realizado até então, com a pesquisa de campo em escolas públicas de Pelotas-RS, pode-se observar, inicialmente, uma boa receptividade das instituições, e além disso, a confirmação da existência da obra analisada nas mesmas. Porém, as bibliotecas são tratadas como depósitos, em sua maioria, principalmente de livros didáticos. É plausível, nesse contexto, mas para não concluir, chegar a um consenso e afirmar que é possível trabalhar questões como essas dentro do ensino de Geografia, no nível fundamental e médio de escolas públicas, que também carecem de fontes e instrumentos metodológicos de ensino.

Para além disso, ainda é evidente o caminho a ser percorrido na pesquisa, delimitando o tema e aproximando do Ensino as discussões feitas e possibilidades visualizadas nas entrelinhas pela leitura da obra de Erico Veríssimo, que certamente serão ainda melhor exploradas na análise de conteúdo a ser trabalhada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 280 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998. 156 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>>. Acesso em 19 set. 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994. 335 p.



BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999. 2. ed. 159 p.

CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: formação e didática. In: MORAES, E. M. B.; MORAES, L. B. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Vieira, 2010, p. 39-58. Disponível em: <<http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2014/04/LIVRO-FORMAÇÃO-DE-PROFESSORES-CONTEÚDOS-E-METODOLOGIAS-NO-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-2010.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

DALVI, M. A. Literatura na educação básica: propostas, concepções, práticas. **Caderno de Pesquisa em Educação**. PPGE/UFES, Vitória, a. 10, v. 19, n. 38, p. 123-140, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/7896/5604>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 21-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000400008>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SILVA, I. A.; BARBOSA, T. O ensino de geografia e a literatura: uma contribuição estética. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 80-89, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23358/14361>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 93. Barcelona, Espanha, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VESTENA, C. L. B. **Piaget e a questão ambiental: sujeito epistêmico, diagnóstico e considerações educacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 174 p.



PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS: A ESPACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO INOVADOR NO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Alex Sandro Amaral Pereira

Mestrando em Geografia- PPGeo-UFPel

asap@brturbo.com.br

Giovana Mendes de Oliveira

Doutora em Geografia – UFPel

geoliveira.ufpel@gmail.com

RESUMO

Em um mundo onde ocorrem frequentes transformações, cabe à Geografia estar em constante observação referente ao seu objeto de estudo. Este artigo tem como tema a economia do século XXI, ancorada na inovação, onde os Parques Tecnológicos, são uma forma de materialização deste processo. Este estudo trata sobre os Parques tecnológicos do Rio Grande do Sul. Os Parques Tecnológicos (PqTs), ao se materializarem nos territórios, permitem que a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ocorram, de forma a gerar inovação. Ele é uma concentração geográfica que abriga instituições de ensino, empresas e poder público que trabalham em sinergia para desenvolver produtos ou processos novos para o mercado. O objetivo aqui proposto é espacializar os Parques Tecnológicos no RS, em suas diferentes fases, analisando os resultados desta espacialidade. Usou-se como metodologia, questões sobre as fases dos parques através de correio eletrônico junto ao Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações (MCTIC), o que possibilitou chegar a conclusão de que os PqTs estão distribuídos por vários territórios do Rio Grande do Sul, entretanto os de fase de operação (consolidados) estão concentrados apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre, deixando a seguinte indagação. Porque os outros territórios não conseguem avançar os seus PqTs até esta fase.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo com mudanças contínuas que ocorrem com as inovações tecnológicas, o aumento do conhecimento, e consequentemente da aprendizagem, faz



com que a ciência geográfica esteja permanentemente reavaliando as suas conjecturas conceituais e os seus métodos, para atender a demanda dos processos de um mundo cada vez mais globalizado, tecnificado e desigual. Com as disparidades territoriais que ocorrem no mundo capitalista, faz-se necessário compreender a crescente luta dos países semiperiféricos para poder acompanhar o ritmo e aproximar-se dos países hegemônicos, cujo poder está centrado no capital. A abordagem territorial é uma contribuição possível da ciência geográfica neste campo.

Observa-se que, no final do século XX, houve uma aceleração das inovações o que ocasionou a disputa por mercado, acirrando a competitividade. Este processo possibilitou a criação de novas invenções que viriam a facilitar a vida da sociedade, como computadores, outras de fontes de energias alternativas, avanços na área da medicina e da biotecnologia, entre outros. Este novo momento foi designado por Santos (1996) de Meio técnico-científico informacional, mas tem sido mais conhecida como globalização, que, segundo Harvey (1996), se tornou uma palavra chave para a organização de nossos pensamentos no que se refere ao funcionamento do mundo, e serviu de base para desenvolver o mercado capitalista através de suas redes e fluxos, com o objetivo de desenvolver os territórios. O processo de internacionalização sempre esteve presente no mundo capitalista em diferentes épocas, principalmente pela busca maior de recursos, fazendo com que o mesmo tivesse uma grande repercussão dentro do espaço geográfico. Porém, a partir dos anos de 1970 a globalização se materializa auxiliada pela Terceira Revolução Industrial, criando um novo paradigma econômico. Perante esta nova ordem econômica mundial, faz-se necessário uma investigação das materializações espaciais provocadas por esta nova forma de competitividade.

Sendo assim, os Parques Tecnológicos (PqTs) são um território criado para dar conta desta competitividade; eles podem ser entendidos como ilhas que se estabelecem dentro dos territórios, e são a materialidade de um processo que visa inovações de produtos ou de processos. Os PqTs têm recebidos vários conceitos dos diferentes autores da literatura nacional e internacional, onde os mesmos são unânimes em relacioná-los como ambientes propícios a Inovações Tecnológicas, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nota-se que os conceitos sobre os Parques Tecnológicos não são unanimidade



entre os autores, não possuindo assim um termo original para a sua subsistência, entretanto todos são unânimes em colocar que eles são locais destinados ao desenvolvimento econômico, através da sinergia de diversos atores para obtenção de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Sendo assim, os PqTs são uma produção do capital e para o capital, e se fixam nos territórios na busca de diferentes inovações, a partir do trabalho em equipe realizado pelos atores envolvidos, vindo a se tornar um espaço definido como Meio Técnico Científico Informacional, agregando dentro do seu espaço Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação.

1.1 Parques Tecnológicos: Alguns Aspectos Conceituais.

Os PqTs se materializam para poder auxiliar a integração de diferentes territórios e instituições nacionais e internacionais, onde os mesmos podem ajudar os problemas que o país possui com as promoções de inovações tecnológicas e o crescimento econômico em seus territórios. Castells (1996), esclarece que:

“Los parques tecnológicos se han puesto de moda dentro de las políticas para el desarrollo económico regional y local. Su objetivo es de concentrar en una zona determinada una serie de empresas industriales de alta tecnología que aporten puestos trabajo y cualificaciones y que sean las que, en última instancia, generen ingresos y demanda para sustentar El crecimiento económico de las regiones que tratan de sobrevivir bajo las nuevas condiciones de la competitividad internacional y de la producción basada en la información”(p. 129).

Neste contexto os PqTs surgem após a Segunda Guerra Mundial para melhorar as atividades econômicas dos territórios no novo processo sistêmico da globalização, Campolina e Diniz (2014) ressaltam que o sistema acadêmico-universitário e o sistema empresarial tornou-se mais forte na época, e que o conhecimento científico passou a ser o maior instrumento para a criação de novas empresas ou empreendimentos. De acordo com CDT/Unb (2014) os PqTs são ilhas que servem para desenvolver inovações de produtos ou processos, que agrupam no seu espaço um tripé na busca de desenvolvimento econômico. Para Steiner et al (2008) eles são ambientes de inovação, e como tal instrumentos implantados em países centrais e semiperiféricos para aumentar as economias regionais e nacionais, agregando tudo isto ao conhecimento. Para Vedovello



et al (2006), os PqTs tem um papel de desenvolvimento regional/local de estímulo à maior competitividade e performance empresarial, o qual gera crescimento e desenvolvimento econômico

Seguindo esta perspectiva, os PqTs se estabelecem em países emergentes para fortalecer o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Segundo Vedovello, Judice, Maculan (2006), a literatura trata os PqTs como um instrumento de promoção de diversos objetivos econômicos e políticos. Para Steiner, Cassim e Robazzi (2008), estas ilhas que se estabelecem nos diferentes territórios e regiões são ambientes de inovação e, como tal, implantadas em países centrais e periféricos para dinamizar economias regionais e nacionais, agregando conteúdo e conhecimento.

2 METODOLOGIA e RESULTADO

Usou-se como metodologia uma pesquisa exploratória junto ao MCTIC realizada em junho de 2016, que serviu de base para um estudo preliminar do objeto de pesquisa, ou seja, os Parques Tecnológicos. A investigação teve como objetivo a identificação das fases dos PqTs nos diferentes territórios em que eles estão inseridos no estado. Na referida pesquisa usou-se a internet como meio de comunicação entre o pesquisador e o órgão do poder público.. Na referida troca de mensagens havia seguinte pergunta: quais eram os Parques Tecnológicos no Rio Grande do Sul e quais suas respectivas fases? O mesmo fica evidenciado na figura 1 logo abaixo.

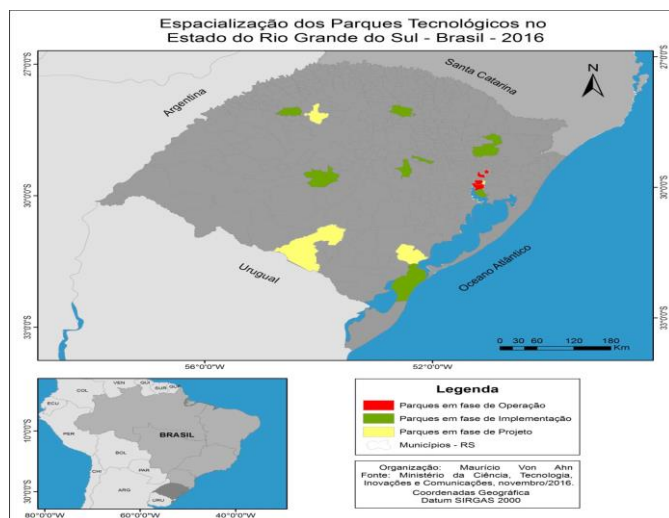


Figura 1: Fonte MCTIC; organizador autor do trabalho



Como resultado observou-se que os PqTs do Rio Grande do Sul estão especializados por várias regiões do território do estado, entretanto os PqTs em fase de Operação estão situados na Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta fase é quando o PqT está consolidado dentro do território, pois tem a sua localização privilegiada para desenvolver P&D e gerar inovação, possui uma gestão forte, e a sua regularização fundiária completa, ou seja, sua área física está pronta para receber empresas, além de apresentar base para acomodar em seu ambiente Ciência e Tecnologia. Além disso, em seus espaços tem as empresas a nível local, regional e nacional. As outras fases, de Implantação e de Projeto, se dividem na sua maioria por outras regiões do interior do estado. A fase de Implantação é quando o PqT saiu da fase de projeto e já possui a sua sede, com ou sem a sua regularização fundiária completa. No entanto, para chegar nesta fase, o PqT captou um aporte financeiro através de políticas públicas para deixar de ser um projeto. O mesmo se materializa com o tripé poder público, universidade e empresas, estas, muitas vezes, de base local. Isto vai proporcionar a P&D para inovar e ajudar o desenvolvimento econômico local. O PqT em fase de projeto, como o nome já diz, são PqTs que possuem apenas um plano para poder se materializar.

3 CONCLUSÃO

Até o presente momento, a investigação teve como objetivo identificar e analisar territorialmente estes parques dentro do estado. Estas ilhas, quando consolidadas, agem em sinergia na busca de empresas que possam entrar ou se fortalecer para o mercado competitivo, e se tornar referência para o local onde estão estabelecidas, bem como para outras áreas.

Os parques em funcionamento estão concentrados na região metropolitana, sugerindo que estes locais são os mais propícios para o desenvolvimento do novo paradigma econômico. De fato, esta mesma relação é feita na teoria existente, apontando que as grandes metrópoles seriam o *locus* privilegiado desta economia.

Ainda não é possível afirmar com clareza, daí a necessidade de mais estudos, que é o tema da dissertação que esta sendo desenvolvida pelo autor, se de fato os parques tem



mais sucesso devido a sua localização ou por estas regiões possuírem uma economia forte e consequentemente terem índices altos de PIB e IDH, onde estes fatores são existente nos grandes centros, o que vem a facilitar o desenvolvimento dos mesmos apenas nesta região. Mas, no momento, é possível dizer que, temos aqui um desenho de desigualdade regional sendo traçado no estado, no Brasil e no mundo. Desta forma, cabe à sociedade entender estes processos e propor alternativas para que isto não floresça.

REFERÊNCIAS

CAMPOLINA B.; DINIZ, Clélio C.; **Crise Global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil**; Revista de Economia Política, v. 34; n. 4; p. 638-655; out/dez/2014.

CASTELLS, Manuel; HALL, Peter; **Las Tecnópolis Del Mundo La Formación de los Complejos Industriales Del Signo XXI**; Madrid, Alianza Editorial, 1994.

CDT/UnB; **Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos** / Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília, 2014.

DINIZ, Clélio C. ; LEMOS, Mauro B. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. EDUCS, 2002.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1994.

OLIVEIRA, Giovana Mendes de; **Espaço, território e inovação, repercussões geográficas da dinâmica no século XXI** – Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2013, 164p.

PENTEADO, Rosângela de F. S, **Contribuição dos Parques Tecnológicos para o Desenvolvimento Econômico, Social e Tecnológico para o Estado do Paraná**, 2013

SANTOS, Milton; **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4ª Ed. – São Paulo, Ed. a Universidade de São Paulo; 2004.

STEINER, João E.; CASSIM, Marisa Barbar; ROBAZZI, Antonio Carlos; **Parque Tecnológicos: Ambientes de Inovação; Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**; 2008.

VEDOVELLO, Conceição A.; JUDICE, Valéria Maria M.; MACULAN, Anne Marie D.; **Revisão Crítica às Abordagens a Parques Tecnológicos: Alternativas Interpretativas às Experiências Brasileiras Recentes**, Revista de Administração e Inovação; São Paulo; v.3, n.2, p. 103-118, 2006.



APONTAMENTOS SOBRE O NOVO PARADIGMA ECONÔMICO: INCENTIVANDO O DEBATE

Giovana Mendes de Oliveira

Prof Dra UFPEL

geoliveira.ufpel@gmail.com

RESUMO

No final do século XXI ainda que persista o modo de produção capitalista, um novo paradigma econômico se estruturou, ele está ligado a conceitos como globalização, inovação, redes, tecnologias, território e conhecimento e aprendizagem. Conceitos que circulam na literatura, mas raramente aparecem articulados. A comunicação é um exercício teórico que busca articular estes conceitos e a partir de referenciais estrangeiros, fomentar o debate sobre os caminhos a serem percorridos pelo Brasil neste século. Existe uma forte preocupação com estas questões nos países centrais e em muito, capitaneado pela geografia econômica, cabe a geografia brasileira entrar também nesta discussão e por isto se justifica esta comunicação.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação ancora-se na discussão do paradigma do econômico do século XXI, que valoriza as vantagens competitivas que estão calcadas a sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem. Se faz referência ao termo novo paradigma porque a globalização em curso, com auxílio das tecnologias digitais, produz ritmos alucinantes de inovação e desta forma, a estrutura do trabalho, das empresas e do próprio Estado, necessita atuar de forma diferente para se manterem dentro do mercado capitalista. E isto é realidade tanto em países centrais com em semiperiféricos. Cabe aos pesquisadores entender este processo, para propor estratégias que podem ser de adoção do caminho imperante ou a construção de um caminho alternativo.

Este estudo é uma discussão teórica sobre o conceito chave para entender o novo paradigma econômico e sua interligação. Se discute globalização, inovação, território, tecnologias e conhecimento e aprendizagem, buscando esclarecer os elementos deste novo paradigma e com isto auxiliar no debate sobre o futuro do Brasil, que não tem conseguido estruturar um sistema de inovação e nem tem apoiado outra perspectiva de socioeconômica.

2 METODOLOGIA

A proposta apresentada é uma revisão teórica partir da literatura estrangeira. Em especial professores Castells, Lundvall, Boschmann, e Asheim.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A globalização é um processo multidimensional, contudo pode ser melhor compreendida pela sua dimensão econômica, ela é o centro do processo. Uma economia global é uma economia cujas atividades principais funcionam como uma unidade em tempo real em uma escala planetária (Castells, 1999); assim, a economia globalizada é um patamar da economia capitalista, em que as práticas fordistas deixam de ter relevo e são adotadas de práticas flexíveis. Esta nova etapa da economia requer economias competitivas e para isto elas precisam buscar a inovação. Segundo Poter (1998), economias com baixa produtividade demonstram pequena competitividade e a maior concorrência vem de importações e envolve a imitação, o preço é a única variável competitiva, e recorrentemente as empresas asseguram os preços com baixos salários, desta forma a competição envolve um investimento mínimo. No paradigma atual a rivalidade deve mudar de baixos salários para baixo custo total, que exige atualização e busca de eficiência, que vai desde a manufatura do produto até serviço de entrega. O que significa que a competitividade também deve evoluir além do custo, para incluir a diferenciação. Em suma, o novo paradigma global tem como imperativo que a concorrência deve mudar de imitação para inovação.

A inovação não são apenas ideias novas, são ideias passíveis de serem produtos para o mercado. Se uma inovação não é possível gerar um produto para ser comercializados, ou um processo que venha melhorar a eficiência de um serviço, ou ainda facilitar a compra de um produto, isto não é inovação. E para que a inovação seja efetivada ela precisa ser difundida, “sem difusão uma inovação não tem impacto econômico. A exigência mínima para que uma mudança nos produtos ou funções da empresa seja considerada uma inovação é que ela seja nova (ou significativamente melhorada) para a empresa”. (OSLO, 1997, p 24). Existem tipos diferentes de inovação, as radicais que geram efetivamente produtos novos e as incrementais que são melhoramentos nos produtos. A inovação não é uma novidade na literatura, Schumpeter já na década de 30 fazia alusão as inovações tecnológicas como causa da alteração dos ciclos econômicos, colocando nos empresários audaciosos o mérito de realizar coisas novas que viessem a revolucionar o mercado. Contudo, a inovação preconizada hoje pela economia para atribuir competitividade está ligada a um sistema complexo.

Para que a inovação possa ocorrer os atores e seus territórios são fundamentais. Os primeiros são empresas, estados e universidades e até mesmo os próprios usuários das novidades; os segundos são o produto da relação existente entre poder, atores e recursos que vão propiciar a formação do ecossistema de inovação. E aqui pode-se lançar o conceito de sinergia, considerado



aqui como um movimento entre atores que promove cooperação, coesão, permitindo que ocorra uma operação de pessoas associadas. Este território, no qual as pessoas promovem sinergia se iguala a um ecossistema.

Entre os atores estão pequenas e médias empresas, mas sobretudo os grandes conglomerados internacionais estão na ponta deste processo, eles, com seus próprios laboratórios de pesquisa e desenvolvimento têm revolucionado o mercado, atuando em várias fusões e aquisições tem concentrado a produção e a lucratividade. Estas empresas são importantes para economia frágeis, aquelas que não tem poder endógeno de desenvolvimento inovador, mas com certeza, nenhuma teoria de desenvolvimento regional aposta nelas como a única saída para gerar inovação e competitividade. Destas afirmações ficam a questão o quanto os territórios em países periféricos conseguem inovar, e os que conseguem como fazem.

Esta inovação precisa muito das redes, que podem ser definidas como conjunto de nós interconectados, formando uma malha, formando um território. Pode ter uma hierarquia e um centro, ele não é destacado, dando a impressão de inexistente. As relações entre os nós são assimétricas, mas todas são necessárias para o funcionamento da rede, seja ela montada para a circulação de dinheiro, informações, tecnologia, imagens, bens, serviços ou pessoas. Estar em rede significa aumentar as chances de competitividade, de emprego, estar fora da rede, ou seja, desligado, pode significar as chances desaparecem, pois tudo passa em torno de uma rede mundial de redes interativas. As redes são a organização adequada para a implacável adaptação e a extrema flexibilidade exigida por uma economia global interconectada. Certamente, as redes sempre existiram na organização humana, mas agora só eles se tornaram a forma mais poderosa para organizar a sociedade. A força das redes é a flexibilidade, a capacidade de descentralização, a adaptação a novas tarefas, a rede é, ao mesmo tempo, centralizada e descentralizada. Pode ser coordenada sem um centro, e com isto ao invés de instruções, temos interações. As corporações multinacionais funcionam internamente como redes descentralizadas, cujos elementos recebem uma autonomia considerável, cada elemento dessas redes geralmente faz parte de outras redes, algumas delas formadas por pequenas e médias empresas auxiliares; outras redes se ligam a outras grandes corporações, em torno de projetos e tarefas específicas, muitas vezes sem sincronia de tempo e espaço Mas, não são apenas as empresas multinacionais, o network fazem parte do processo de aprendizagem e criação, como se apresentará a seguir, determinados tipos de conhecimentos não pode avançar sem estar em redes.



A globalização, a inovação e as redes só poderiam existir da maneira que estão hoje a partir do desenvolvimento tecnológico, que é possível de ser chamado de digitalização. As tecnologias digitais a partir de um código binário, conseguiram revolucionar nossos objetos técnicos e criaram mais uma centena de milhares deles, o computador e a internet são motores desta tecnologia, mas elas vão longe. Contudo, o fator elementar de entendimento desta questão é possibilidade de potencialização do cérebro humano que esta digitalização proporcionou, ideias que antes de serem colocadas em práticas deveriam ser testadas com protótipos caros, hoje com a facilidade do mundo virtual já são possíveis serem montadas e testadas virtualmente; cálculos intermináveis são perfeitamente resolvidos com os supercomputadores; treinamentos delicados e detalhistas igualmente são possíveis através da virtualização. O mundo digital acelerou nossa capacidade de pensar e armazenar conhecimentos permitindo que nossas ideias se tornem realidades rapidamente, mas também rapidamente tornem-se obsoletas. Assim, a importante característica da presente fase de desenvolvimento é a alta taxa de mudança nos requisitos de habilidade. Isto implica que todas as categorias das habilidades e capacidades devem ser renovadas de tempos em tempos, isto é, as organizações têm que desenvolver novas competência continuamente. (LUNDVALL, 1997). O que leva a necessidade da construção de uma economia da aprendizagem. Uma empresa, um território não pode viver de novidades ocorridas em anos passados, pois do outro lado do mundo já pode ter sido inventado algo que termine totalmente com sua atividade. A principal razão por que a aprendizagem tem que tornar-se mais importante, está ligado a dialética entre aprender e mudar. Uma rápida mudança implica em uma necessidade dos envolvidos na aprendizagem realizarem rápidas aprendizagens, de forma a mudar o ambiente e as outras pessoas. O que se tem então é uma economia baseada na aprendizagem para competir, o que leva a cada vez mais a tentarmos entender como se dá a aprendizagem e como os territórios influenciam nisto.

A aprendizagem e o conhecimento sendo centrais, transfiriu a atenção dos teóricos para a divisão dos conhecimentos tácito e codificados. A codificação do conhecimento implica que esse conhecimento sejam transformados em informações que possam ser facilmente transmitidas através de uma infraestrutura de informação, a saber, meios virtuais ou físicos. O conhecimento codificado pode normalmente ser transferido em longas distâncias e através de limites organizacionais. (Lundvall, 1997). A crescente agilidade de transmissão do conhecimento codificado pelas vias digitais, torna-o passível de circular rapidamente pelo mundo todo, de formas lícita ou ilícita. Com isto, a taxa de mudança acelera. Isso permite que seja menos atraente codificar o conhecimento, uma vez que torna a inovação mais rápida, e obsoleta. Entretanto, é



importante saber que o conhecimento também vem da forma tácita. O conhecimento tácito é o conhecimento que não pode ser facilmente transferido porque ele é centrado na pessoa ou no grupo que o produz, ele está ligado ao saber fazer, mas sem estar claro, o suficiente, para quem faz a ponto de codificar. Lundavall (1997) aponta como um tipo importante de conhecimento tácito a habilidade. Outro importante tipo de conhecimento tácito é o compartilhado por crenças e modos de interpretação. Este implica que ele não pode ser vendida e comprada no mercado e que sua transferência é extremamente sensível ao contexto social. O reconhecimento da necessidade destes dois tipos de conhecimento permite pensar na importância do território formado para permitir que a sinergia entre os atores permita percolar tanto conhecimento tácito como conhecimento codificado para produzir inovação. Neste sentido ganha importância a proximidade, pois esta permitiria a troca destes conhecimentos tácitos e codificados. Boschmann (2014) vai mais longe ao definir a proximidade, segundo ele pode-se ser classificada em : cognitiva que refere-se à medida em que dois atores compartilham a mesma base de conhecimento ; social que está associada a relações pessoais entre atores como resultado de colaborações passadas; institucional, quando os atores operam sob o mesmo conjunto de normas e incentivos, por exemplo, quando co-localizados no mesmo país ou operando no mesmo subsistema , como indústria ou governo; a proximidade organizacional refere-se à associação à mesma entidade organizacional, como é o caso, por exemplo, de duas filiais da mesma empresa. Não menos importante para discutir conhecimento e, portanto, inovação é a discussão de Asheim, (2014), enfoque baseia-se na definição de três tipos de conhecimento relevantes para a inovação: conhecimento analítico, sintético e simbólico. O conhecimento analítico baseia-se em grande parte no conhecimento científico criado através de processos dedutivos e modelos formais. Grande parte desse conhecimento é codificado, por exemplo, em patentes ou publicações de pesquisa. O conhecimento sintético é aplicado, direcionado a resolução de problemas. Ele é criado por meio de processos interativos que envolvem clientes ou fornecedores, neste caso o conhecimento tácito desempenha um papel importante. O conhecimento simbólico representa a capacidade de compreender e interpretar os hábitos e as normas da cultura popular. As inovações resultam da criação de significado e desejo através da geração de novos projetos, estética e intangível. Este tipo de conhecimento exibe uma elevada inserção cultural e geralmente é criado por meio de intercâmbio em comunidades informais e profissionais, muitas vezes dentro de um contexto específico. Dependendo da atividade da empresa ela vai precisar de proximidade diferente, umas mais ligadas a redes externas, outras mais ligada ao face-to- face e outras ligadas ao burburinho.



O face-to-face reflete a sensação de que duas ou mais pessoas estão fisicamente co-presentes de uma forma que permite o contato visual e físico mútuo, está associado a um processo de comunicação multidimensional, é uma forma eficiente para se trocar conhecimentos tácitos, mas também codificável. O zumbido é a ideia de barulho ecoando pelos sons que são evocados por muitos. Onde muita coisa acontece, circulam informações se realizam networks, onde rapidamente eu tenho a percepção das novidades ou do que precisa ser criado. Assim, zumbido e face-to-face possibilitam a inovação e remetem ao território. Ou seja, são elementos importantes para os atores que querem organizar seus territórios para inovação.

Entre os territórios que seriam mais competitivos estão as metrópoles, pois nela encontramos o burburinho, nelas estão vários atores que possuem conhecimento, capital, que motiva o face-to-face. E desta forma percebe-se que as metrópoles diante da economia do conhecimento e aprendizagem passam a ter relevância, o que permite falar em retorno a concentração, e / acirramento da aglomeração nas metrópoles. Tudo indica que a globalização forma um território em rede, e cada ponto desta rede são territórios competitivos, rede esta que deixa muitos outros territórios. Com isto faz sentido a preocupação de alguns autores com a coesão territorial e social e com a smart specialization, estes também adotados pela União Europeia. A primeira faz admitir que alguns territórios não penetraram na lógica econômica vigente, necessitando de organização para isto, pois o seu afastamento do paradigma significa problemas sociais, e nesse sentido a necessidade de buscar coesão territorial. A segunda aponta que para a entrada no novo paradigma necessita de planejamento baseado em inovação e nas características de cada território.

4 CONCLUSÕES

O exercício teórico apresenta uma interligação entre os conceitos de globalização, inovação, redes, território, economia e aprendizagem. Ao fazê-lo evidencia-se porque vivemos dentro de um meio técnico-científico informacional. E o quanto o trabalho e o trabalhador precisam se modificar para atender este paradigma. Concretamente sabemos que o Brasil está sem projeto para o futuro e cabe a nós pesquisadores discutir as alternativas seguidas pelos países centrais e decidir qual o caminho seguir. Enfim, a comunicação apresenta questões teóricas para abrir um debate.



REFERÊNCIAS

BOSCHMA, Ron; GIANELLE, Carlo **Regional Branching and Smart Specialisation Policy**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FORAY, Dominique Et al. **Guide to Research and innovation Strategies for Smart Specialisation**(RIS 3). European Commission, 2012.

LUNDVALL, Bengt-Ake; BORRÁS, Susana. **The globalising learning economy**: Implications for in innovation policy. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1998.

MCCANN, Philip; ORTEGA-ARGILÉS, Raquel **Smart Specialization, Regional Growth and Applications to European Union Cohesion Policy**. Regional Studies, 49:8, 1291-1302, 2015.

SCHUMPETER, J.A **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico (1 ed., 1934). Tradução de Maria Sílvia Possas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony. O burburinho e força da cidade. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PORTER, Michael E. "**Clusters and .Competition**: New Agendas for Companies, Governments, and Institutions." Harvard Business School Working Paper, No. 98-080, March 1998.

ASHEIM, Björn; GRILLITSCH, Markus; TRIPPL, Michaela. Regional Innovation Systems: Past - Presence - Future . Doloreux D.; Shearmur, R.; Carrincazeaux (eds) In: '**Handbook on the Geography of Innovation**', Edward Elgar, UK/US, 2016.

BROEKEL, Tom; BOSCHMA, Ron. The cognitive and geographical structure of knowledge links and how they influence firms' innovation performance. **Regional Statistics**, Netherlands, Vol 6, No 2. 2016.

MARTIN, Roman; Moodysson, Jerker Comparing knowledge bases: on the geography and organization of knowledge sourcing in the regional innovation system of Scania, Sweden. **European Urban and Regional Studies** SAGE Publications.20(2), 2013.



O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO RENASCER – CANGUÇU-RS

Henrique Müller Priebbernow

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPel

henriquempo@hotmail.com

Giancarla Salamoni

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPel

gi.salamoni@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar uma breve caracterização do Assentamento Renascer, localizado no município de Canguçu/RS, recorte espacial da pesquisa de mestrado em andamento. A metodologia empregada para a sua elaboração baseou-se, essencialmente, em pesquisa bibliográfica sobre as temáticas discutidas em seu corpus textual. Deste modo, a introdução trata sobre o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar e na discussão dos resultados parciais são apresentadas as principais características atinentes à formação e constituição do referido assentamento. Por fim, pôde-se perceber que todas as famílias que compõem o assentamento são oriundas de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, sendo que as mesmas se encontram organizadas em pequenos grupos, o que facilita o uso dos instrumentos de trabalho e aquisição de insumos externos às propriedades. Os lotes do assentamento não ultrapassam o total de 8 hectares, predominando o uso da mão de obra familiar e da tração animal nas atividades agrícolas, tendo a maior parte produção destinada para o autoconsumo dos núcleos familiares e uma restrita parte para a comercialização nos mercados locais.

Palavras-chave: Multifuncionalidade; Assentamento rural; Agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno da agricultura, dos seus processos e relações sociais e econômicas têm sido crescentes no Brasil, país este que, na contemporaneidade, ainda tem na concentração da propriedade da terra um dos principais dilemas a ser enfrentado na construção da valorização das múltiplas funções que tal prática possui. Em meados do século passado, o rural brasileiro passa a ser marcado pelo processo que buscava, ao mesmo tempo, modernizar e desenvolver a agricultura brasileira, chamado de Revolução Verde.



Neste sentido, a partir dos anos 1960 e 1970,

[...] a agricultura brasileira passou por uma intensa transformação no processo que ficou conhecido como modernização conservadora. Em linhas gerais, esta modernização consistiu em incorporar à agricultura, por meio do apoio estatal, práticas agroquímicas e motomecânicas de produção, de modo que o setor agrícola se integrasse cada vez mais, a jusante e a montante, com o setor industrial (COSTA; GAVIOLI, 2011, p. 450).

A consolidação da modernização da agricultura trouxe para o país, entre várias consequências, a degradação ambiental e a marginalização cada vez maior dos agricultores familiares camponeses, historicamente alijados do processo de distribuição das terras, que viviam no campo brasileiro naquele período. Logo, não demorou muito tempo para que surgissem críticas a este modelo de agricultura, “[...] a partir dos anos 1980 e 1990, quando a ideia de sustentabilidade emerge no cenário mundial e ganha corpo nas pautas da mídia, da academia e da política” (COSTA; GAVIOLI, 2011, p. 450).

Neste cenário, repleto de contradições e jogos de interesses, é que o papel da agricultura familiar passa a ser ressignificado, quando são incluídas as dimensões socioculturais e ambientais associadas a esta prática. Ainda que, contraditoriamente, isto corrobora para a emergência de outra ruralidade (WANDERLEY, 2000), buscando valorizar a agricultura para além do seu papel produtivo e economicista.

Dentro desta linha de pensamento, traz-se à tona a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, que passou a ser inscrita na agenda da sociedade civil e institucionalizada por alguns Estados a partir da década de 1990. Tal ideia implica perceber a agricultura familiar em sua completa dinamicidade, não rompendo, mas indo adiante de seu caráter meramente comercial, o que também significa dizer que o rural não é, pura e simplesmente, um lugar de acumulação e reprodução da lógica capitalista de produção.

Assim, esta proposição permite entender que:

A noção de multifuncionalidade da agricultura é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil, a promoção da multifuncionalidade da agricultura tenha de ser



combinada com o estímulo à produção de alimentos (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 48-49).

O enfoque das múltiplas funções da agricultura familiar é visto como uma forma de aferir outras atribuições ao uso e a ocupação do espaço rural, que legitima a existência de relações não somente comerciais e que, além disso, assegure a reprodução social das famílias rurais, a conservação dos recursos naturais e a segurança alimentar das famílias dos agricultores e da sociedade em geral. Este fato, corroborado com as palavras de Costa e Gavioli (2011, p. 454), também permite entender que

[...] a adoção deste enfoque não significa o descarte dos estímulos à produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica – ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontram as famílias rurais.

A partir dessas premissas o presente texto objetiva apresentar uma breve caracterização do Assentamento Renascer, contexto onde vem sendo desenvolvida a pesquisa a partir da perspectiva da multifuncionalidade da agricultura familiar. Sublinha-se que esta abordagem a partir do Assentamento Renascer floresce para que outras funções históricas da agricultura, numa perspectiva marcadamente multifuncional, sejam passíveis de valorização. O que nos faz concordar com Wanderley (2003, p. 14) ao dizer que ‘‘a legitimação da concepção de multifuncionalidade da agricultura poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade’’.

No âmbito dos assentamentos rurais, é preciso salientar que os mesmos possuem dinâmicas sociais próprias, inerentes à organização das famílias que neles habitam e a forma como se relacionam com o espaço, onde o transformam de acordo com as suas necessidades, modos de vida, tradições agrícolas, entre outros. De acordo com Medeiros:

O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente (MEDEIROS, 2007, p. 174).



2 METODOLOGIA

A metodologia empregada para a construção deste trabalho pautou-se em uma revisão bibliográfica, entendida como o instrumento que “[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.” (BOCCATO, 2006, p. 266). Assim, foram consultadas bibliografias que versam sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do P.A. Renascer de Canguçu-RS, fornecido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do referido município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Assentamento Renascer está situado na localidade do Pantanoso, 2º distrito do município de Canguçu. De acordo com a EMATER (s.d, p. 6) “a maioria das famílias é proveniente do Planalto, Noroeste, Alto Uruguai e Depressão Central do Rio Grande do Sul, algumas também são oriundas da Região Metropolitana”. O que evidencia que o lugar de origem dos sujeitos que hoje moram e trabalham no Assentamento Renascer não são as Serras de Sudeste, onde o município de Canguçu está inserido.

O número de pessoas que compõe o assentamento é de 90, dos quais “[...] 80 são homens e apenas 10 são mulheres [...]” (EMATER, s.d, p. 6). Percebe-se, deste modo, a predominância da figura masculina na composição inicial quando do surgimento do assentamento, levantando a reflexão de como o papel da mulher camponesa na luta pela terra precisa, ainda, ser reconhecido e valorizado.

A posse da terra pelas famílias assentadas não surgiu de um processo fácil. A pressão e a mobilização sempre foram marcas fundamentais da luta empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em torno da conquista da propriedade da terra que tem, na ocupação de latifúndios improdutivos, a denúncia das disparidades. Neste contexto, cabe mencionar que, a despeito de como era a organização no acampamento, as famílias

[...] estavam hierarquicamente organizadas da seguinte forma: num primeiro nível tem-se a direção e a coordenação do assentamento escolhida com a



participação de todos, num segundo nível tem-se as equipes relacionadas a infraestrutura, barracas, higiene, educação, sonorização, saúde, lenha, segurança, esporte e religião. Tem-se também os núcleos formados por afinidade os quais também possuem suas representantes (EMATER, s.d, p. 7).

Logo, é possível observar que a organização é parte fundamental do papel desempenhado pelas famílias no contexto das lutas pelo direito a terra. Ainda, neste sentido, é importante dar relevo às atividades que as famílias realizavam antes de serem assentadas, na forma de meeiros, parceiros ou empregados assalariados na agricultura ou em atividades diretamente ligadas ao espaço urbano, tais como na indústria de calçados e de metalurgia (EMATER, s.d).

Segundo EMATER (s.d, p. 8), “a chegada e ocupação do P.A. Renascer deu-se a partir do mês de dezembro de 1999 estendendo-se até o mês de maio de 2000”. Deixando claro, desta forma, que o referido assentamento possui mais de uma década de existência e resistência, o que dá margem para afirmar que o seu protagonismo pode servir de exemplo para as demais organizações de camponesas e camponeses, em torno da questão da conquista da terra.

Ainda sobre a organização do assentamento, pode-se dizer que “os agricultores assentados estão organizados em 14 grupos, os quais podem ser grupos de crédito e/ou produção, estes possuem coordenadores e representantes legais”(EMATER, s.d, p. 9). Evidenciando, outra vez, a proficuidade da organização em prol de objetivos que dizem respeito ao coletivo.

Com o objetivo de cumprir o direito da educação formal das crianças e dos jovens do Assentamento Renascer, o mesmo conta com,

[...] uma escola de ensino fundamental na sede do P.A., no entanto esta dispõe de infraestrutura deficiente para ao atendimento das necessidades dos alunos. As principais dificuldades relacionam-se ao espaço físico, falta de água, deficiente energia elétrica, além das distâncias percorridas diariamente pelos alunos. Outro problema é o deslocamento da equipe de professores e serviços que percorrem aproximadamente uma distância de 60km diariamente (EMATER, s.d, p. 10).



Outra questão a ser levantada na discussão aqui proposta gira em torno dos sistemas de produção e das matrizes produtivas utilizadas pelas famílias assentadas. Desta forma,

as produções são de pequenas áreas de milho que variam de 4 a 8 ha por família, de forma convencional. Predomina o uso de tração animal e manual, o uso de mecanização é eventual e feito somente em algumas áreas através dos serviços de lavração e gradagem complementados com força manual e animal (EMATER, s.d, p. 11).

Isto deixa claro que a terra no assentamento foi dividida de modo a oportunizar a todas as famílias assentadas a possibilidade de cultivá-la e, a partir dela, produzir as condições necessárias para a sua sobrevivência e reprodução. Assim sendo, vale dizer que “as linhas de produção desenvolvidas no assentamento estão basicamente relacionadas a produção de subsistência e ao autoconsumo, portanto, somente os excedentes são comercializados entrando no jogo do mercado e do capital” (EMATER, s.d, p. 11).

Ademais, cabe ressaltar que, no Assentamento Renascer, há a “[...] predominância da utilização da mão de obra individual e familiar e eventual uso do sistema de mutirão para as atividades mais exigentes como colheitas” (EMATER, s.d, p.11). Realçando, assim, a importância do trabalho coletivo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária.

4 CONCLUSÕES

A organização é parte premente do contexto dos agricultores assentados, o que fica evidente quando se constata a presença de 14 grupos de crédito e produção. O Assentamento Renascer conta com uma escola de Ensino Fundamental, situada em sua própria sede, e embora a instituição enfrente grandes dificuldades no tocante à infraestrutura, representa uma importante iniciativa na instrução formal das crianças e jovens assentados.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à questão produtiva, constando que esta é realizada em propriedades que não ultrapassam as 8 hectares, ganhando destaque o cultivo de diversas culturas. Por fim, vale lembrar que a produção realizada no Assentamento Renascer visa atender as necessidades das próprias famílias assentadas, isto é, a produção



volta-se para o autoconsumo, sendo, portanto, eventual o escoamento da produção para fora do referido assentamento. Reforçando, assim, a utilização da mão-de-obra familiar e a prevalência da organização coletiva no contexto das atividades produtivas internas ao assentamento.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: _____. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

COSTA, M. B. B.; GAVIOLI, F. R. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Competência: RESP**, Piracicaba, v. 49, n.02, p. 449-472, abr./jun. 2011.

EMATER. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do P.A. Renascer Canguçu-RS**. Canguçu-RS, s.d.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUA, João; R., Miguel A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 168-178.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.15, 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. (Org). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 9-16.



DO ESPÍRITO DO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM ENTRE GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA

Luis Henrique Ferreira Dias

Mestre em Geografia – Universidade Federal de Pelotas

ahoradelh@gmail.com

Renata Menasche

Doutora em Antropologia Social – Universidade Federal de Pelotas

renata.menasche@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta um diálogo entre geografia e antropologia. Nesses termos, concebemos o espaço como entidade social provida de espírito, admitindo a materialidade do espaço como instância plena e definidora de mapas culturais no cotidiano. Consideramos a espacialidade de práticas comuns a partir do poder de ação do espaço em si, desse modo, a capacidade de agenciamento do espaço material é determinante para a reprodução dos *points* da cidade. E o atributo da visibilidade é elemento central, pois a estética do espaço repercute nas opções de uso, o que referenda a autonomia do espaço frente ao fenômeno social dos ajuntamentos em público.

Palavras-chave: Entidade social; Cotidiano; Visibilidade.

1 INTRODUÇÃO

Pretendemos ensaiar uma abordagem entre geografia e antropologia, proposta com a qual tentamos debater o espaço como um elemento que demarca identidades na cena social. O exercício consiste em não partir de uma abordagem cultural do espaço, mas conceber o poder de ação do espaço em si, afrontando-o como um meio receptor e produtor de valores comunicados na esfera coletiva.

Desse modo, para problematizar as ideias, buscamos em Santos (2008) a concepção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Entendemos, portanto, o espaço como um objeto atuado, esta instância plena de implicação social e definidora de mapas culturais.

Essa dialética alinha-se a Douglas e Isherwood (2004), considerando que os objetos dão visibilidade e estabilidade a um conjunto particular de julgamentos no processo fluido de classificar pessoas e eventos. E não à toa, pensar o espírito do espaço



é admiti-lo em sua dimensão material; postura que denota, a um só tempo, o viés *concreto* e o caráter subjetivo do espaço. Sendo assim, através da materialidade que o compõe, o espaço exerce um apelo simbólico, menção a Bourdieu (2003), influenciando escolhas que remetem à configuração dos *points* da cidade.

Para uma linha de argumentação abrangente e coerente, consideramos a importância central do atributo da visibilidade, uma vez que a mesma, nas palavras de Gomes (2013), incorpora a morfologia do espaço físico e observadores sensíveis aos sentidos nascidos da associação entre o espaço e o evento.

Nessa direção, estamos falando sobre materialidades e ações *comuns* que legitimam os espaços do cotidiano; dessa maneira é preciso, como diz Certeau (2002), dialogar com a cultura ordinária e fazer da análise uma variante do objeto. Por esta razão, extraímos alguns dados de campo da pesquisa *Domingo na “donja”: a manifestação espacial do lazer na av. Dom Joaquim, Pelotas/RS* (DIAS, L.H.F. 2016), pondo o evento concreto como referente de análise.

Sem querer negar, porém, o despudor desta etapa exploratória, na qual os resultados do estudo servem mais para articular um horizonte entre dois saberes, que validar hipóteses de pesquisa.

2 METODOLOGIA

Em poucas palavras, pesquisar é ter consciência crítica ante o fenômeno observado, mas para isso o pesquisador deve apoiar-se em um quadro coerente de técnicas definidas a partir dos objetivos do estudo. Como foi mencionado, nos valem dos trabalhos de campo e de entrevistas semiestruturadas de outra pesquisa.

Desse modo, as leituras dão o enquadramento teórico preliminar, enquanto os dados endereçam uma pesquisa já realizada. No entanto, não estamos tangendo esses dados como se fossem bois, e sim validando uma metodologia qualitativa para reduzir a distância entre teoria e mundo empírico, propondo, talvez, que inovar na pesquisa social pode ser desafiar velhas conclusões.



3 DO ESPÍRITO DO ESPAÇO

Conceber o espaço geográfico como uma entidade social é dotá-lo de espírito, nesses termos, o escopo da antropologia se torna algo decisivo, pois a análise há de considerar um jogo entre a dimensão física do espaço e a prática social nele inscrita. Assim, confrontamos uma geografia que reúne forma e conteúdo.

Em outras palavras, pensamos o espaço apropriado enquanto expressão de conteúdos coletivamente projetados em uma forma concreta. Surge, pois, o pano de fundo da questão: a opção por este em detrimento daquele espaço, está intimamente ligada a fatores subjetivos que sinalizam o espírito do espaço.

Dessa maneira, as cidades exprimem seus *points*, seus lugares *da moda*, suas áreas de concentração – que concentram ações! – sendo que no espaço público, as cidades de fato acontecem, porque a visibilidade individual e coletiva encontra autonomia de existência no consumo da rua.

Defendemos que os diferentes espaços da cidade introduzem estéticas que atuam de maneira controladora sobre o acontecer social, pois repercutem nas opções de uso, podendo mesmo “expressar a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção”. (BOURDIEU, 2003, p.17)

Ao redor disto, o domínio do visível, ao caracterizar áreas específicas da cidade, atua, em certos casos e medidas, como um espírito sob a materialidade do espaço, referenciando o fenômeno dos ajuntamentos. Não por acaso, diferentes grupos consagram seus espaços de reconhecimento e afirmação públicos, onde fixam identidades no fluxo do cotidiano; logo, o espaço material mantém autonomia frente às operações de uso.

Segundo Milton Santos,

essa é uma visão renovada da dialética concreta, e abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. (SANTOS, 2008, p.126)



Pelo exposto, depreendemos a preocupação do autor em torno do caráter ativo da materialidade do espaço sobre o acontecer social. Ao pensar o espaço enquanto dimensão qualificadora da história, Santos (2008) conclui que o mesmo cumpre um papel central na vida diária. Ou seja, o espaço surge como um *bem* coletivamente elaborado que “estabelece e mantém relações sociais”. (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2004, p.105)

Por isso a morfologia do espaço é fator relevante na construção social do uso, pois mantém sistemas de presença por princípios estéticos. Nessa lógica, a relação de um grupo com determinado espaço de uso, retroalimenta a produção temporária deste espaço e evento identificados pelo ajuntamento do grupo. Em consequência, os elementos da visibilidade parecem centrais:

Três elementos seriam fundamentais para a caracterização da visibilidade: a posição dentro de um contexto espacial no qual se inscreve o fenômeno; a morfologia do espaço físico em que se faz a exposição; e a presença de observadores sensíveis aos sentidos nascidos da associação entre o espaço e o evento. Resumindo: a visibilidade depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa, dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque. (GOMES, 2013, p. 90)

Emblemático ao debate é o espaço da av. Dom Joaquim, Pelotas – RS. O traçado da via apresenta canteiro central com 2 km de extensão, com espaços de estar e de lazer para as pessoas. A morfologia do espaço se compõe de elementos naturais e arquitetônicos que formam um ambiente físico favorável ao ajuntamento social (Pergunta: por que você vem para a av. Dom Joaquim?).

Casas, edifícios e o comércio do lugar, conferem uma visibilidade diferenciada pelo conjunto arquitetônico destas construções; o que denota uma área dominada por uma classe de padrão econômico elevado. Defendemos que os atributos materiais do espaço, evocando uma estética típica da elite, são fatores de atração social (Pergunta: que imagem você tem da av. Dom Joaquim?).

Apoiados no exemplo empírico, acreditamos que o espírito da av. Dom Joaquim é significado na prática social, pois a apropriação do espaço público pode ser entendida como posse circunstancial e coletiva elaborada no evento. Mas o espírito do espaço é a



essência do evento; ou, pensando com Douglas e Isherwood (2004), a estética da av. Dom Joaquim traduz um conjunto particular de distinções.

Em suma, os trabalhos de campo na av. Dom Joaquim a indicaram como lugar de destaque do/no contexto espacial da cidade, mas embora um espírito espacial do dinheiro, não ocorre um uso preponderante por grupos mais abastados, uma vez que a materialidade elitizada também atrai a grupos considerados populares. Neste particular, encontramos em Certeau (2002) uma análise para argumentar em favor das “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”.

Nas palavras do autor,

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. (CERTEAU, 2002, p. 47)

Consideramos, enfim, o uso da av. Dom Joaquim como tática: nessa área da cidade, onde a materialidade indica o espírito do dinheiro, não cessam investimentos em estruturas pública e privada para agregar valor econômico ao espaço público. Nesse cenário, grupos sociais que em tese poderiam não ser considerados para uma socialização nesse lugar, se tornam habituais *usadores* do espaço, como uma presença possivelmente não prevista, mas que avança qual *pequeno sucesso* sobre a ordem do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para articular este diálogo entre geografia e antropologia, foi pensar o espaço material em sua dimensão de objeto social. Entendemos que assim não reduzimos o espaço à matéria, mas referendamos a sua imposição social como parte do cotidiano dos indivíduos. A interlocução com a antropologia permitiu discutir o espaço como uma entidade dotada de espírito; nessa perspectiva, a estética do espaço é o elemento agenciador das ações.

Em linhas gerais, o espaço integra um sistema de significação na esfera coletiva de atuação, isto deixa entrever que importa menos se o acesso é livre ou condicionado



pelo dinheiro, e mais pela capacidade de o espaço dar visibilidade e unidade na diversidade das práticas sociais cotidianas. Essa condição permeia a reprodução dos *points* da cidade, como procuramos ilustrar com o caso da av. Dom Joaquim, Pelotas/RS.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CERTEAU, M. de Introdução geral. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, L.H.F. **Domingo na “donja”: a manifestação espacial do lazer na av. Dom Joaquim, Pelotas (RS)**. 20/05/2016. 113 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.



PRIVAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Paloma da Silva Savian

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM

paloma.savian@hotmail.com

Dinara de Vargas

Graduada em Geografia Licenciatura/UFSM

dinaradevargas@gmail.com

Rivaldo Faria

Professor Drº em Geografia/UFSM

rivaldo.faria@ufsm.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo de estudo elaborar e aplicar um índice composto chamado Índice de Privação Social (IPS), originalmente proposto por Cartais e Morris (1991). Sob as orientações desses autores foram selecionados três indicadores estratégicos, a saber: taxa de alfabetização, renda per capita por domicílio e média de moradores por domicílio. O estudo foi realizado no nível dos setores censitários na área urbana, com dados oficiais do censo demográfico de 2010 (IBGE). A modelagem e análise do IPS foram realizadas em Sistema de Informação Geográfica (SIG), onde foram realizadas operações de estatística espacial e produzida cartografia temática utilizada na discussão. Resultados preliminares demonstram que à escala dos setores censitários foram constatadas acentuadas variações espaciais do indicador. Portanto, o IPS é um indicador importante para elaboração de políticas públicas adequadas à realidade socioespacial, além de permitir a produção de um cenário diagnóstico das desigualdades espaciais da Cidade de Santa Maria.

Palavras-chave: Índice de Privação Social. Desigualdades. Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil historicamente é caracterizado pelas suas diferenças e contradições sociais, processo esse que é tão antigo quanto ao seu descobrimento. As diferenças sociais estão diretamente relacionadas ao modo de produção, sendo que a desigualdade socioespacial é a expressão urbana do modo capitalista (CARLOS, 2007). Essa forma de organização espacial desigual se reflete, principalmente, sobre a qualidade de vida da população brasileira, na expectativa de vida, mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outros.



Há várias formas de pensar e medir essas desigualdades socioespaciais. Há trabalhos que as discutem sob a perspectiva da exclusão social (SPOSATI, 1999), há outros que as analisam considerando os processos de segregação étnica, espacial, cultural entre outros, e há ainda os que discutem a privação social inerente a essas desigualdades. Sem dúvida há inúmeras possibilidades conceituais de discussão das desigualdades socioespaciais. Parece-nos, contudo, que a literatura brasileira preocupada com essa discussão tem privilegiado os conceitos de inclusão/exclusão e segregação. Isso parece ainda mais evidenciado na Geografia, em especial nos estudos que trabalham as desigualdades socioespaciais urbanas (RODRIGUES, 2006; GUERRA et al. 2015). Diferente ocorre, por exemplo, na Geografia portuguesa e anglo-saxônica, onde é o conceito de privação social o mais discutido (CARSTAIS, 1990; NOGUEIRA, 2007).

Sem entrar nos méritos dos dois primeiros conceitos, acreditamos que a privação social é um conceito de relevância para o entendimento das desigualdades socioespaciais brasileiras. O conceito de privação social, segundo Giddens (2012), encontra-se diretamente relacionado à dimensão de pobreza, cuja complexidade teórica e problemas de definição conceitual dão-se pela natureza multidimensional do fenômeno, que agrega várias dimensões como carência material, socioculturais, exclusão social etc. Tendo em vista a privação como uma expressão da desigualdade e da pobreza, e por sua vez, como indicador social de falta de bem estar mínimo, a privação conforme Krieger (citado por COSANO, 2015) a privação se refere a falta de acesso a recursos básicos, materiais ou sociais.

Reconhecendo, portanto, a relação intrínseca entre pobreza e privação, torna-se válida a tentativa de construir de índices de privação social, capazes de expressar as desigualdades. A construção de índice de privação social tem como objetivo mensurar segundo critérios previamente definidos, uma ou mais dimensões da pobreza. É um indicador necessário para desenvolver métodos capazes de analisar e diagnosticar as desigualdades sociais e suas consequências. Deve-se ressaltar que o Índice de Privação Social (IPS) não expressa a privação em sua plenitude, é apenas um indicador e, como tal, é importante para elaboração de políticas públicas adequadas à realidade socioespacial, além de permitir a produção de um cenário diagnóstico das desigualdades



espaciais, identificar áreas de necessidades prioritárias e localizar clusters das oscilações espaciais do índice de privação social.

Sob essa justificativa, objetivou-se elaborar e aplicar um índice de privação social (IPS) na cidade de Santa Maria, RS. Santa Maria é uma cidade de porte médio localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Sua origem está relacionada com os processos de ocupação de natureza militar, sendo base para a demarcação do Tratado de Santo Idelfonso em 1777. Por isso, historicamente a cidade esteve ligada aos setores de prestação de serviços (as instalações militares, as ferrovias e a agricultura sendo os primeiros responsáveis pelo processo de ocupação e exploração do território), sobretudo os serviços de educação e saúde (ROCHA, 2011). Antecipe-se que Santa Maria não é uma cidade industrial. Uma cidade média prestadora de serviços, atualmente com mais de 260 mil habitantes (IBGE, 2010), assim podemos definir Santa Maria. Isso a torna relativamente diferente das cidades médias brasileiras impulsionadas pela atividade industrial, no bojo do processo de desconcentração industrial brasileira. Portanto, na produção do espaço urbano de Santa Maria é o Estado o agente mais importante.

2 METODOLOGIA

A privação social foi analisada a partir de um índice composto, chamado Índice de Privação Social (IPS), originalmente proposto por Cartais e Morris (1991), para compreender a relação entre a privação social e material da população. Como dissemos, o estudo foi realizado ao nível dos setores censitários, com dados oficiais do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). A partir das orientações desses autores foram selecionados três indicadores estratégicos que permitissem expressar as desigualdades socioespaciais, a saber: taxa de alfabetização, renda por domicílio e média de moradores por domicílio.

A metodologia proposta por Cartais e Morris é fundamentada na padronização das variáveis através do método *z-score* conforme a equação (1) de tal forma que os indicadores com medidas diferentes possam ser comparados entre si. O *z-score* permite ainda que no cômputo final do IPS as variáveis tenham a mesma influência ou peso. O IPS representa, em síntese, a soma dessas variáveis padronizadas.

$$Z_i = \frac{x_i - \mu}{\sigma} \quad (1)$$

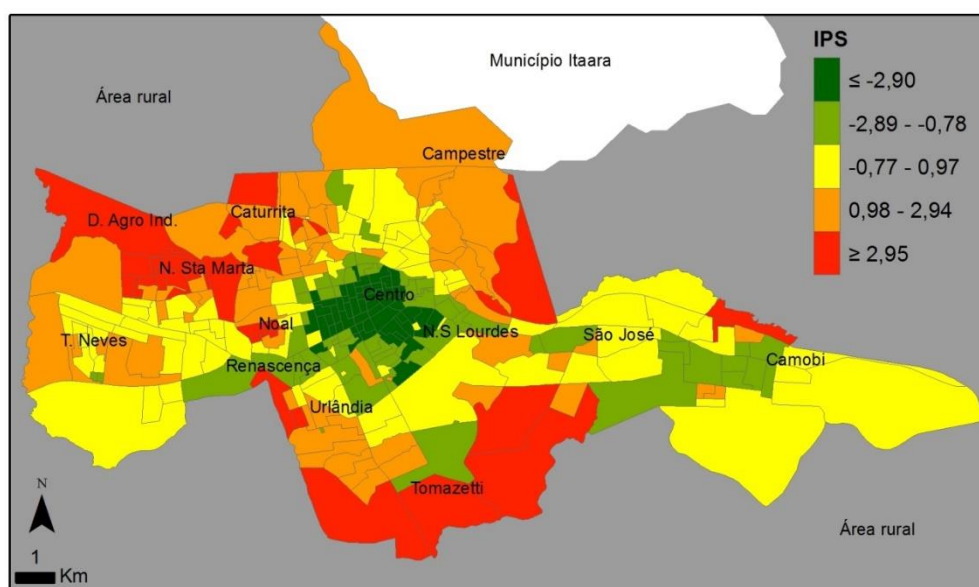


Onde Z_i é a variável normalizada, x_i é o escore bruto da variável; μ é a média aritmética e σ é o desvio padrão amostral. A modelagem e análise do IPS foram feitas em Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o Programa ArcGis da empresa Esri, onde foram realizadas operações de estatística espacial e produzida cartografia temática utilizada na discussão. A base cartográfica, na escala 1: 50000 e em Sistema de Projeção SIRGAS 2000, foi obtida na plataforma digital do IBGE.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 1 apresenta o resultado final do IPS por setores censitários da cidade de Santa Maria. São cinco intervalos de corte que indicam as áreas mais carenciadas, portanto, com IPS mais elevados, em laranja e vermelho, e áreas menos carenciadas, nas cores verde claro e verde escuro. São facilmente reconhecidas áreas contínuas de maior e menor privação social, indicando apenas acentuadas variações, mas significativas desigualdades espaciais do indicador.

Figura 1: Distribuição espacial do Índice de Privação Social (IPS) por setores censitários da cidade de Santa Maria, RS



Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2010 (Elaboração: Faria/UFMS, Savian/UFMS e Vargas/UFMS 2016)



A gradação das cores do mapa indica que Santa Maria ainda parece expressar àquela clássica divisão centro e periferia. Nomeadamente em relação aos cinco intervalos de classe podemos assim destacar:

3.1 Áreas menos carenciadas: Centralidades e dinâmicas espaciais

No intervalo de classe menos carenciado, abaixo de 2,86, observa-se que a cidade apresenta características de produção e reprodução do espaço urbano inerente ao processo capitalista das cidades médias brasileiras, seguindo a lógica da dinâmica da centralidade, discutida por Corrêa (1999). Nesse intervalo localiza-se o centro tradicional da cidade, cujas características espaciais são de uso misto, residencial e de serviços. Essa é a área mais densamente povoada da cidade e onde se encontra aproximadamente 35% da população residente da cidade de Santa Maria, conforme dados do censo demográfico do IBGE (2010). Efetivamente, os bairros da área central, com destaque para o Centro, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora Medianeira, apresentaram os menores IPS. Exceção deve ser concedida ao bairro Camobi (à leste), pois embora localize-se na área periférica da cidade, apresenta IPS semelhante ao das áreas centrais. Mencione-se que aí está localizada a Universidade Federal de Santa Maria que possivelmente exerce uma influência espacial de valorização da terra urbana limitando o uso a uma classe social com maior poder aquisitivo.

3.2 Áreas mais carenciadas: Periferias e dinâmicas espaciais

Nessas áreas, seguindo a dinâmica das cidades médias interioranas, sobretudo àquelas ligadas à prestação de serviços (SPOSITO, 2009), localiza-se a população mais carenciada, onde se encontram os maiores IPS, sempre positivo acima 0,99, sendo mais carenciado quando mais periférico o bairro (figura 1). Isso fica bem nítido na gradação de cores do mapa que vai do verde ao vermelho. Nomeadamente o intervalo de corte mais privado, acima de 3,0, predomina nas áreas periféricas ocupadas pelos bairros Presidente João Goulart (que apresenta o maior índice de privação social cerca 6,87, à nordeste), Urlândia (com IPS de 6,22, à sul) e Caturrita (com IPS de 5,21, à norte).

Essas áreas têm, de acordo com Rocha (2011), como característica espacial principal, o uso residencial, com uma população residente de aproximadamente 36% do



total da população urbana. Menção deve ser feita ao bairro Nova Santa Marta, localizado na zona oeste da cidade e situado próximo ao Distrito Agroindustrial e a Penitenciária Estadual de Santa Maria. Obviamente a penitenciária exerce uma influência espacial negativa no valor da terra o que favorece a ocupação pela população de baixa renda. Também o Distrito Agroindustrial, conforme demonstrado por Corrêa (1999), tem uma tendência à desvalorização da terra próxima, além de frequentemente determinar a ocupação pela classe trabalhadora do próprio distrito.

3.3 Áreas de Transição

As áreas de transição são significativas das disparidades entre um centro socialmente menos privado e a periferia socialmente mais privada. Elas denotam claramente um aumento da privação social à medida que se vai afastando do centro em praticamente todas as direções. Elas são apresentadas na cor amarela, com IPS variando negativa e positivamente em torno de zero (figura 1). Nessa área residem aproximadamente 29% da população urbana, localizadas principalmente entre os bairros Centro e Campestre (entre a área central e o nordeste); Renascença e Noal (entre o oeste e centro-oeste) e N. S. Lourdes e Camobi representado, principalmente, pelo bairro São José, no centro-leste. Importante referir que embora haja concentração espacial de IPS mais e menos elevados, não há homogeneidade, fato que reflete a complexidade do espaço urbano.

4 CONCLUSÕES

Através do estudo realizado na cidade de Santa Maria pode-se constatar que as variações espaciais do IPS refletem diretamente na organização espacial, o qual se observou que a área central da cidade possui os menores índices de privação social e as áreas periféricas possuem os maiores índices de privação social, constatando-se a espacialização de áreas de exclusão social, comuns na organização socioespacial das cidades médias.

Portanto, o IPS é um indicador importante para elaboração de políticas públicas adequadas à realidade socioespacial da cidade, além de permitir a produção de um cenário diagnóstico das desigualdades espaciais da Cidade de Santa Maria.



REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação sócio-espacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente. V. 4, p. 45-60, 2007.

NOGUEIRA, Helena. **Os Lugares e a Saúde – Uma abordagem da Geografia às variações em saúde na Área Metropolitana de Lisboa**. 2007. 483f. Dissertação (Doutoramento), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

CARSTAIRS, V. e MORRIS, R. **Deprivation and health in Scotland**. Health Bull, Edinburgh, v. 48, p. 162-175, 1990.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (Ed.). **Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI**. Cortez Editora, 2015.

COSANO, M. L. R. **Reformulación del índice de privación: El caso de la comunidad Autónoma de Andalucía**. Tesis doctoral, Universidad Loyola Andalucía, UNIA, Sevilla, Spain, 2015, 280 p.

KRIEGER, N. A glossary for social epidemiology, en **Journal of Epidemiology and Community Health**, 2001, n.º 55, pp. 693-700.

ROCHA, L. H. M. **Padrão Locacional da Estrutura Social: Segregação Residencial em Santa Maria - RS**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades Sócioespaciais: a luta pelo direito à cidade**. In: Workshop Desigualdades sócio-espaciais: uma visão geográfica, 2006b, Brasília. Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Geografia, 2006. (Meio digital).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Brasília: IBGE, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (ed.). Por uma Sociologia da Exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ: 1999. Pp.126-138.

SPOSITO, M. E. B. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: **FASE/ICSA/UFPA**, 2009. v. 1



A PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA LOCALIDADE DA GLÓRIA – CANGUÇU/RS

Queli Rejane da Silva Konzgen

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande

kellykonzgen@yahoo.com.br

Giancarla Salamoni

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas

gi.salamoni@yahoo.com.br

Resumo

A pluriatividade da agricultura familiar compreende a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro ou fora das propriedades rurais. O objetivo desse trabalho é analisar a pluriatividade da agricultura familiar da localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS. Os caminhos teórico-metodológicos percorridos para alcançar o objetivo proposto foram os seguintes: revisão teórica; caracterização da área de estudo através de dados secundários; aplicação de um roteiro semiestruturado na forma de entrevista e análise de dados. Observou-se que além das atividades da agricultura, o artesanato doméstico, aluguéis, aposentadoria ou pensão que contribuem para a composição da renda familiar, as atividades não agrícolas fora da propriedade estão presentes na localidade da Glória. Entretanto, conclui-se que a renda das atividades agrícolas assume a centralidade na reprodução socioeconômica das famílias no recorte espacial pesquisado e que a pluriatividade é uma estratégia de reprodução de caráter secundário.

Palavras-Chave: atividades agrícolas; atividades não agrícolas; estratégias de reprodução socioeconômica.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Carneiro (2006), a noção de pluriatividade é introduzida no Brasil por meio do debate acadêmico nos anos de 1990, através de estudos sobre estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar. O objetivo desse trabalho é analisar a pluriatividade da agricultura familiar da localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS.

A escolha do tema da pesquisa ocorre pelo fato de ser filha de agricultores familiares do município de Canguçu e ao conhecer a realidade do meio rural, tornou-se perceptível o aumento de atividades não agrícolas, despertando assim, o interesse em



pesquisar sobre o assunto. A Geografia Agrária compreende a área de conhecimento ao qual o trabalho está inserido.

A área de estudo está inserida no município de Canguçu, localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste e no Escudo Cristalino Sul-riograndense. Canguçu é um município predominantemente rural e de economia fundamentada nas dinâmicas sociais e produtivas da agricultura familiar, que se formou a partir da colonização açoriana, no século XVIII, e alemã, pomerana e italiana, no século XIX. Atualmente, a organização do espaço agrário de Canguçu é marcada pela presença da agricultura familiar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apresentava um total de 53.259 habitantes, sendo que 33.565 (63,02%) residentes no meio rural e 19.694 (36,98%) no meio urbano.

Marafon (2006) afirma que a pluriatividade não deve ser considerada um fenômeno novo, mas uma característica histórica da agricultura familiar, que ao longo do tempo e devido às necessidades de ampliação da renda doméstica, adotam como estratégia o desenvolvimento de atividades não agrícolas.

Schneider (2003) define a pluriatividade como um fenômeno em que os membros das famílias de agricultores que vivem no meio rural: “[...] optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.” (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Conforme Machado e Caume (2008), as atividades não agrícolas são formas e alternativas de atividades econômicas e empregos, para os agricultores excluídos no meio rural brasileiro. Essas atividades surgem devido à maior relação com o meio urbano, dada o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, maior acesso à educação, melhora na infraestrutura no meio rural, com acesso à energia elétrica, estradas, pontes, desenvolvimento de pequenos comércios, acesso à saúde, escolas, entre outros.

Segundo Alentejano (1999), a pluriatividade é uma estratégia de reprodução complementar dos agricultores, “como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, e o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural” (ALENTEJANO, 1999, p. 155).



As famílias pluriativas “são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não agrícola” (SCHNEIDER, 2003 apud CANDIOTTO, 2007, p. 200). Sendo que os autores consideram que as atividades não agrícolas são tarefas que não abrangem o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e animal.

2 METODOLOGIA

Os caminhos teórico-metodológicos para a elaboração desse trabalho seguiram as seguintes etapas: a) breve revisão teórica sobre o tema da pluriatividade; b) aplicação de um roteiro semiestruturado na forma de entrevista, durante a primeira quinzena do mês de agosto de 2016, com agricultores familiares da localidade da Glória, 1ª distrito do município de Canguçu, atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – Canguçu e com vínculo na chamada pública da sustentabilidade. A referida chamada de acordo com a EMATER – Canguçu (2016) tem como objetivo planejar as ações, executar e avaliar (tanto atividades individuais quanto coletivas) com vista ao desenvolvimento sustentável das unidades de produção familiar. Ainda, segundo a EMATER - Canguçu (2016), a localidade da Glória apresentava vinte e quatro agricultores assistidas na mencionada chamada pública, através de uma seleção aleatória foram entrevistados doze agricultores. A escolha da localidade se justifica por ser de fácil acesso ao campo e pelo aumento constante do fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar. Este trabalho faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso defendido em março de 2017, junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A localidade da Glória representa o recorte espacial da pesquisa e está localizada no primeiro distrito do município de Canguçu/RS. Sobre o sexo dos membros das famílias dos agricultores entrevistados, vinte e uma (48%) são do sexo feminino e vinte e três (52%) são do sexo masculino. A mulher associa as atividades agrícolas e não agrícolas, participa geralmente de todo o processo de produção, reprodução da unidade agrícola



familiar, o cuidado das crianças e o trabalho doméstico, exercendo jornada tripla de trabalho e desempenhando um papel importante na agricultura familiar. Mas, em muitos casos, o seu trabalho não é reconhecido e visto apenas como “ajuda” nas tarefas desempenhadas pelos homens.

Com relação à composição etária dos membros das famílias, seis (13,6%) têm entre 0 a 09 anos, oito (18,1%) entre 10 a 19 anos, vinte e cinco (56,9%) entre 20 a 59 anos e cinco (11,4%) entre 60 a 70 anos ou mais. Nota-se o predomínio dos adultos, ou seja, força de trabalho ativa.

Conforme a Tabela 1, a maioria dos membros das famílias, ou seja, vinte e sete pessoas possuem o ensino fundamental incompleto. Destaca-se que três possuem o ensino superior completo em administração, licenciatura em matemática e economia doméstica, todas do sexo feminino. Rua e Abramovay (2000) afirmam que muitos jovens do sexo masculino param de estudar para se dedicarem às atividades agrícolas e as mulheres continuam estudando, porque as perspectivas de herdarem a terra são pequenas.

Tabela 1 – Escolaridade dos membros das famílias

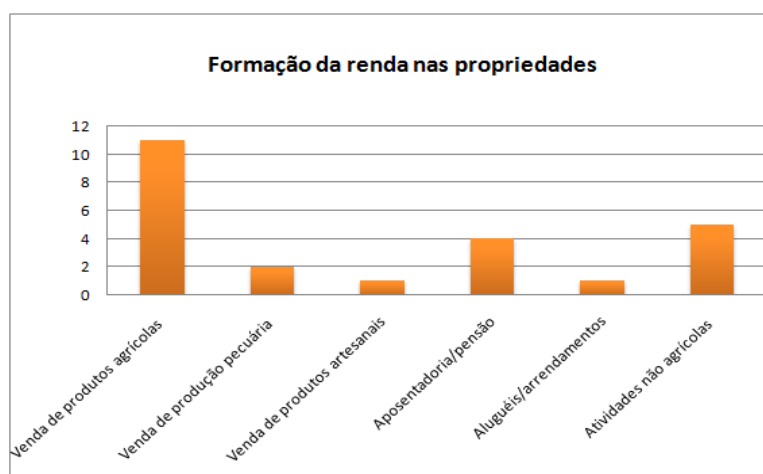
Escolaridade	Número de Pessoas
Ensino Fundamental Incompleto	27
Ensino Fundamental Completo	04
Ensino Médio Incompleto	06
Ensino Médio Completo	03
Ensino Superior Incompleto	-
Ensino Superior Completo	03
Analfabeto	-
Não está em idade escolar	01
Total	44

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Sobre a formação da renda nas propriedades da localidade da Glória pesquisadas (Figura 1), observa-se que além das atividades agrícolas, artesanato doméstico, aluguéis, aposentadoria ou pensão, as atividades não agrícolas fora da propriedade estão presentes nas propriedades entrevistadas, atividades como pedreiro, professora, caminhoneiro, negócio próprio na cidade de Canguçu e empregada doméstica.

Figura 1 – Formação da renda nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A respeito das atividades que tem maior importância para que a família permaneça no meio rural, a maioria respondeu conforme Tabela 2, que são as atividades agrícolas, mas a aposentadoria, auxílio doença e as atividades não agrícolas têm sua parcela de importância econômica.

Tabela 2– Atividades que tem maior importância para a permanência da família no meio rural

Atividades com maior importância	Número de agricultores
Hortalças, flores e serviço de pedreiro	01
Aposentadoria e hortalças	01
Pêssego e aposentadoria	01
Auxílio doença	01
Fumo	02
Pêssego, tomate e fumo	01
Pêssego	02
Tomate	01
Hortalças, tomate e atividades de professora e caminhoneiro	01
Viveiro	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Baumel e Basso (2004) argumentam que a pluriatividade auxilia no desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Segundo Machado e Caume (2008), o aumento das atividades não agrícolas está presente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento e a noção de pluriatividade “ilustra a busca de alternativas para o desenvolvimento e a continuidade da família no meio rural” (MACHADO; CAUME, 2008, p. 99).

4 CONCLUSÕES

Concluimos que a ocupação de trabalho com a agricultura e com outras atividades não agrícolas fora da propriedade compõem a renda das famílias na localidade da Glória. Entretanto, a renda obtida das atividades agrícolas ainda assume a centralidade para a reprodução socioeconômica das famílias, sendo a pluriatividade uma estratégia de reprodução secundária, porém, considerada indispensável pelas famílias pluriativas para a sua permanência no meio rural e assim colaborando para a manutenção da agricultura familiar. Entende-se, por fim, que a pesquisa contribuiu no âmbito dos estudos da geografia agrária, uma vez que a produção acadêmica sobre a pluriatividade tem sido desenvolvida, principalmente, em outras áreas do conhecimento, principalmente, na sociologia rural.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.



BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Orgs.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, jul./dez. 2007.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2006. p. 165-185.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Município de Canguçu, RS**, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MACHADO, André Grossi; CAUME, David José. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 97-104, jan./jun. 2008.

MARAFON, Gláucio José. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Campo-Território, Uberlândia, v. 1, p. 17-60, 2006.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”?** Brasília: Ed. UNESCO, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003.



IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS CONFLITOS DE USO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ARROIO SÃO LOURENÇO

Juliana Hubner

Estudante do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental - FURG

juh_hubner@hotmail.com

Gracieli Trentin

Prof^a. Dr^a. do Instituto de Oceanografia - FURG

gracieli.trentin@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como área de estudo a Bacia Hidrográfica do Arroio São Lourenço (190 km²), localizada no município de São Lourenço do Sul, tendo como objetivo a identificação e análise dos conflitos de uso existentes nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), de nascentes, margens de rio e corpos d'água, conforme legislação do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12). Para a pesquisa, foi utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG) a partir do software ArcGIS 10.4.1 e imagens do satélite RapidEye, com resolução espacial de 5m, sendo definidas as seguintes classes para o mapeamento de uso e cobertura da terra: Agricultura, Água, Banhado, Campo, Silvicultura, Solo Exposto, Vegetação Arbórea e Área Urbana. As APPs compreendem 26,73 km² na Bacia Hidrográfica, deste total verificou-se que apenas 12,36 km² (46,25%) estão de acordo com a legislação vigente. Os maiores conflitos de uso nas APPs referem-se às práticas agrícolas (Agricultura com 25,48% e solo exposto com 8,06%). Considerando a importância da bacia no abastecimento de água urbano local, faz-se necessário pensar em práticas que visem à recuperação das APPs e que promovam o uso sustentável da bacia.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental; Legislação Ambiental; Sistema de Informação Geográfica; Análise Espacial

1 INTRODUÇÃO

A falta de planejamento do uso da terra em bacias hidrográficas tem como consequência a apropriação do espaço das Áreas de Preservação Permanente (APPs) por outras atividades, resultando na supressão da vegetação nativa, podendo acarretar vários impactos no ambiente como erosão do solo, perda de fauna e flora e contaminação dos recursos hídricos.



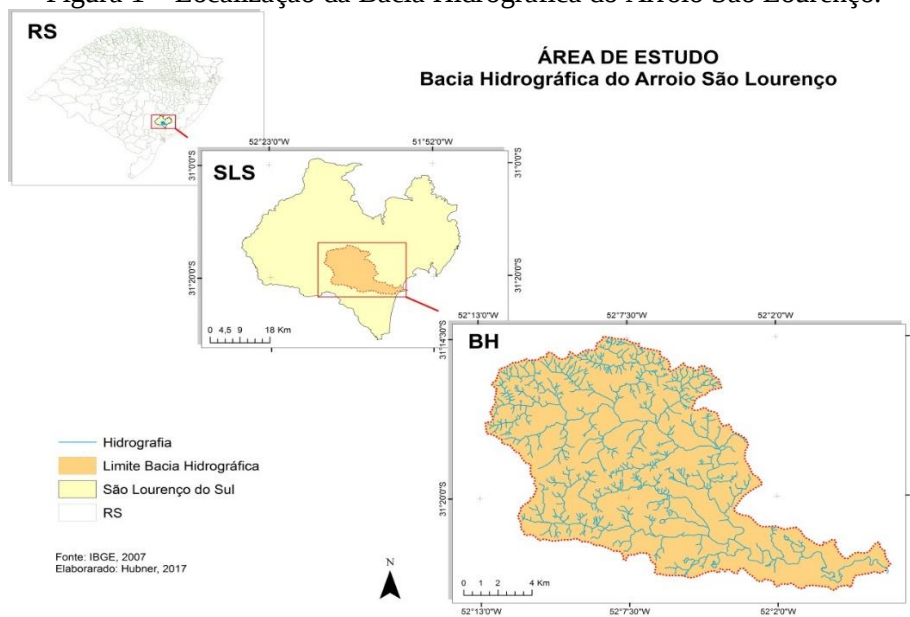
Segundo Costa et al. (1996 apud NARDINI et al., 2015) as APPs foram criadas para proteger o ambiente natural, devendo estar sempre cobertas com a vegetação original, pois a cobertura vegetal atenua os efeitos da erosão e lixiviação dos solos, contribuindo também para regularização do fluxo hídrico, redução do assoreamento dos cursos d'água e reservatórios, trazendo benefícios diretos para a fauna.

Conforme previsto no Art. 3º, inciso II do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12):

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

O município de São Lourenço do Sul (Figura 1) possui uma área de 2.040,6 km² e população estimada de 44.580 habitantes (IBGE, 2017), em aspectos geomorfológicos seu território divide-se entre a serra do sudeste e a planície costeira, e tem como uma das bases da sua economia, a agricultura de monoculturas e de produção familiar, a qual tem relação com o relevo. Enquanto a primeira concentra-se na baixa bacia em área de planície, a segunda concentra-se nas porções média e alta da bacia onde o relevo apresenta maior irregularidade.

Figura 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do Arroio São Lourenço.



Fonte: A autora (2017)



A Bacia Hidrográfica do Arroio São Lourenço possui uma área total de aproximadamente 190 km² e está totalmente inserida na área do município de São Lourenço do Sul (Figura 1).

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as áreas de APPs na Bacia Hidrográfica do Arroio São Lourenço, conforme legislação vigente do Novo Código Florestal, e diagnosticar possíveis conflitos nas APPs em relação ao mapa de uso e cobertura da terra.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas imagens do satélite RapidEye, com resolução espacial de 5m, cinco bandas espectrais, das seguintes datas: 23.12.2012 (ID 2224610) e 29.08.2013 (ID 2224611) no Geocatálogo do MMA, ambas referenciadas ao Datum WGS84. A base cartográfica correspondeu ao limite da bacia hidrográfica obtido via topografia (SRTM) e as vias e hidrografia (HASENACK; WEBER, 2010), sendo a hidrografia enriquecida. Foi utilizado Sistema de Informações Geográficas (SIG), com base no *software* ArcGIS 10.4.1 e o auxílio do Google Earth Pro para o mapeamento de uso e cobertura da terra.

Amostras foram coletadas a partir das composições coloridas RGB 321 e RGB 532, definindo-se as seguintes classes de uso para o mapa de uso e cobertura: Agricultura, Água, Banhado, Campo, Silvicultura, Solo Exposto, Vegetação Arbórea e Área Urbana. Utilizou-se a classificação supervisionada com o algoritmo Maxver. A validação foi realizada a partir da obtenção dos índices de exatidão global (67%) e Kappa (60%).

As APPs foram identificadas a partir de buffers na hidrografia, conforme o Novo Código Florestal: 50m para nascentes, 30m para margens de rio até 10m de largura, 50m para margens de rio até 50m de largura, 100m para corpos d'água maiores de 20 ha, 50m para corpos d'água até 20 ha. Com a definição das APPs foi realizado uma intersecção com o mapa de uso e cobertura da bacia, o que permitiu verificar e caracterizar as conformidades e inconformidades (conflitos) de uso nas APPs.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após elaboração e análise dos mapas temáticos foi possível identificar o intenso uso antrópico das APPs da bacia hidrográfica. Do total de 26,73 km² de área total de APPs apenas 12,36 km² (46%) permanecem com vegetação arbórea (Figura 2 e Tabela 1). Um dos principais conflitos existentes na bacia acontece devido à alta atividade agrícola no município, que representa 40,27% (Tabela 2) na área de estudo e 26% nas APPs (Tabela1).

Conforme visualização no mapa (Figura 2), a área pertencente à planície costeira, mantém alto índice de solo exposto e agricultura, isso acontece pelo favorecimento do solo e do relevo para a atividade, que é dominada pela monocultura, principalmente do arroz.

Estes conflitos acarretam vários problemas ambientais, como o aumento da erosão do solo e assoreamento de rios, principalmente na área próxima à foz que tem como consequência a maior ocorrência de inundações em locais da área urbana do município. Assim, o índice baixo de vegetação arbórea pode indicar redução da complexidade da estrutura natural desta classe.

Figura 2 – Áreas de conflito nas APPs da Bacia Hidrográfica do Arroio São Lourenço.

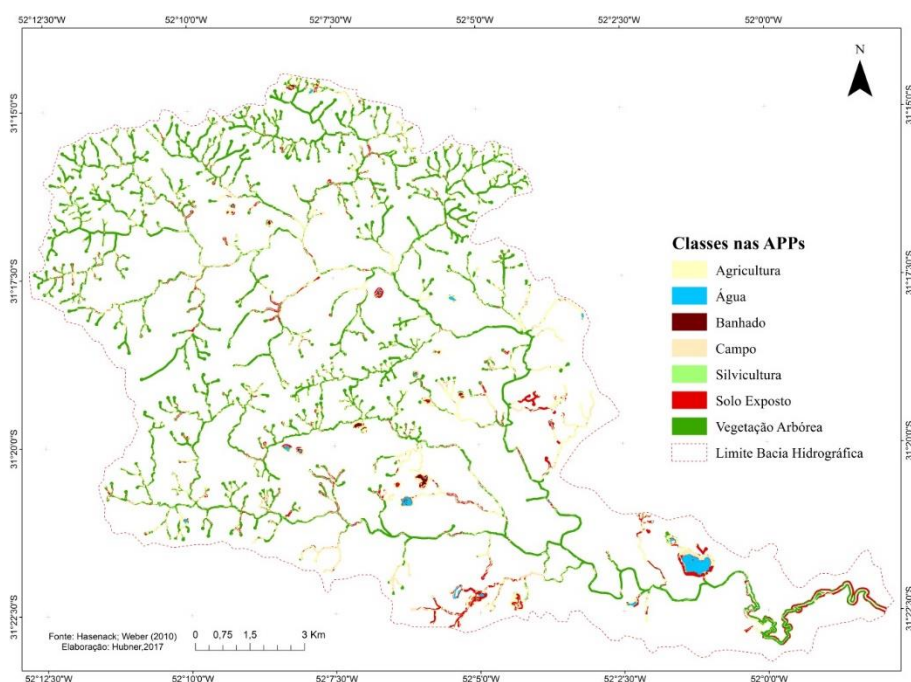




Tabela 1- Quantificação das classes de uso nas APPs

Classe	km ²	%
Agricultura	6,81	25,48
Água	0,50	1,87
Banhado	0,14	0,52
Campo	3,79	14,20
Silvicultura	0,97	3,62
Solo Exposto	2,15	8,06
Vegetação Arbórea	12,36	46,25
Total de APPs	26,73	100

Tabela 2 - Uso e ocupação na Bacia

Hidrográfica Fonte: A autora (2017)

Classe	km ²	%
Agricultura	76,52	40,27
Água	1,29	0,68
Área Urbana	1,88	0,99
Banhado	0,53	0,28
Campo	34,09	17,94
Silvicultura	4,99	2,63
Solo Exposto	31,41	16,53
Vegetação Arbórea	39,29	20,68
Área Total	190	100

Fonte: A autora (2017)

4 CONCLUSÕES

O mapeamento de uso da terra para a bacia evidenciou intensas práticas agrícolas e fragmentação da cobertura vegetal, a qual tende a se concentrar em áreas de maior declive e em APPs. Este cenário indica falhas quanto ao planejamento e manejo da bacia. O avanço das atividades agrícolas em APPs representa o principal conflito de uso identificado nas APPs da bacia. Assim, considera-se importante, em trabalhos futuros, a realização de análise temporal para verificar a evolução do referido conflito, além da necessidade de ações práticas que visem a recuperação das APPs degradadas, o que poderia estar relacionado à elaboração de um plano de manejo para esta bacia em vista de sua importância para o abastecimento urbano local.

REFERÊNCIAS

NARDINI, R.C. **Avaliação Das Áreas De Conflito De Uso Em APP Da Microbacia Do Ribeirão Morro Grande 1**. Caminhos De Geografia - revista online, Uberlândia, v. 16, n. 55, p. 104-113, Set/2015.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.



HASENACK, H.; WEBER, E.(org.) **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul -escala 1:50.000**. Porto Alegre: UFRGS Centro de Ecologia, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRÁFICA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades**. 2016. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. **Geo Catálogo**. Imagens de Satélite RapidEye do Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2016. Disponível em: <http://geocatalogo.ibama.gov.br/>. Acesso em maio de 2016. Cenas 2224610 (28/12/2012) e 2224611 (29/08/2013).



APLICAÇÃO E COMPARAÇÃO DE METODOLOGIAS DE FRAGILIDADE AMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Solange Otte Nörnberg

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPel - RS
Solangenornberg2@gmail.com

Moisés Ortemar Rehbein

Prof. Dr. do Departamento de Geografia da UFPel
moisesgeoufpel@gmail.com

Resumo

A sociedade, se apropriando cada dia mais dos recursos naturais existentes nos ambientes naturais, tem promovido o desequilíbrio dinâmico desses ambientes. A fim de possibilitar o uso menos impactante desses recursos, estudos de fragilidades dos ambientes tem se mostrado de grande importância. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a proposta de aplicação e comparação de duas metodologias de fragilidade ambiental, a de Ross (1994) e Crepani *et al.* (2001) para o município de Pelotas, localizado no estado do Rio Grande do Sul. No momento não há resultados finais de pesquisa, mas sim um trabalho de compilação bibliográfica e de documentos digitais, enquanto planos de informações, pautados nos parâmetros das metodologias em análises, da área de estudo. Como resultado final deste trabalho de pesquisa, espera-se obter dois mapeamentos diferenciados de fragilidade ambiental e através destes, realizar análises e comparações afim de identificar as limitações, vantagens, peculiaridades e diferenças entre os modelos utilizados.

Palavras-Chave: Ecodinâmica; Geoprocessamento; Planejamento Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos permitiram ao homem utilizar técnicas cada vez mais avançadas, passando a ser um importante agente acelerador e transformador dos



ambientes. Estes ambientes alterados pelo uso antrópico saem de seu estado de equilíbrio dinâmico, ocasionando, em muitas vezes, a perda de recursos naturais.

Dentro desse contexto surgiram métodos, modelos e estudos encarregados de fazer o diagnóstico da relação entre a ocupação humana e as transformações dos ambientes, como os modelos de análise de fragilidade ambiental de Ross (1994) e de Crepani *et al.* (2001). Estes estudos pressupõem a qualificação da fragilidade dos solos à erosão decorrente das características naturais do ambiente, associada aos usos do solo pelo homem.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende aplicar e comparar as metodologias de análise de fragilidade ambiental, a de Ross (1994) intitulada análise empírica dos ambientes naturais e antropizados, e a de Crepani *et al.* (2001) denominada vulnerabilidade natural à perda de solo. A área de estudo para aplicação das metodologias corresponde ao município de Pelotas, localizado na porção sudeste do estado do Rio Grande do Sul.

O município de Pelotas foi escolhido por apresentar uma grande variabilidade de relevo e usos da terra. Este estudo justifica-se devido a sua importância para o planejamento ambiental, pois os mapas de fragilidade ambiental permitirão a visualização das áreas com maior fragilidade no município e ainda poderão evidenciar as áreas de potencialidades nas quais o município poderá se desenvolver, de forma conveniente, e protegendo os recursos naturais.

1.1 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral a aplicação e realização de uma comparação analítica de dois modelos de fragilidade ambiental, o de Ross (1994) e o de Crepani *et al.* (2001) para o município de Pelotas (RS), bem como:

- Efetuar um mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal através de imagens de satélite LANDSAT;



- Elaborar um mapeamento geomorfológico em escala compatível com a área de estudo, com abordagem integrada do meio físico;
- Coletar informações referentes as classes de solos e geologia do município de Pelotas;
- Analisar dados climatológicos, como dados de precipitações da área de estudo, que serão utilizados para elaboração dos mapeamentos;
- Gerar os mapas de fragilidade ambiental seguindo as propostas metodológicas de Ross (1994) e Crepani *et al.* (2001);
- Analisar as vantagens, limitações, peculiaridades e diferenças entre os modelos.

1.2 Fundamentação Teórica

A fragilidade ambiental é considerada como sendo a vulnerabilidade do ambiente em sofrer qualquer tipo de dano. Está relacionada com fatores de desequilíbrio de ordem tanto natural, provenientes da própria dinâmica do ambiente, como por exemplo em situações de elevadas declividades e alta susceptibilidade erosiva dos solos; quanto antropogênica, a exemplo do mau uso do solo (CABRAL *et al.*, 2011).

A erosão causada pelo homem, identificada como erosão acelerada, é considerada como o principal processo antrópico de degradação dos solos, sendo capaz de comprometer a produtividade agrícola e gerar impactos sobre a biodiversidade e os recursos hídricos (LAL e ELLIOT, 2008).

Diante do cenário de degradação dos solos, surgiram modelos que visam analisar e qualificar as fragilidades do ambiente a processos erosivos, como o proposto por Ross (1994) intitulado *Análise Empírica dos Ambientes Naturais e Fragilizados*, e o de Crepani *et al.* (2001) denominado de estudo de vulnerabilidade natural à perda de solo.

Estes modelos de análise da fragilidade ambiental baseiam-se no princípio das Unidades Ecodinâmicas, preconizadas por Tricart (1977). As Unidades Ecodinâmicas pressupõem, de acordo com Ross (1994), que a natureza apresenta funcionalidade intrínseca entre suas componentes físicas e bióticas. Essa concepção ecológica foi



construída sob o prisma da Teoria dos Sistemas, que fundamenta-se que, na natureza, as trocas de energia e matéria se processam através de relações de equilíbrio dinâmico.

O modelo proposto por Ross (1994) para a análise empírica dos ambientes naturais e antropizados exige a análise integrada dos temas solos, geomorfologia, uso da terra/cobertura vegetal e clima para gerar o produto síntese que descreve os diferentes graus de fragilidade que o ambiente possui. O resultado é apresentado em uma escala de 1 a 5, ou seja, a fragilidade é expressa pelos códigos: muito fraca (1), fraca (2), média (3), forte (4) e muito forte (5).

Já o modelo proposto por Crepani *et al.* (2001) para a vulnerabilidade natural à perda de solo estabelece que seja elaborado um mapa de unidades territoriais básicas, e que se associe este mapa às informações de solos, geologia, geomorfologia, uso da terra/cobertura vegetal e clima. Nesse modelo, a vulnerabilidade das unidades de paisagem é estabelecida com base na relação morfogênese/pedogênese, através de uma escala de valores de 1 a 3 referente a cada plano de informação (PI) considerado. Os valores de vulnerabilidade próximos a 1 se referem às unidades mais estáveis, e os próximos a 3 às unidades de paisagens mais vulneráveis.

2 METODOLOGIA

Para elaboração deste trabalho primeiramente deverá ser realizado o levantamento e processamento dos dados necessários. Nesta etapa deverá ser efetuado:

- a) a pesquisa específica da área de estudo e as pesquisas bibliográficas teórica-metodológicas para apoiar o embasamento teórico e os procedimentos técnicos-operacionais do trabalho.
- b) a construção da base cartográfica a partir de dados obtidos do projeto “Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul – escala 1:50.000 (HASENACK; WEBER, 2010)”,



relativos às curvas de nível (com equidistância de 20 metros), pontos cotados (com altitude em metros), hidrografia (cursos fluviais e corpos d'água) e dados referentes ao limite municipal de Pelotas do IBGE (2013).

c) a produção de dados primários como mapa hipsométrico, mapa clinográfico e mapa de drenagem a partir dos dados da base cartográfica.

d) recolhimento de Informações geológicas da área de estudo através do Mapa Geológico do Rio Grande do Sul elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM (2008) na escala 1:750.000, dados climatológicos a partir de informações disponibilizadas pela Estação Agroclimatológica de Capão do Leão/RS - EMBRAPA/UFPEL/INMET do período de 1971 a 2000 e Informações referentes aos solos disponíveis no Mapa de Solos do Município de Pelotas sintetizado por Cunha e Silveira (1996) – escala 1:100.000.

e) elaboração de um mapa geomorfológico baseado na metodologia proposta por Ross (1992) utilizando como base de informação os Índices de Dissecação do Relevo.

f) elaboração de um mapa de uso da terra/cobertura vegetal através da interpretação de imagens do satélite Landsat 8 do ano de 2017.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho se encontra em fase inicial de desenvolvimento, onde está sendo realizado as pesquisas bibliográficas e levantamento e geração de mapas e dados primários.

Após o levantamento e processamento dos dados necessários, os mapas sínteses de fragilidade ambiental seguindo as propostas metodológicas de Ross (1994) para a análise empírica dos ambientes naturais e antropizados e a de Crepani *et al.* (2001) para a vulnerabilidade natural à perda de solo deverão ser confeccionados.

A última etapa consistirá na comparação e análise entre os mapas sínteses. Nesta fase será realizada a análise da distribuição e porcentagem das classes de fragilidade entre os mapas bem como os pontos em comum identificados na área de estudo que apresentam alto ou baixo grau de fragilidade. Deverá também ser identificado as limitações, vantagens, peculiaridades e diferenças entre os modelos.



Espera-se obter dois mapeamentos diferenciados de análise de fragilidade ambiental para o município de Pelotas, onde o modelo de Ross (1994) adota o agrupamento dos índices das variáveis e considera o relevo (mapa geomorfológico) como variável principal, com uma importância maior na definição dos graus de fragilidade. Já o modelo de Crepani *et al.* (2001) utiliza valores aritméticos médios para o produto final, no qual todas as variáveis analisadas têm a mesma importância (peso) para determinar os graus de fragilidade das Unidades Territoriais Básicas (UTB's).

4 CONCLUSÕES

O conhecimento das fragilidades e da capacidade que o ambiente apresenta para a exploração e ocupação dos seus recursos é imprescindível para que os impactos ambientais que ocorrem no sistema natural possam ser minimizados. Sendo assim, a avaliação das fragilidades e potencialidades ambientais do município de Pelotas torna-se importante, pois facilitará a gestão dos recursos naturais e o planejamento ambiental.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, J. B. P.; ROCHA, I. R.; MARTINS, A. P.; ASSUNÇÃO, H. F. E.; BECEGATO, V. A. 2011. **Mapeamento da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Doce (GO), utilizando técnicas de geoprocessamento.** In.: GeoFocus (Artículos), nº 11, p. 51-69.
- CREPANI, E.; MEDEIROS, J. S.; HERNANDEZ FILHO, P.; FLORENZANO, T. G.; DUARTE, V.; BARBOSA, C. C. F. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial.** São José dos Campos: INPE, 2001.
- CUNHA, N. G.; SILVEIRA, R. J. C. **Estudos dos solos do município de Pelotas.** Pelotas: EMBRAPA/ CPACT, Ed. UFPel, 1996. 50p.
- EMBRAPA/UFPel/INMET. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/agrometeorologia/informacoes/clima-de-pelotas/>. Acesso em: 30/07/2015.
- HASENACK, H.; WEBER, E. J. (Orgs.). **Base cartográfica vetorial continua do Rio Grande do Sul – escala 1:50.000.** Porto Alegre, UFRGS-IB- Centro de Ecologia. 2010. 1 DVD-ROM (Série Geoprocessamento, 3).



_____. **Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250.000.** 2013. Disponível em: [<ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_vetorial_continua_escala_250mil/>](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_vetorial_continua_escala_250mil/). Acesso em: 10 dez 2013.

LAL, R.; ELLIOT, W. 2008. Soils and sustainable agriculture: a review. In.: **Agronomy for Sustainable Development**, v. 28, Versailles. p. 57-64.

ROSS, J. L. S. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados.** Revista do Departamento de Geografia, n. 8. São Paulo: FFLCH- USP, 1994.

ROSS, J. L. S **O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo.** Revista do Departamento de Geografia, n. 6, 1992.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. **Geologia e Recursos Minerais do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2008. 1 CD. Escala 1:750.000.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

RESUMOS EXPANDIDOS

Modalidade Apresentação de Painel



O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ATIVIDADE LÚDICA DESENVOLVIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Yan Castro Lisboa

Graduando em Geografia - UPF

y-ancl@hotmail.com

Márcia da Silva Jorge

Mestra em Geografia - UFSC

msjgeoj@gmail.com

RESUMO

O principal foco desse trabalho são adolescentes de uma turma de 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado, localizada no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, com a faixa etária de 11 a 15 anos, num número significativo de reprovados e uma considerável dificuldade de aprendizagem, realizou-se uma atividade visando auxiliar o professor na tarefa de ensinar o conteúdo para que todos conseguissem aprender e participar ativamente, dando significado ao processo ensino-aprendizagem. Para isso, a atividade realizada foi sobre as Zonas Térmicas da Terra, por ser um assunto básico, nos conteúdos escolares na disciplina de Geografia, e também, por se tratar de uma escala de dimensões planetária, o que torna um tanto complexo para essa faixa-etária. A dinâmica conseguiu alcançar os seus objetivos, ou seja, houve a participação efetiva de toda a turma, e os mesmos demonstraram interesse se envolvendo ativamente, o que facilitou a aprendizagem, pois todos compreenderam corretamente as diferenças entre as Zonas Térmicas e suas principais características, demonstrando ser um instrumento eficaz para auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Zonas Térmicas da Terra; Dinâmica; Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um lugar de encontro de culturas e saberes, do saber científico e do saber cotidiano. É neste local, portanto, que o ensino das diferentes disciplinas, em suas respectivas, metodologias e as estratégias de ensino devem ser pensados em função da realidade dos estudantes, do seu universo cultural e da organização do saber sistematizado.

O saber experienciado pelo educando e o saber científico, são duas realidades a serem trabalhadas pelo professor no seu processo de organização pedagógica, unindo a



teoria e a prática materializando o conhecimento e as múltiplas faces da cultura de forma contextualizada pedagogicamente (CORRÊA, 2000, p. 99).

Dessa forma, sob a perspectiva da Geografia no ensino básico, é importante muitas vezes, que o professor coloque em seu planejamento estratégias de ensino que possam transpor algumas “lacunas” pedagógicas entre o conhecimento da teoria e as experiências vividas pelos estudantes em seu cotidiano. Para isso é importante criar estratégias de ensino mais eficazes e significativas para a aprendizagem.

Callai (2000, p. 92), se refere ao processo de ensino como a aprendizagem de um determinado conteúdo e certos métodos, no entanto, é fundamental considerar que “a aprendizagem é um processo do aluno, e as ações que se sucedem devem necessariamente ser dirigidas à construção do conhecimento por esse sujeito ativo”. Dessa forma o aluno tem como compromisso assumir o papel de querer aprender, visto que, é um processo, no qual ele vai adquirindo conforme os seus estudos.

Ainda, Callai (2011, p. 130), comenta que:

mais recentemente a discussão sobre educação geográfica leva a refletir sobre a geografia como campo do conhecimento e seu significado como conteúdo escolar. Por outro lado há que se considerar que o currículo e o conteúdo escolar são uma produção, e um conhecimento específicos, considerados a partir de várias vertentes e que se concretizam na fronteira do conhecimento disciplinar da ciência, na estrutura e cotidiano da escola e na vivência dos sujeitos envolvidos na escola. Portanto, a geografia escolar é um conhecimento diferente da geografia acadêmica, ela é pois, uma criação particular e original da escola, que responde às finalidades sociais que lhe são próprias.

Nessa proposta, o presente trabalho tem como objetivo, descrever e apresentar, a atividade que foi realizada com os estudantes do 6º ano do fundamental II da EMEF Eloy Pinheiro Machado, tendo como tema central as Zonas Térmicas da Terra, por ser um assunto básico nos conteúdos escolares na disciplina de Geografia, mas de difícil compreensão para alguns alunos, porque lida com diferentes escalas de dimensões planetários. Então, objetivou-se representar e identificar as diferenças entre as Zonas Térmicas, enfatizando as três principais zonas climáticas, reforçando o conhecimento já teorizado aos educandos.

Além disso, propôs-se a facilitar o ensino, dando ao professor da escola do ensino básico, subsídios para buscar novos meios práticos na sua metodologia, visando



oportunizar uma melhor aprendizagem do conteúdo, podendo ser de forma simples, mas que não leve muito tempo, pois os períodos de Geografia são diminutos no currículo escolar, no entanto deve possibilitar aos alunos a compreensão do tema proposto.

Para complementar o exposto, Callai (2011, p. 131), menciona que, “a Educação Geográfica é a possibilidade de tornar significativo o ensino de um componente curricular sempre presente na educação básica”. Com essa reflexão, é significativo, trazer em pauta as práticas pedagógicas lúdicas, que quando são realizadas essas propostas de atividades diferenciadas, se tornam eficiente, no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a importância de ensinar Geografia se deve pela possibilidade que a disciplina traz em seu conteúdo que é discutir questões do mundo da vida.

Portanto, nessa relação de teoria e prática, os estudantes fazem suas análises, se tornando pessoas participativas, reflexivas e críticas. Com os índices preocupantes de reprovados, através das diferentes faixas etárias dos alunos da Escola Municipal Eloy Pinheiro Machado, é fundamental muitas vezes, “linkar” alguns conteúdos com a realidade do cotidiano deles, para que possam, compreender o espaço, em específico, o lugar onde vivem.

2 METODOLOGIA

Levando em consideração que o foco desse trabalho são adolescentes de uma turma de 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado, localizada no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, com a faixa etária de 11 a 15 anos, e uma considerável dificuldade de aprendizagem, realizou-se uma atividade que teve como objetivo auxiliar o professor na tarefa de ensinar o conteúdo para que todos conseguissem aprender e participar ativamente, dando significado ao processo ensino-aprendizagem.

Com isso, a atividade realizada com os estudantes teve como tema central as Zonas Térmicas, essa dinâmica foi pensada, por ser um assunto básico para as séries posteriores e pelo grau de complexidade devido a sua escala de magnitude fora da realidade do estudante. Dessa forma, foi proposto representar e identificar as diferenças entre as Zonas Térmicas, enfatizando as três principais.



Para realização da atividade os estudantes foram divididos em três grandes grupos, para que cada grupo apresentasse uma Zona Térmica diferente. Os grupos foram identificados como 1, 2 e 3. Cada grupo teve a oportunidade de escolher uma imagem que não continha nenhum tipo de identificação ou informação, pois estas estavam na caixa do professor, que também, fazia parte da atividade. Neste momento, os grupos tinham como objetivo a observação. Essas imagens, representavam as três diferentes Zonas Térmicas da Terra, que são elas: Zona Polar ou Glacial Ártico/Antártico, Zona Temperada do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul e a Zona Tropical. No entanto, o que estava descrito naquelas imagens, foi baseado em diversas fotos, que representavam as respectivas Zonas Térmicas.

Sendo assim, os três diferentes grupos teriam que descobrir a zona representada, pelas características e informações relatadas, e no final, mostravam a imagem para os demais grupos, e assim, sucessivamente. No decorrer dessa dinâmica, os únicos recursos que poderiam ser usados eram, o mapa mundi e o globo.

A proposta dessa dinâmica, foi para captar o interesse dos alunos presentes em sala de aula, tentando buscar da melhor forma o pensamento de todos sobre esse tema, para que assim, pudesse facilitar a aprendizagem, pois no final, todos compreenderam corretamente, as diferenças entre as Zonas Térmicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade científica vem, ao longo dos últimos anos, discutindo meios de tornar as práticas pedagógicas mais interessantes para os estudantes, devido a crescente falta de interesse e estímulo dos alunos em relação aos temas propostos pelo currículo escolar, e isso se reflete em todas as disciplinas, e, também, na Geografia.

Nessa perspectiva, Santos, Costa e Kinn (2010, p. 43) corroboram enfatizando que:

o ensino de geografia, como o de outras disciplinas, depara-se hoje com uma imensa oferta de produtos da indústria cultural (filmes, fotografias, músicas, charges, dentre outros), em virtude das novas tecnologias e do acesso a muitas informações. Cada vez mais, os saberes escolares são associados às mudanças da modernidade e tem de dialogar com inúmeras orientações pedagógicas



contemporâneas, a fim de desenvolver nos alunos a cooperação, a sociabilidade, a apropriação dos conteúdos e a construção do conhecimento.

Em consideração com essa premissa, as propostas de ensino como os jogos lúdicos e as atividades (dinâmicas) práticas que manifestam nos alunos capacidades (habilidades) de observação, socialização (comunicação/diálogo), trabalho em equipe através da ajuda e do auxílio com os demais colegas, e a construção do conhecimento, tornam-se, significativas e facilitadoras para as “práxis” pedagógicas. Para Dinello (2007, p. 13) “o jogo no âmbito da escola é muito diferente de jogar em outro lugar, porque o jogo utilizado como meio didático não apresenta o caráter ‘jogo pelo jogo’, mas sim uma motivação para certas aprendizagens”.

No momento que os estudantes puderam discutir em seus respectivos grupos, sem falar ou mostrar a imagem para os outros dois grupos, observou-se a participação e o trabalho em equipe, realizando um diálogo, com seus colegas de grupo mesmo, colaborando saberes, relacionando os conteúdos já estudados e identificando a Zona Térmica que apresentava aquela imagem.

Após, o professor escolheu dois representantes de cada grupo para identificar as características de cada imagem escolhida, que estavam dentro de uma caixa em cartelas que continham informações. Diante disso, todos os representantes acertaram as características, sendo importante ressaltar, que os mesmos não puderam usar o caderno ou o livro didático como forma de consulta, apresentando para toda a turma.

Assim, a dinâmica proposta com os estudantes do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Eloy Pinheiro Machado, localizada no município de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, conseguiu adquirir bons resultados com a participação ativa dos alunos presentes em sala de aula. E quando todos acertaram e compreenderam o tema, analisa-se que o processo de ensino-aprendizagem alcançou os objetivos propostos, cativando a turma, promovendo o conhecimento e a capacidade individual e coletiva.



4 CONCLUSÃO

Com o aumento da demanda de novas estratégias de ensino, devido à falta de interesse e estímulo dos estudantes em relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula, torna-se necessário criar meios práticos para desenvolver habilidades de observação, cooperação, análise dos assuntos abordados pela ciência geográfica. Nesse objetivo, compreender alguns fenômenos que essa ciência ensina, é consideravelmente complicado para alguns alunos, cabendo ao professor do ensino básica, buscar possibilidades mais acessível para abordar alguns assuntos. Para isso, a proposta desse trabalho de realizar uma atividade/dinâmica para facilitar o entendimento do conteúdo sobre as zonas climáticas terrestres, mostrou-se eficaz no processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. IN: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia escolar – e os conteúdos da Geografia**. Anekumene, Calle, v. 01, n. 01, p. 130-131, nov. 2011.
- CORRÊA, Carina Tramontina. Teoria-prática-teoria: manifestações na prática escolar. **Revista Pedagógica**. Campus Chapecó, SC, n. 5, jul/dez, 2000.
- DINELLO, Raimundo. **Expressão Ludocriativa**. Uberaba: Universidade de Uberaba, 2007.
- SANTOS, Rosselvelt José, COSTA, Cláudia Lúcia da, KINN, Marli Graniel. Ensino de Geografia e novas linguagens. In: BUITONI, Marísia Margarida Santiago (Coord). **Geografia Ensino Fundamental. Coleção explorando o ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.



METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DA GEOGRAFIA: DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Daniel Dias Lopes

Graduando de Licenciatura em Geografia – UFPel
dandiazlopes91@gmail.com

Raul Cunha Fiori

Graduando de Licenciatura em Geografia – UFPel
Raulcunhafiori2@gmail.com

Dione Lihtnov

Professor Doutor em Geografia – UFPel
dionelihtnov@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios da docência na rede pública de ensino, sob a perspectiva do curso de Licenciatura Plena em Geografia (UFPel), abordando a disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de Geografia (2017/1). Do ponto de vista metodológico, adota-se a revisão bibliográfica e a análise das práticas e discussões desenvolvidas ao longo da disciplina em questão. Toma-se como ponto de partida a reflexão e a análise de questões próprias a formação docente, enfatizando as Leis, Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, discutindo os impactos e reflexos na atuação docente, construindo uma análise própria do ensino de geografia, das políticas públicas e da realidade escolar.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Políticas Públicas; Realidade Escolar.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar os resultados obtidos na disciplina de Metodologia e Prática do Ensino em Geografia I, cursada no primeiro semestre letivo do ano de 2017, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade Federal de Pelotas. A disciplina em questão mostra-se fundamental para a formação docente, uma vez que introduz a discussão acerca do papel do professor de geografia e das dificuldades de atuação no ambiente escolar, as metodologias e práticas envolvidas na atuação docente, entre outras nuances do “ser” professor(a), ratificando assim sua importância.



De maneira resumida, a metodologia da disciplina se desenvolveu com base na exposição oral dialogada, seminários e leitura de textos, tendo como foco de análise as práticas desenvolvidas na esfera escolar, situando o licenciando(a) em Geografia no contexto da prática escolar.

Ao nosso ver, este foi um momento de reflexão sobre a real situação da Educação no Brasil, campo de atuação profissional docente, permitindo a análise deste cenário, até certo ponto desestimulador, de desvalorização e sucateamento da escola pública. Logo, a relevância das discussões realizadas aponta para o objetivo central deste artigo: abordar de forma reflexiva os desafios de “ser” professor(a) no sistema de educação pública, sob o olhar do curso de formação docente em geografia, e o papel do professor(a) no contexto social. Ambas temáticas se relacionam, se complementam, e se unem, ainda que superficialmente, a outros assuntos paralelos discutidos em sala de aula.

A metodologia adotada para a elaboração deste artigo teve por base a leitura de bibliografias interdisciplinares nas áreas de Geografia, Prática Docente, além da análise das principais Leis, Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, fundamentais para a contextualização teórica, metodológica e prática da elaboração deste estudo. Ainda neste sentido, se destaca a análise e relato das práticas, discussões e debates realizados ao longo da disciplina: o diálogo entre professor e alunos, a apresentação de seminários, a leituras de textos, fichamentos e resumos reflexivos, todos se constituíram como aporte metodológico, relatados na forma de análise do discurso, expondo as reflexões e experiências pessoais constituídas.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este cenário, quase que desolador, enfrentado pela educação brasileira na atualidade é retrato de uma série de turbulências econômicas e principalmente políticas vivenciadas no contexto social, ao longo das últimas décadas, amplificadas no último ano por uma série de medidas e cortes que afetam, não só o presente, como também o futuro dos milhares de jovens que estudam na rede pública de ensino. Isto fica claro a partir do momento que passamos a enxergar a importância da educação para a transformação de um país, e a consciência social que pode ser construída através do ensino da geografia.



Neste sentido, podemos perceber a importância do curso de formação docente, e mais especificamente da disciplina em questão, pois somente ao longo de discussões, debates e diálogo que as idéias são (des)construídas, possibilitando uma visão mais clara do quadro geral. A precariedade dos recursos, a desvalorização dos profissionais e principalmente, a inércia e passividade que a longo prazo resulta nas “más notícias dos jornais ao meio-dia”. Sobre isso, FREIRE (2003, p. 48) dialoga:

Se a reprodução da ideologia dominante implica, fundamentalmente, a ocultação de verdades, a distorção da razão de ser de fatos que, explicados, revelados ou desvelados trabalhariam contra os interesses dominantes, a tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar verdades, jamais mentir. A desocultação não é de fato tarefa para educadores a serviço do sistema.

Em poucas linhas, o autor enfatiza a realidade atual da educação brasileira, acentuando o papel do professor diante deste enorme desafio de formar cidadãos críticos. O desafio não é só do professor de geografia, mas sim de todos. E é árduo! Mas felizmente, a vontade perdura em muitos, cabendo o alerta da necessidade e a esperança da mudança. Neste cenário, a compreensão da escola, enquanto uma instituição social, formadora de cidadãos e cidadãs, é de suma importância para que se obtenha êxito no processo de transformação que permeia atualmente o povo brasileiro. O contexto atual esteve presente em todos os momentos dos debates realizados ao longo do semestre, já que este cenário não se aparta das dificuldades enfrentadas pelas escolas, seu sucateamento e ao mesmo tempo desvalorização moral da instituição escola perante a sociedade.

Esta crise não é um processo que desenvolveu do dia para noite, ou somente nos últimos anos, é uma construção histórica, alicerçada, pensada e planejada pelo poder público. Neste sentido, compreender o conceito, a história, as linhas de pensamento educacionais são elementos primordiais para que se possa compreender o atual momento em que se encontra a educação e o ensino de geografia no âmbito nacional. Fala-se aqui de um ensino tradicional, retrógrado, ancorado, em sua grande maioria, por práticas pedagógicas habituais, uma abordagem pouco construtiva, reflexiva ou crítica. Podemos retomar as lembranças do tempo de escola e buscar pelas memórias destas práticas que ainda hoje são (re)produzidas.



Assim, ao longo do semestre, debateu-se a inserção da disciplina de Geografia no Sistema Educacional Brasileiro e as Leis e Diretrizes que regem a educação no Brasil. Foram explorados os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, recentemente constituída e em fase de implantação. Além disto, a Reforma do Ensino Médio foi um gancho de discussão para a compreensão, não somente destas leis que regem a educação, como também das transformações recentemente implementadas na educação brasileira. Idéias floresceram, críticas e concordâncias surgiram, mas ao fim, o que ficou foi o esclarecimento de que o sistema educacional apresenta inúmeros problemas, uma base frágil, historicamente constituída, porém, frente a todos os problemas, ainda existe flexibilidade e autonomia para o professor(a) atuar em sala de aula, sendo essa uma luz no fim do túnel. Este contexto desperta a consciência de que os problemas não se resumem apenas a escala da sala de aula, eles se constituem no campo político, econômico, social e se refletem na sala de aula, na atuação do professor(a).

Ao longo das aulas essa temática foi abordada através de práticas pedagógicas, de maneira que longo destas práticas e debates tornou-se consenso entre a turma que o cerne desta problemática nasce nos próprios cursos formação do professor: Não existe o contato dos discentes com a realidade escolar durante o processo de formação, e quando há, este se dá de forma superficial e burocrática. Existe uma lacuna muito grande entre a universidade, responsável pela formação dos profissionais que atuaram no sistema educacional, e a escola, espaço onde as práticas se desenvolvem, de maneira que quando estes professores e professoras se formam, na maioria das vezes, não tem a dimensão da realidade vivida no espaço escolar. Essa brecha é justamente o principal motivo por essa falta de discernimento entre a teoria e a realidade, pois, na grande maioria das vezes, até mesmo os professores que atuam na formação docente estão distanciados da realidade escolar, dificultando a inserção destes alunos junto a escola, ou a constituição de projetos de extensão que aproximem a universidade do espaço escolar, uma medida complementar a falta de políticas públicas que regimentem este processo.

O reconhecimento da dinâmica estrutural da instituição escolar, a análise das práticas, funcionalidades e espaços da escola: secretaria, biblioteca, supervisão escolar, serviço de orientação escolar, laboratórios, conselho escolar, entre outras, além da



observação dos projetos desenvolvidos que articulam os setores da escola situam o licenciando(a) no contexto da administração e das práticas escolares. Este reconhecimento é um ponto a ser (re)pensando nos cursos de formação, de maneira geral. É preciso também se (re)pensar alternativas para que se possa contornar as dificuldades cotidianas enfrentadas na esfera escolar. Diante de um sistema socioeconômico injusto, para não dizer cruel, os setores sociais acabam “pagando o pato”. A atual crise econômica e política, como debatido anteriormente, sempre existiu, e no momento atinge maior representatividade, colocando a educação em situação delicada, a mercê de diversas dificuldades conhecidas e que tendem a se expandir. Segundo Ravagnani (1985, p. 225 apud RIBEIRO, 1984):

Muitos fatores se conjugaram para alcançar este triste resultado. Todos eles têm por base o caráter de nossa estrutura de classe desgarradamente desigualitária, e de nossos governos, incapazes de assumir as causas populares como suas e de nossa herança cultural retrógrada.

Todas essas questões podem (e devem) ser aprofundadas, porém nosso objetivo é destacar a importância do enfrentamento das dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras, na esfera pública, desde os cursos de graduação, dentro do processo de formação docente, considerando que o sucateamento de nossa educação pública é um assunto que necessita de atenção frente à atual conjuntura política brasileira. É relevante destacar as consequências deste cenário junto as escolas, os baixos índices de aprovação e qualidade na/da educação. Isso tudo pode ser confirmado diariamente nos dados, notícias e estatísticas divulgados cotidianamente nos diferentes veículos de mídia e (re)conhecidos na prática. A carência física, desvalorização social da educação e da profissão docente, em especial, são algumas das principais problemáticas a serem enfrentadas. Neste sentido, a experiência construída ao longo da disciplina foi produtiva, no âmbito de formação docente, inspirando o compartilhamento destas práticas e debates na forma do texto aqui relatado.

3 CONCLUSÕES

Nossa síntese inicial de propor essa reflexão pode demonstrar em uma análise, ainda que superficial, o caminho percorrido pela educação brasileira culminando no desenvolvimento de uma escola imersa em inúmeras dificuldades, desvalorizada perante



país, alunos e a sociedade em geral, marcada, principalmente, pela falta de políticas públicas que promovam a alteração deste cenário e o desenvolvimento de uma verdadeira escola para o “povo”.

A disciplina de Metodologia e Prática do Ensino da Geografia I serviu para muitos como uma porta de entrada para reflexões e afirmação na escolha docente, sobretudo o pensamento acerca do estágio docente a ser desenvolvido nos semestres futuros da graduação. Com leituras, documentários e a realização de trabalhos apresentados em sala de aula, tivemos a oportunidade de avaliar a educação atual em nosso país. É extremamente importante, já no começo da carreira profissional, reconhecer a realidade a ser enfrentada na prática docente. Somente através da reflexão, do estudo e da troca de experiências será possível a construção de soluções e a formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios da docência na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

BONEY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de geografia**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos *et al.* (org.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Os movimentos à necessária inquietude do saber geográfico – novos desafios**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (Org.). **Movimentos no ensinar geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar-Cultura, 2013. 2 capítulo. (p. 35-47).

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativas**. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento - Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª edição, 2003.

KAERCHER, Nestor André. **Das coisas sem Rosa uma delas é o Pessoa: as geografias do Manoel e do Nestor na busca do bom professor**. In: TONINI, Ivaine Maria *et al.* (org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA UFPEL

IV SEMP GEO

(Des)continuidades do pensar geográfico

04, 05 e 06 dezembro

PELOTAS - RS

NUNES, C. "**Prioridade número um para a educação popular**". In: TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.



OS AVANÇOS GEOTECNOLÓGICOS E OS NOVOS MEIOS DE INCLUSÃO DIGITAL

Elisandra Hernandez da Fonseca

Graduanda em Engenharia Geológica – UFPel

elisandrah.fonseca@gmail.com

Rosane Vieira da Silva

Graduanda em Engenharia Geológica – UFPel

ro.vieirasilva@gmail.com

Angélica Cirolini

Prof. Dra. no Centro de Engenharias – UFPel

aciorlini@gmail.com

Alexandre Felipe Bruch

Prof. Dr. no Centro de Engenharias – UFPel

afbruch@gmail.com

Resumo

O presente resumo aborda uma experiência educativa mediada pela utilização de geotecnologias, potencializando assim, o ensino de Geografia em sala de aula. A busca por inovações nos ambientes escolares trazem respostas positivas à aprendizagem e isto já seria o bastante para defender a implementação de novas ferramentas de ensino nas aulas, além do mais, a informação vem assumindo uma importância progressiva tornando-se assim uma necessidade para todos os setores da atividade humana. Para tanto, foi criado o projeto de Inclusão Digital em Escolas Públicas, que visa, através de práticas multidisciplinares, disponibilizar diferentes recursos visuais, auxiliando não somente na percepção dos mapas, mas também no desenvolvimento e na capacidade de interpretação do espaço geográfico. Sendo assim, este trabalho expressa uma experiência vivenciada em escolas da rede pública do município de Pelotas, envolvendo a disseminação do uso das Geotecnologias, através da elaboração de um mapa digital da escola e sistemas de geovisualização como o "Google Earth". A utilização de mapas digitais serve como meio facilitador da inclusão digital de adolescentes e o reconhecimento das características do município.

Palavras chaves: Geotecnologias; Mapas digitais; Ensino.

1 INTRODUÇÃO

Uma questão bastante discutida nos últimos anos em relação ao ensino, remete aos métodos utilizados por professores de geografia em sala de aula. Com a crescente



evolução tecnológica, tornou-se possível o desenvolvimento de novas técnicas computacionais para a representação cartográfica. Desta maneira, o ensino da Geografia deve acompanhar essas evoluções, levando em consideração essa geração de alunos que necessita de uma motivação e um ensino inovador, inserir tecnologias na educação acaba por cumprir um dos Parâmetros Curriculares Nacionais que defende que conviver com todas as possibilidades que a tecnologia oferece, não é só uma necessidade, mas também um direito social.

A utilização de imagens de satélites nas aulas de Geografia indica outra possibilidade do aluno conseguir visualizar o espaço geográfico no qual está inserido, de maneira diferenciada, em escalas global e local, pois permite uma interpretação mais realista já que proporciona a observação de aspectos físicos, como sua cidade, o bairro em que mora, a vegetação, relevo e etc.

De acordo com Florenzano (2007), a partir da análise e interpretação das imagens de sensores remotos, os conceitos geográficos de lugar, localização, interação homem/meio, região e movimento podem ser vinculados.

Desta maneira, nota-se uma gama de possibilidades que está disponível de forma gratuita com auxílio do computador, e que podem ajudar no desenvolvimento de aulas mais dinâmicas e interdisciplinares, envolvendo informática e geografia.

Nesta perspectiva, este trabalho tem por objetivo apresentar e analisar os resultados alcançados pelo projeto “Inclusão digital em escolas Públicas” o qual foi elaborado visando contribuir no ensino de Geografia nas escolas da rede pública de Pelotas, realizando o uso de geotecnologias como ferramenta de inclusão digital, a partir de mapeamentos com o auxílio de *software* livres como *GPS Trackmaker* e o *Google Earth*, capacitando aos alunos a geração dos seus primeiros mapas digitais, com propósito de dinamizar a aprendizagem da Geografia.

Para Cirolini (2014), a motivação dos alunos pode aumentar quando o professor constrói um clima de confiança, mudando a forma como as tecnologias são percebidas e usadas. A internet é um instrumento que pode facilitar a mediação, uma vez que oferece informações abundantes para o processo de conhecimento. Nota-se que a utilização do



computador aliado as suas ferramentas, pode ser tomado como complemento metodológico e constituir-se em instrumento facilitador na superação de algumas barreiras do processo de ensino-aprendizagem.

Para o desenvolvimento deste trabalho, visitou-se algumas escolas do município de Pelotas, RS, com o intuito de propiciar aos alunos da rede pública possibilidades para que estes conheçam as novas ferramentas e a sua utilização, bem como para contribuir e facilitar o aprendizado. Constatou-se durante as atividades, que o recurso didático desenvolvido, potencializa a aprendizagem das noções básicas de cartografia e desperta o interesse, motivando os alunos a partir da interatividade proporcionada levando-os à participação mais efetiva. A tecnologia deve ser mais um instrumento de ensino, que amplia as opções das ações didáticas e contribui, de forma interativa e prazerosa no processo de ensino-aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Primeiramente, buscou-se uma base sólida de conhecimentos a respeito do tema abordado com a finalidade de aprofundar os saberes em relação o uso de geotecnologias e a educação, conforme Laudares (2014), a utilização de dispositivos GPS e sistemas de geovisualização deve ser integrada com uma metodologia que possibilite uma participação ativa e constante dos alunos. O conceito metodológico do presente trabalho utilização de dispositivos receptores de sinal do sistema GPS, possibilitando aos alunos de escolas municipais, a identificação de pontos de referência nos bairros onde moram e a geovisualização permite a apresentação visual desses pontos integrados aos mapas digitais do município. O Projeto atende turmas de quinto ao nono ano, em escolas municipais da rede pública de Pelotas. Após, realizou-se um primeiro contato com a supervisão das Escolas contempladas com a oficina, a fim coletar informações acerca do número de alunos e do conteúdo que já haviam visto sobre cartografia, levantando assim, o maior número possível de dados com o objetivo de enriquecer o estudo. A partir dessas informações, partiu-se para o desenvolvimento das atividades com os alunos de quinto ao nono ano da referida escola.



O Trabalho foi desenvolvido em 4 etapas principais: Conceitos teóricos, coleta de pontos, tratamento de dados e geovisualização.

2.1 Conceitos Teóricos

O primeiro contato com os alunos ocorreu a partir de uma aula expositiva que relembrou alguns conceitos de Geografia como: rosa dos ventos, coordenadas geográficas, cálculos de área e perímetro, Cartografia básica e Geoprocessamento.

2.2 Coleta de pontos

Através de uma dinâmica de “caça ao tesouro” os alunos se orientam de ponto a ponto com auxílio da bússola e posição solar e coletam pontos no receptor GPS.

2.3 Tratamento

Os dados coletados com o receptor GPS foram visualizados no *software* livre GPS *Trackmaker*, o qual possibilitou observar a trajetória que os alunos percorreram no pátio. No *software*, os alunos renomearam os pontos, adicionaram legendas e exportaram o mapa para o Google Earth.

2.4 Geovisualização

Nessa quarta etapa, os alunos através do Google Earth puderam visualizar a imagem de satélite da escola e do bairro e sobrepor o mapa feito na etapa anterior, reconhecendo assim, o espaço mapeado. Nessa etapa também foi demonstrado aos alunos como traçar rotas, visualizar áreas, e identificar as coordenadas no aplicativo.

No início e fim de cada oficina, foi aplicado um questionário para verificação do nível de conhecimento sobre o tema desenvolvido, buscando assim, avaliar a evolução no nível de aprendizagem dos conteúdos ministrados. Esse trabalho usa desses dados analisados e interpretados para

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

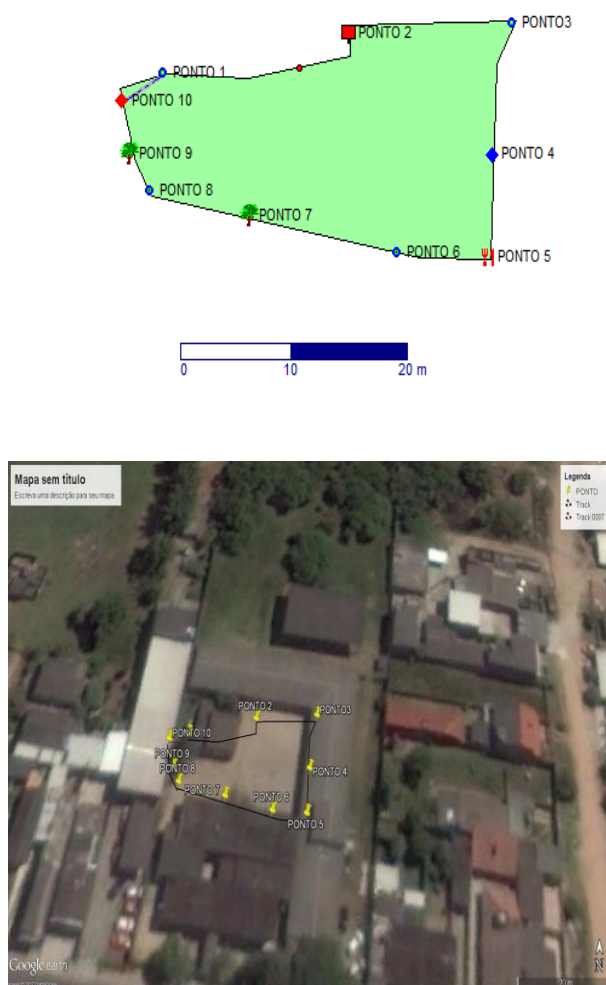
Os dados coletados com o receptor de sinal GPS foram tratados no *software* livre GPS *Trackmaker*, possibilitando aos alunos observar a trajetória percorrida no pátio. No



software, os alunos renomearam os pontos, adicionaram escala, dando início assim ao seu primeiro mapa digital, após esta etapa, exportaram o mapa para a visualização no *Google Earth*.

Na Figura 1 mostra um dos resultados das atividades desenvolvidas junto aos alunos, é possível observar que os estudantes conseguiram atingir o objetivo de criar seu primeiro mapa digital.

Figura 1-Mapa virtual da trajetória dos alunos no *software* livre GPS *TrackMaker* e geovisualização no *Google Earth*, respectivamente.

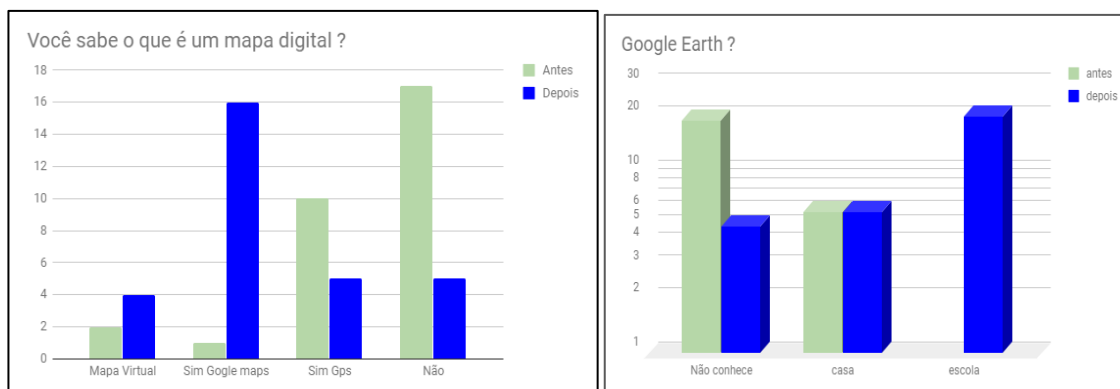


Fonte: Acervo pessoal gerados com auxílio do *software* GPS *TrackMaker*, e *Google Earth*.



Algumas das respostas do questionário avaliativo podem ser observadas nos gráficos a seguir.

Figura 2- Gráficos acerca do questionário avaliando os conhecimentos de antes e depois das atividades.



Fonte: Acervo pessoal gerados no aplicativo planilhas do Google.

Os gráficos dispostos na Figura 2 revelam que antes das atividades desenvolvidas pelo projeto os alunos não tinham conhecimento em relação aos mapas digitais e as ferramentas de Geoinformação, de modo que depois das oficinas apontaram o conhecimento relativo a estes temas e que o uso aconteceu em sua maioria na escola.

4 CONCLUSÕES

Constatou-se durante as atividades, que o recurso didático desenvolvido, potencializa a aprendizagem das noções básicas de cartografia e desperta o interesse, motivando os alunos a partir da interatividade à participação mais efetiva. A tecnologia deve ser mais um instrumento de auxílio ao ensino, que amplia as opções das ações didáticas e contribui, de forma interativa e prazerosa, no processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados apresentados certificam a efetividade de ações relacionadas ao uso de novas geotecnologias na educação pública, ponderando a necessidade de disseminação do uso de instrumentos de georreferenciamento e geovisualização no ensino.



Durante o projeto foi possível perceber também o interesse do professor no desenvolvimento das atividades, então serão criadas sugestões de trabalhos futuros, realização de cursos de capacitação com os professores, para que haja a continuidade nas atividades, e que assim os alunos possam aproveitar ainda mais os ensinamentos ministrados pelo projeto.

REFERÊNCIAS

- CIROLINI, A. **A inclusão de tecnologias digitais nas escolas do meio rural de Restinga Sêca, RS: O atlas geográfico eletrônico e escolar na perspectiva dos processos de ensino e aprendizagem.** 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- FLORENZANO, T. G.; **Imagens de Satélites Para os Estudos Ambientais.** São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- LAUDARES, S. **Geotecnologia ao alcance de todos.** Editora Appris. Curitiba, 2014.
- LIGUORI, Laura M. **As novas tecnologias da informação e da Comunicação no Campo dos Velhos Problemas e Desafios Educacionais:** In: LITWIN, Edith (Org.). **Tecnologia Educacional: política histórias e propostas.** Porto Alegre: **Artes Médicas,** 1997.
- MONTEIRO, F. de O. **Diagnóstico das dificuldades encontradas pelos estudantes do Ensino Médio em aprenderem os conteúdos de Geografia na Escola Estadual Luiz Balbino-Pirapora/MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Universidade Estadual de Montes Claros. Pirapora/MG. **Departamento de Geociências.** 2007. 81p



FASCÍCULO DIDÁTICO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE HOMENS E MULHERES NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE – RS

Nathália Bonow

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UFPel

nathaliabonow@gmail.com

Andressa Amaral dos Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UFPel

dessapel95@gmail.com

Karen Laiz Krause Romig

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UFPel

karenlaizromig@gmail.com

Liz Cristiane Dias

Professora Adjunta do Departamento de Geografia – UFPel

lizcdias@gmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta uma proposição de produção de um fascículo didático, no ramo da geografia escolar. Esta ideia advém da importância de metodologias de ensino diversificadas dentro desta área. O tema escolhido para o fascículo foi “As Relações de Trabalho entre Homens e Mulheres na Agricultura no Município de Arroio do Padre – RS, sendo que espera-se que este recurso didático contribua para a explicação da temática fazendo com que os alunos se interessem mais pelo tema por ele ter conexão com a Geografia, mas também com a realidade dos discentes. Com isso, intenta-se incentivar a elaboração de outros recursos, tanto pelos professores(as) de Geografia quanto pelos próprios alunos em sala de aula.

Palavras-chave: Fascículo; recurso didático; geografia.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda uma proposta de elaboração de um fascículo didático, no ramo da geografia escolar, que foi apresentado pelas alunas Andressa Amaral dos Santos, Karen Romig e Nathália Bonow durante o primeiro semestre do ano de 2017, na



disciplina de Geografia Socioambiental do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, visando o auxílio na explicação das relações de trabalho entre homens e mulheres na agricultura no município de Arroio do Padre - RS.

Esta proposição surge da necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas no ensino de Geografia com o objetivo de trabalhar as temáticas geográficas de forma lúdica e criativa, fazendo com que o público se interesse pela abordagem da temática, por meio da relação entre conteúdos curriculares e as vivências cotidianas.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade do aprofundamento de práticas e saberes que motive os alunos e que torne a ciência geográfica, não apenas uma disciplina teórica e de cunho distante do mundo vivido dos alunos, mas sim uma matéria escolar que possibilite o educando contextualizar os fenômenos e conhecer o espaço em que vive, numa dicotomia teoria e prática/vivência diária. (MANFIO; BALSSAN, 2014, p. 69)

O município de Arroio do Padre, localizado na mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul, foi escolhido para a abordagem do tema das relações de trabalho entre homens e mulheres, por ser um município majoritariamente rural, de colonização pomerana onde o gênero é ainda um forte delimitador da independência financeira das mulheres que, em grande maioria, são agricultoras.

Com isso, os objetivos desse fascículo são apontar as reais diferenças entre o trabalho de homens e mulheres no campo, especificamente em Arroio do Padre, especificar quais são as diferenças existentes, bem como o que é caracterizado como trabalho masculino e/ou feminino e relatar para o ensino básico os casos de opressões que acontecem entre homens e mulheres na prática da agricultura.

Esta proposta foi pensada para ser aplicada no 9º ano do ensino fundamental, contudo é importante ressaltar que esta proposta pode e deve ser adaptada para outras localidades e outros ramos de trabalho, sendo que as diferenças nas relações de trabalho entre homens e mulheres acontecem em diversas situações.

2 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico acerca das características de Arroio do Padre, busca por imagens que retratassem o tema abordado e uma entrevista semiestruturada com moradoras do município para que fosse possível entender do seu ponto de vista as relações de trabalho no mesmo.



Em seguida iniciou-se a montagem do fascículo, os materiais utilizados foram:

- ✚ 4 folhas de EVA azul claro;
- ✚ 1 folha de EVA verde claro
- ✚ 1 folha de EVA verde escuro;
- ✚ 1 folha de EVA verde com brilhos;
- ✚ Tesoura comum;
- ✚ Tesoura de picotar;
- ✚ Régua;
- ✚ Estilete;
- ✚ Lápis;
- ✚ Agulha;
- ✚ Linha;
- ✚ Cola para isopor;
- ✚ 25 Folhas A4;
- ✚ Impressora.

De posse do material, mediu-se o tamanho para os EVA's que seriam as folhas do fascículo, de modo que as mesmas ficassem cobertas pela folha da capa. Foram cortadas 5 folhas medindo 27 centímetros de largura por 37 centímetros de altura estando na vertical. Após o recorte, juntou-se as folhas com a capa e as mesmas foram costuradas para gerar a impressão de um livro antigo, conforme a Fotografia 1.

Fotografia 1 – Fascículo logo após ter sido costurado

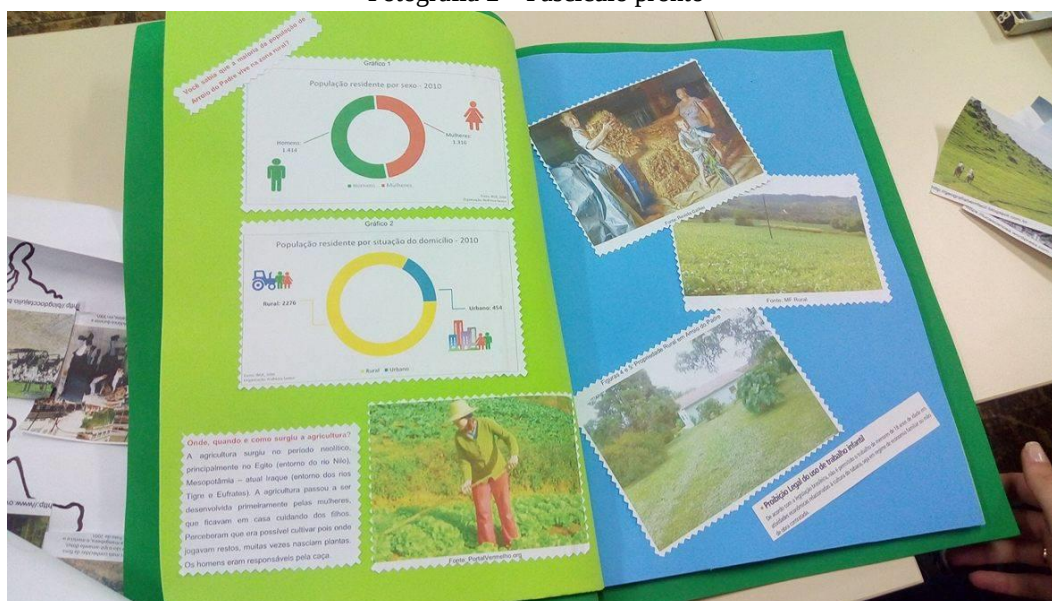


Fonte: Das autoras, 2017.



Após foram realizadas as impressões do material pesquisado para compor o fascículo, incluindo os textos elaborados e as imagens encontradas respeitando as devidas fontes. Em seguida, os textos e imagens foram recortados e colados no EVA (Fotografia 2). A capa foi finalizada com EVA de brilho e por fim só foi necessário esperar secar.

Fotografia 2 – Fascículo pronto



Fonte: Das autoras, 2017.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não se teve a oportunidade de testar a utilização do fascículo em sala de aula, o que causa certa limitação em determinar se a proposta realmente atrai mais os alunos acerca da temática. Contudo, o fascículo foi apresentado em aula para os colegas da disciplina de Geografia Socioambiental que o consideraram um recurso didático muito útil no ensino de geografia.

Além disso, durante o desenvolvimento da pesquisa para aplicação no fascículo, foram descobertas informações muito relevantes a partir das entrevistas com moradoras de Arroio do Padre e que tem relação com a agricultura do município. Com isso trazemos aqui os resultados das mesmas.

A entrevistada número 1 tem 49 anos, possui ensino fundamental incompleto e é dona de casa; a de número 2, tem 28 anos, com ensino superior completo e sua profissão



é motorista; a número 3 possui 26 anos, fundamental incompleto e trabalha na agricultura (plantação de tabaco). As três residiram toda sua vida no campo.

Nota-se a partir das entrevistas que as três não possuem as terras, nem a residência em seu nome. Estas se encontram no nome de figuras masculinas. Perguntando como elas se veem perante a sociedade, as entrevistadas de números 1 e 2 responderam que se consideravam iguais a todos, a 3ª coloca que se vê como uma mulher que cumpre as suas tarefas de mãe e trabalhadora. Em outra questão, ela coloca que não é independente financeiramente, pois não possui conta bancária em seu nome e, quando necessita de dinheiro, precisa pedir para o marido. Já a 1ª também coloca que é dependente, mas seu marido guarda o dinheiro em casa e ela administra. A número 2 considera-se que é independente, pois consegue sustentar-se com seu salário.

Questionadas quanto a atividade doméstica, a 1ª fala que recebe total apoio do marido, a 2ª coloca que de vez em quando ele a ajuda e a 3ª, relata que nunca recebe o apoio dos homens da casa. Além disso, a entrevistada de número 3 diz que é vista como uma empregada por sua família. A partir das respostas das questões, é possível observar com clareza a submissão que a mulher agricultora tem em relação ao homem e uma curiosidade – é a mais jovem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa foi possível concluir que as mulheres agricultoras entrevistadas sofrem opressão por parte dos homens. São consideradas inferiores, pois além das tarefas domésticas, devem ajudar na agricultura, e não tem seu trabalho valorizado.

Além da abordagem tratar de resultados interessantes, é possível observar que o tema pode ser trabalhado de forma lúdica e prazerosa pelos alunos e professores, pois os recursos, construídos de forma simples, representam um ensino diferenciado para os alunos. Isso vai além das práticas tradicionais, como a utilização do quadro negro e livro didático, podendo assim serem utilizados recursos construídos pelos próprios alunos e professores, como é o caso do fascículo didático trabalhado na disciplina de Geografia Socioambiental.



REFERÊNCIAS

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205- 227, janeiro-abril/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100011/8695>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BUENO, Caroline Tapia. **Um olhar sobre questões de gênero na agricultura familiar – o caso da localidade de Picada Feliz, em São Lourenço do Sul – RS**. In: XXV Congresso de Iniciação Científica, da II Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão. UFPel, 2016. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/CH_01470.pdf. Acesso em 23 jun. 2017.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2º semestre, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200100010003/8892>. Acesso em 23 jun. 2017.

_____. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 11-22, junho, 1994. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em 15 jun. 2017.

IBGE. **Cidades: Arroio do Padre**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430107>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MANFIO, V.; BALSSAN, J. B.; **Geografia Escolar: Práticas Pedagógicas e o Ensino-Aprendizagem do conteúdo de regiões Brasileiras**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, número especial, p. 68-84, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20281/15329>. Acesso em: 24 set. 2017.

MARTINEZ, Marina. **Caqui**. InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/frutas/caqui/>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/60/Historia_das_agriculturas.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SANTANA, Ana Lucia. **Maçã**. InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/frutas/maca/>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SINDITABACO. **Origem do Tabaco**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/origem-do-tabaco/>>. Acesso em: 8 ago. 2017.



CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE: SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DO ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR

Luiza dos Anjos Lopes

Graduação em Geografia – Universidade Federal de Pelotas

lupiita.lopes@gmail.com

Rosa Elena Noal

Doutora em Geografia – Universidade Federal de Pelotas

rosa.noal@gmail.com

Resumo

O estudo tem como objetivo realizar a caracterização físico-ambiental do município de Arroio do Padre- RS, a fim de subsidiar a elaboração dos mapas referentes à temática junto ao projeto "Elaboração participativa do Atlas Geográfico Escolar do município". Foi realizado um levantamento bibliográfico e elaborados os mapas temáticos referentes aos aspectos do sistema físico-ambiental do município. O levantamento de dados referente aos elementos do sistema físico-ambiental foi extremamente útil no processo de organização de um banco de dados digital que irá dar suporte à elaboração participativa do atlas geográfico escolar de Arroio do Padre - RS. Esta ação visa proporcionar à rede municipal de ensino um recurso didático qualificado, capaz de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem da Geografia local.

Palavras chave: Organização do Espaço; Cartografia; Atlas.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui parte de um projeto maior intitulado "Elaboração Participativa do Atlas Geográfico Escolar de Arroio Do Padre - RS", que visa à elaboração participativa do atlas geográfico escolar do município, onde se espera reunir de maneira clara e objetiva, informações fundamentais sobre a Geografia do município ao longo de sua breve história, proporcionando à rede municipal de ensino um suporte didático qualificado, capaz de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem da Geografia local.

O atlas é um recurso didático elaborado sob a concepção de ensino que pode levar a uma melhor compreensão crítica e reflexiva acerca da realidade local, dos lugares, dos territórios, das diferentes regiões, interconectados nas redes, uma vez que reúnem e sintetizam as inúmeras informações e conhecimento sobre a realidade, isto é, são modelos conceituais sobre o mundo que contribuem significativamente para a interpretação e



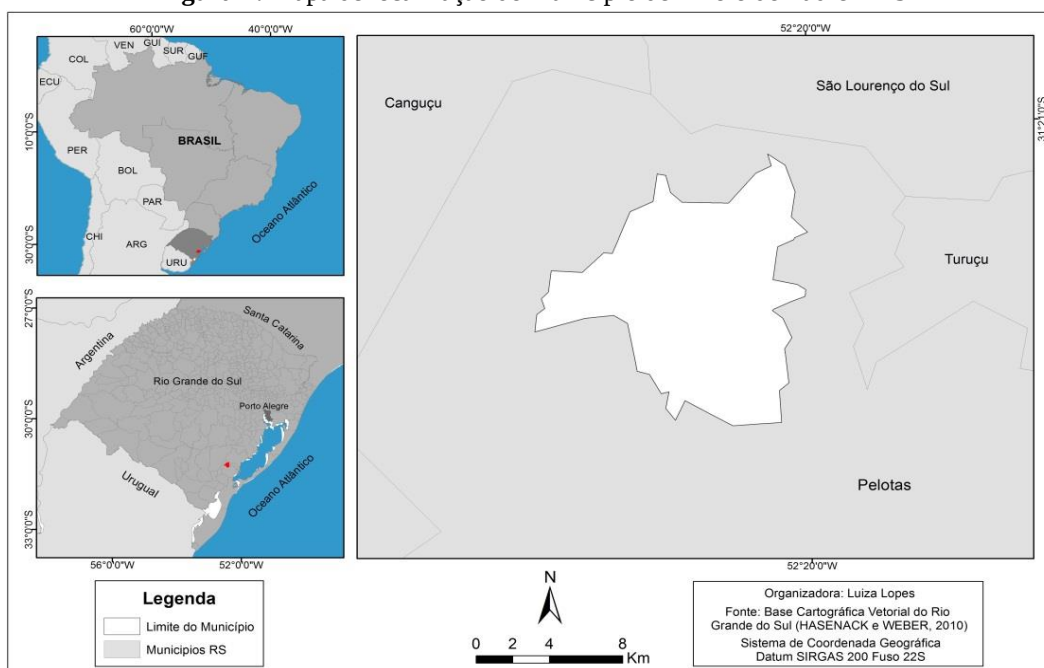
entendimento das relações e da organização do espaço (JUNIOR e ZUCCHIA, 2013; BATISTA e VALENTE, 2014).

Para Junior e Zucchi (2013), além de conter informações importantes e precisas sobre as características geográficas do município, o Atlas Municipal desperta nos usuários um sentimento de pertencimento do lugar, através dos demais conteúdos abrangidos. Desta maneira, auxilia o educando na compreensão do seu espaço, ajudando-o a construir conceitos, sistematizar seus conhecimentos e a assimilar os produtos científicos da humanidade (SOUZA e KATUTA, 2001). Neste contexto, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de realizar a caracterização físico-ambiental do município de Arroio do Padre- RS, a fim de colaborar para a elaboração do Atlas Geográfico Escolar.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Arroio do Padre se localiza na mesorregião sudeste do Rio Grande do Sul, fazendo parte da bacia hidrográfica do rio Camaquã. É um dos únicos municípios do Brasil que está na situação de enclave, ou seja, se localiza geograficamente dentro de outro município, estando Arroio do Padre dentro dos limites geográficos do município de Pelotas (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização do município de Arroio do Padre – RS



Fonte: Autora.



2 METODOLOGIA

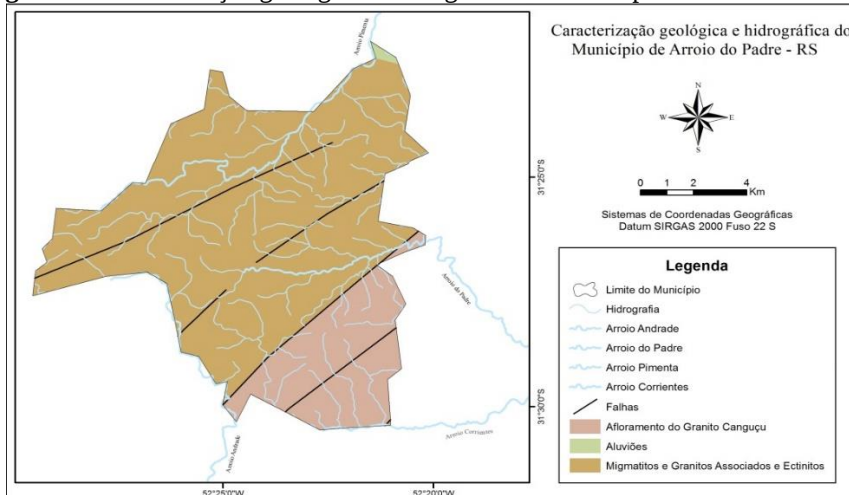
A metodologia envolveu os seguintes procedimentos: Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise documental referente aos aspectos físicos e ambientais do município de Arroio do Padre – RS, compreendendo os elementos geológicos, climáticos, hidrográficos, de cobertura vegetal, pedológicos e geomorfológicos. Posteriormente procedeu-se à organização da base cartográfica da área em estudo (HASENACK E WEBER, 2010). Por fim, procedeu-se à elaboração dos mapas temáticos do município de Arroio do Padre com a utilização do sistema de informações geográfica ArcGIS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos procedimentos metodológicos descritos permitiram a caracterização dos aspectos físico-ambientais do município de Arroio do Padre, atrelado a elaboração de mapas temáticos referentes aos aspectos geológicos, hidrográficos, pedológicos e geomorfológicos demandados pelo processo de pesquisa.

No que se refere à geologia, o município se localiza na Zona de transição do Escudo para a Planície Costeira. Segundo Rosa (1985), as litologias da borda oriental do Cinturão Dom Feliciano correspondem às unidades geológicas Afloramento do Granito Canguçu e Migmatitos e Granitos Associados e Ectinitos (Figura 2). Na transição para a planície costeira afloram os depósitos continentais de encosta, compostos de aluviões (Figura 2).

Figura 2: Caracterização geológica e hidrográfica do município de Arroio do Padre.



Fonte: Adaptado de Rosa (1985) e CPRM (2006).

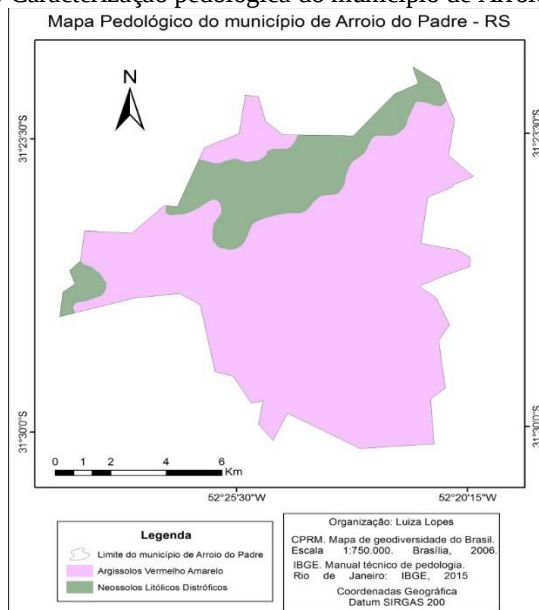


Em relação à hidrografia, os três arroios principais que cortam o município são: o Arroio Pimenta que pertence à bacia hidrográfica do Camaquã; o Arroio do Padre e o Arroio Andrade, pertencentes à bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo cujas nascentes localizam-se nas imediações da área urbana. As nascentes do Arroio Corrientes também estão localizadas no município, na sua porção Sul e compõe a rede de drenagem que pertence à bacia Mirim-São Gonçalo (Figura 2).

O município de Arroio do Padre possui um clima subtropical com predominância de ventos do quadrante leste, sendo estes, em sua maioria, de nordeste. A variação média mensal de precipitação, onde podemos observar a distribuição regular das precipitações durante o ano, fica acima de 90 mm durante todos os meses. A variação média mensal da umidade relativa do ar mostra valores que permanecem alta na quase totalidade dos meses, mantendo-se acima de 85%, exceto nos meses de primavera, quando apresentam menores valores (abaixo de 80%) (PMAP, 2008).

A vegetação predominante município insere-se integralmente no Bioma Pampa, o qual constitui uma das regiões do mundo mais ricas em gramíneas, com uma mistura de espécies microtéricas e megatérmicas, com predomínio das últimas (LEITE, 2002). No que tange a pedologia, predominam no município os Argissolos Vermelho Amarelo Distróficos e os Neossolos Litólicos Distróficos (Figura 3).

Figura 3: Caracterização pedológica do município de Arroio do Padre.



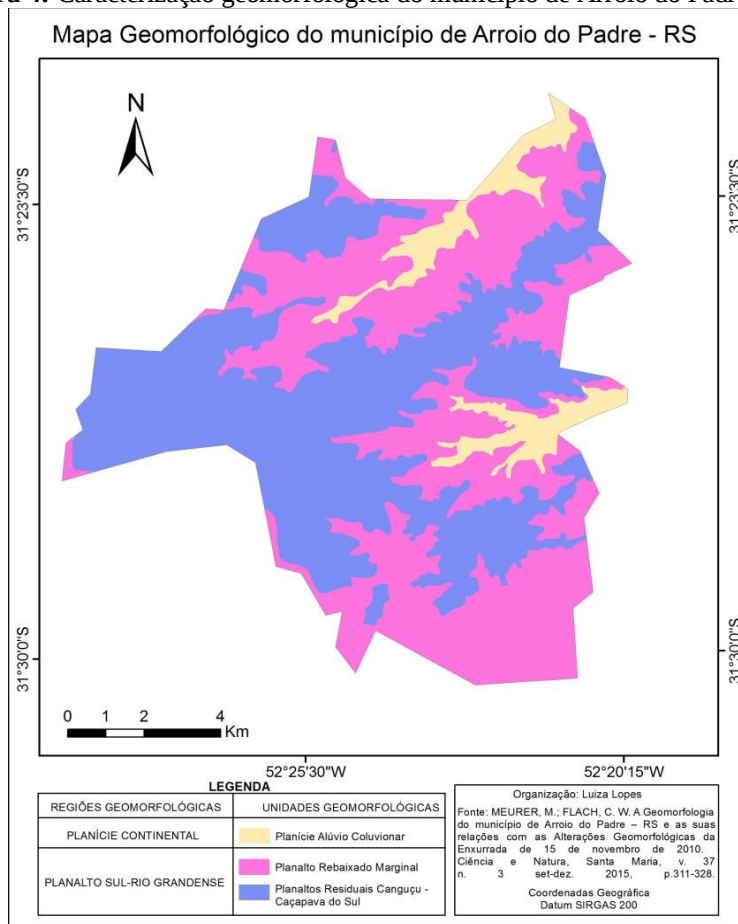
Fonte: Adaptado de CPRM (2006).



Por ser um município onde prevalece o rural, o uso do solo é caracterizado pelo predomínio de culturas cíclicas, como o milho, o feijão, a batata, entre outros, que são realizados principalmente em minifúndios. No entanto, segundo o PMAP (2008), nos últimos anos há uma participação significativa do cultivo de fumo, sendo este atualmente o cultivo de maior representatividade.

Em relação à geomorfologia, o município de Arroio do Padre contempla as seguintes unidades geomorfológicas: Planaltos Residuais Canguçu - Caçapava do Sul; Planalto Rebaixado Marginal; e Planície Alúvio-Coluvionar (Figura 4).

Figura 4: Caracterização geomorfológica do município de Arroio do Padre – RS.



Fonte: Adaptado de Meurer e Flach (2015).

Segundo Meurer e Flach (2015), a unidade dos Planaltos Residuais Canguçu - Caçapava do Sul corresponde a uma porção mais elevada do Planalto Sul-Riograndense que se estende da porção mais central desta região geomorfológica até o município de Arroio do Padre. De acordo com os autores citados, no interior do município esta unidade



caracteriza-se pelos terrenos mais elevados, geralmente superiores a cota de 150m, que dominam a porção oeste do município.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos dados que compõem os elementos do sistema físico-ambiental do município de Arroio do Padre foi extremamente útil no processo de organização, em ambiente de sistemas de informação geográfica, de um banco de dados digital que irá dar suporte à elaboração participativa do atlas geográfico escolar de Arroio do Padre - RS. Esta ação inicial busca, portanto, proporcionar à rede municipal de ensino um suporte didático qualificado, capaz de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem da Geografia local.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, N. L.; VALENTE, V. Atlas Geográfico do Município de Quevedo/RS. **Revista Percurso - NEMO**, v. 6, n. 2, p. 121- 140, 2014.
- CPRM – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa de geodiversidade do Brasil**. Escala 1:750.000. Legenda expandida. PRM/SGB. Brasília, 2006.
- HASENACK, H., WEBER, E. J. **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul - escala 1:50.000**. UFRGS Centro de Ecologia, Porto Alegre, 2010.
- JUNIOR, P.F.; ZUCCHI, V.P. A construção do Atlas municipal de Cambira/PR: para o ensino e a aprendizagem Geográfica do lugar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abr. 2013.
- LEITE, P. F. Contribuição ao conhecimento fitoecológico do Sul do Brasil. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 13, n. 24, p. 51-73, 2002.
- MARTINELLI, M. Um atlas geográfico escolar para o ensino-aprendizagem da realidade natural e social. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, p.21-34, 2008
- MEURER, M.; FLACH, C. A Geomorfologia do município de Arroio do Padre – RS e as suas relações com as Alterações Geomorfológicas da Enxurrada de 15 de novembro de 2010. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 37 n. 3, p.311-328 , 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE. Disponível em: <<http://www.arroiodopadre.re.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985.



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA UFPEL

IV SEMP GEO

(Des)continuidades do pensar geográfico

04, 05 e 06 dezembro

PELOTAS - RS

SOUZA, J.G.; KATUTA, A.M. **Geografia e conhecimentos cartográficos: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas.** São Paulo: UNESP, 2001.



(IN)FLEXÕES ACERCA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CIDADE DE ERECHIM/RS

Johanna Beck Hiller

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas

johannahiller@hotmail.com

Samara Lima Farias

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas

fsamaralima@gmail.com

Lígia Maria Ávila Chiarelli

Professora Doutora na Universidade Federal de Pelotas

biloca.ufpel@gmail.com

RESUMO

Os fragmentos estruturais na inserção da paisagem geográfica urbana nos possibilitam conhecer as condições históricas do lugar/espço e discorrer sobre a dinâmica territorial desta expansão urbana social fazendo inflexões dentre as transformações ocorridas. Este trabalho discorrera sobre a expansão urbana no município de Erechim/RS demonstrando quais foram os principais fatores que influenciaram o crescimento da cidade, onde o município se destacou por ser polo regional e tem sua economia fixada na agricultura e na indústria e articulando-se com a urbanização, na qual a sociedade expressa uma grande relação com o urbanismo. A produção desse espaço social é dividida em três partes: concebido, vivido e percebido, então o foco principal é identificar a produção do espaço urbano de Erechim ao longo da história, fazendo correlações com o tempo. E essas frações estruturais inserida na paisagem geográfica urbana nos permitem conhecer as categorias dinâmicas territoriais, e contemplar a riqueza na qual fomenta este estudo.

Palavras-Chave: Espaço; Urbanização; Dinâmica territorial; Social.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Erechim no início do século XX, que inicialmente traz em sua descendência os ideais positivistas que empeiravam na época, ou seja, na sua formação do desenho urbano apresenta-se de modo planejado, relembrando traços da cidade de Paris. A produção do espaço urbano de Erechim ao longo da história, desde sua colonização até os dias atuais, tendo como foco os ciclos econômicos e sua interferência nas dinâmicas territoriais. E para analisar essas configurações do espaço, uma das



maneiras é focar os estudos na evolução de sua economia, de acordo com SANTOS (1982, p.30), e em grande parte das plantas das cidades se considerarmos os ciclos econômicos é possível compreender o fenômeno urbano e sua evolução, olhando através da configuração da planta e sua estrutura social. Todo esse levantamento bibliográfico retomando dados históricos da cidade, identificando por meios de mapas que ilustrem a evolução urbana da cidade. Assim como em outras cidades que traziam consigo os ideais modernistas, Erechim queria demonstrar através do traçado urbano o progresso, assim como nas edificações e nas praças. O solo urbano sempre passa pelo processo de valorização como destaca SOUZA (2011, p.111), para tanto, existem vários motivos que acarretam nessas desigualdades de valores como: concentração de comércio e verticalização. Em Erechim esse processo não é diferente, já na década de 50 a cidade se expande verticalmente, na mesma proporção que loteamentos populares se expandem horizontalmente para além da malha urbana central. No Brasil, a palavra planejamento associada à questão urbana é mais recente que Urbanismo e sempre teve uma conotação associada à ordem, à racionalidade e à eficiência; já o segundo conceito ainda guardava resquícios do embelezamento e sempre foi mais associado à arquitetura e à Arte urbana. (SOUZA,2006 p.67)

O objetivo da implantação desta cidade foi inicialmente de ocupar de forma planejada (direciona pelo Estado) a vida urbana nesta região, desenvolvendo a economia e resolvendo uma questão de excedente populacional na região da Serra Gaúcha (SCHMIDT, 2009, pg. 13).

O responsável pelo traçado da cidade foi o arquiteto Torres Gonçalves, chefe da Diretoria de Terras e Colonização. Esse tinha como ideal a ocupação de forma ordenada, levando em conta o relevo, para ele, essa configuração tinha vantagens múltiplas: sanitárias, estéticas e econômicas (SPONCHIADO, 2000 p.10). Gonçalves defendia que a abertura de estradas deveria seguir o curso da hidrografia e da topografia. A cidade de Erechim sempre teve como principal atividade econômica a agricultura e o comércio, porém na década de 70 passou a expandir suas atividades com a instalação do distrito industrial o que permitiu a expansão do município e sua renovação na urbanização, tanto verticalmente quanto horizontalmente (FÜNFELT,2004 p.76).Diante desse contexto:



centro geográfico, infraestrutura viária, de comunicação, de serviços e órgãos públicos, a iniciativa privada foi atraída a investir em empreendimentos do comércio, serviços e pequenas indústrias no município, consolidando-o como Polo Regional. A expansão urbana no município de Erechim deu nos principais fatores que influenciaram o crescimento da cidade, na medida em que, se sabe que o município é polo regional e tem sua economia fixada na agricultura e na indústria, logo que a malha urbana tem núcleos e a desigualdades nessa distribuição de solo urbano. Para analisar a configuração do espaço, uma das maneiras é focar os estudos na evolução de sua economia, de acordo com SANTOS (1982, p.74), em grande parte das plantas das cidades se considerarmos os ciclos econômicos são possíveis compreender o fenômeno urbano e sua evolução, a configuração da planta e sua estrutura social.

2 METODOLOGIA

Nessa pesquisa trabalhou-se com método de análise de caráter exploratório através do levantamento bibliográfico e documental, procurando demonstrar/explicar os processos históricos da cidade, abordando os resultados de modo quantitativo e descritivo, gerando uma síntese do objeto de estudo.

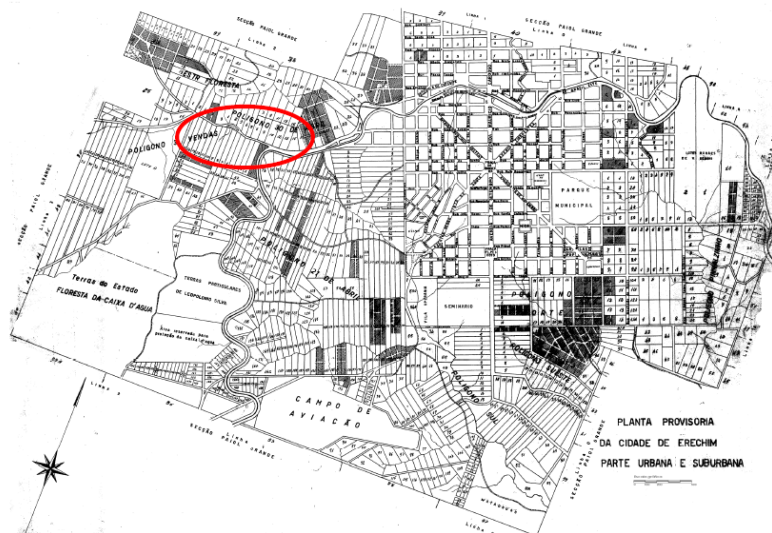
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise aos mapas históricos de Erechim é possível perceber que o traçado reticulado era apenas implantado na área central, nas periferias já não se conseguiu esse mesmo controle, outro fator importante de ressaltar, é que com a implantação de indústria na parte oeste da cidade, um grande contingente de pessoas se instalaram as margens dessas regiões.

A expansão que desde o princípio era prevista para área oeste, se deu de forma espontânea na medida que as indústrias impulsionaram esse crescimento (AVER, 2008 p.20), conforme podemos analisar na figura 1.



Figura 1: Mapa do Perímetro Urbano de Erechim 1950, em destaque a área central e a zona de expansão a oeste.



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim.

O solo urbano sempre passa pelo processo de valorização SOUZA (2011, p.53), para tanto, existem vários motivos que acarretam nessas desigualdades de valores como: concentração de comércio e verticalização. Na cidade de Erechim esse processo não é diferente, já na década de 50 a cidade se expande verticalmente, na mesma proporção que loteamentos populares se expandem horizontalmente para além da malha urbana central.

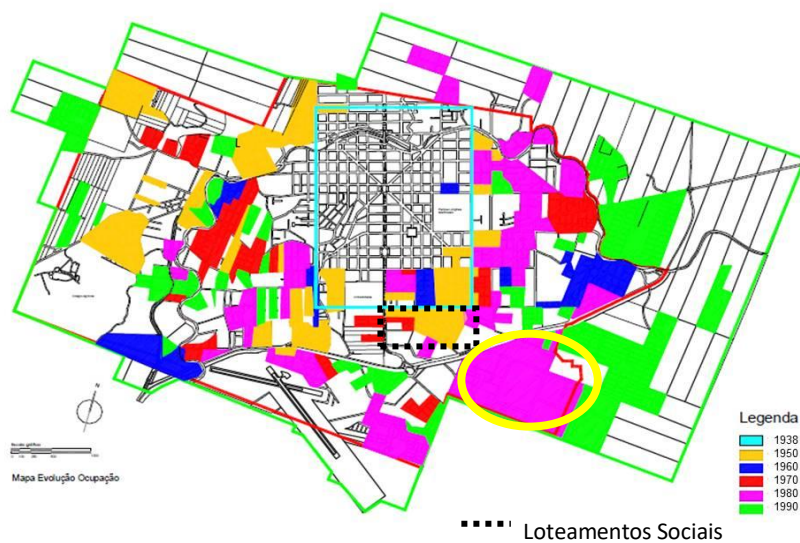
A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social (RODRIGUES, 2007, pg. 74).

Com essas transformações da cidade e a expansão para áreas suburbanas de novos loteamentos, é possível perceber que a falta de legislação específica permitiu esse crescimento desordenado, no mapa da década de 50 demonstra a expansão para além da área projetada da cidade, mostrando bem a demarcação dessa expansão desigual. O crescimento do município sempre estava atrelado à linha férrea, pois era um meio de exportar sua produção tanto agrícola como industrial, mas devido à decadência e falência da rede ferroviária, a cidade sofreu com a estagnação econômica, pois as vias que faziam ligação com o município e com outros estados estavam em condições precárias e não apresentavam ligação por meio de pontes, apenas de balsa o que dificultava a exportação produtiva da região.



Na década de 70 houve um forte incentivo do governo municipal para empresas se instalarem na cidade e voltar a impulsionar a economia, dessa maneira, em 1980 uma empresa metal mecânica se instalou no município INTECNIAL, ramo predominante da indústria local. Em 1975, Erechim recebeu o asfaltamento da BR 153 e a construção da ponte entre RS-SC o que incentivou novamente o crescimento da economia e consequentemente novos investimentos de industriais passaram a ter no município (ZAMBONATTO,2000 p.269).Na figura 2, podemos perceber a evolução da ocupação de loteamentos, enfatizando a expansão a partir da criação do distrito industrial, ao sul, que impulsionou a ocupação nas suas margens, por consequência disso, temos a maior concentração populacional fora das áreas centrais conforme dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE,2010). Há que se considerar o obstáculo representado pela propriedade privada da terra. Esta onera violentamente o preço do produto habitação, o que obriga as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades. No caso das cidades brasileiras e do Terceiro Mundo em geral, essas localizações são os subúrbios ou a chamada “periferia” Subequipada (MARICATO,2000 p. 54-56). O grande problema que se enfrenta nas cidades brasileiras é a questão do pedaço da cidade onde serão inseridas essas moradias, sua localização é o que exclui a classe de baixa renda a usufruir dos suportes que a cidade oferece.

Figura 2. Mapa de Evolução da Ocupação dos Loteamentos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim.



Por consequência desses fatos, as áreas centrais acabaram fortalecendo a especulação imobiliária e aumentando cada vez mais as disparidades de classes. A implantação de empreendimentos habitacionais sociais em áreas centrais é uma forma de minimizar a disparidade de renda e cumprir com a função social da propriedade, visto que, os vazios urbanos encontrados na cidade muitas vezes estão subutilizados e necessitam de uma medida do poder público, para que essas propriedades não atuem como agente provedor de desigualdades sociais, fomentando o crescimento da especulação imobiliária e de grandes incorporações privadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento documental percebeu-se a relação dos ciclos econômicos com o crescimento urbano das cidades, que são pontos de (in)flexão ao processo de constituição destes territórios, que não se limita só a em Erechim, mas muitas em realidades das cidades brasileiras tem acontecido, e vale ressaltar que quem dita às regras de crescimento é a economia. Percebeu-se também que as desigualdades sociais são atenuadas, na medida em que, gestores municipais estão focados na expansão da cidade e na busca de atrativos fiscais para promover essa “economia”. Deixando os investimentos na urbanização e política pública sem a devida prioridade, transformando somente o crescimento econômico que a cidade dispõe em total valor. Tais resultados contribuem para o conhecimento sobre as dinâmicas territoriais, capaz de gerar subsídios para implementação de novas ações sociais de desenvolvimento habitacional, e certamente \ uma prioridade para haver o melhor financiamento dessas ações.

REFERÊNCIAS

AVER, Ivana Karine. **Erechim, processo e projeto - Relações Estruturais entre Traçado Viário e Desenvolvimento Urbano.** (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FÜNFGELT, Karla. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim, RS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.



LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4ème ed. Paris: Anthropos, 2000.

MARICATO, Erminia. **Moradia Social: condição para cidades melhores**. Revista Construção, São Paulo, p. 54-56, 01 março de 2004.

RODRIGUES, Arlete M. Desigualdades Socioespaciais – **A Luta pelo direito à cidade**. CIDADES, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SCHMIDT, Remís Alice Perin. **Erechim: cidade construída para imigrantes- poder simbólico na conquista do espaço urbano**. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Celia Ferraz de. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2006. Disponível em: <<http://www.pgaucidade.ufsc.br/ica52/trabalhos/SOUZA%20celia.pdf>>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim: Edelbra, 2000.



AS MARCAS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO POMERANA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA SERRA DOS TAPES - RS

Karen Laiz Krause Romig

Graduanda da Universidade Federal de Pelotas

karenlaizromig@gmail.com

Sandro de Castro Pitano

Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas

scpitano@gmail.com

RESUMO

As marcas da imigração pomerana são percebidas na Serra dos Tapes, região do extremo sul gaúcho, por meio de diversas manifestações culturais. Diante das dificuldades que os pomeranos enfrentaram em seu território durante o século XIX, muitos migraram para o Brasil e estabeleceram-se, principalmente, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Após a imigração mantiveram seus costumes, superstições, língua e práticas religiosas, contribuindo para o desenvolvimento das colônias e municípios. Por meio da atividade agrícola, foram modificando o espaço sob uma concepção produtiva e espacial, forjada em meio a processos culturais interativos. Este estudo visa identificar e descrever os principais elementos da cultura pomerana, que atuam ativamente no espaço compreendido na Serra dos Tapes, sul do Rio Grande do Sul. Apoiando-se em pesquisa bibliográfica, evidencia a influência cultural pomerana e o seu papel histórico no desenvolvimento territorial do sul rio-grandense, gerando transformações marcantes no local estudado.

Palavras-chave: Cultura pomerana; Espaço geográfico; Serra dos Tapes.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende uma investigação desenvolvida com base na abordagem cultural, considerando que esta concepção se caracteriza pelos interesses de pesquisa vinculados a uma pluralidade de temas relacionados à cultura e suas relações com o espaço geográfico. A partir da abordagem da temática constituem-se elementos para as relações que ocorrem na produção do espaço urbano e rural. Compreende-se a necessidade de abordagem da temática em virtude da grande influência europeia no espaço sul rio-grandense, sendo de fundamental relevância elencar elementos culturais pomeranos para a construção de identidades dos grupos de descendentes pertencentes a esta cultura.



Com Geertz (1978) entende-se a cultura como a especificidade humana, expressada através das formas simbólicas, pelas quais os homens e as mulheres se comunicam e desenvolvem suas experiências de vida. Dessa maneira busca-se compreender a cultura por meio dos significados e dos contextos nos quais se processam suas relações, que por serem produzidas e compartilhadas pelos indivíduos, imprimem marcas no espaço geográfico.

Levando em consideração os aportes teóricos, a presente pesquisa tem como objetivo a investigação das espacialidades construídas e transformadas pela influência dos imigrantes pomeranos na região da Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul. São abordadas também, as influências culturais que impactaram e continuam incidindo na transformação do espaço geográfico da região.

Nesta região, situada no extremo sul gaúcho, os costumes e tradições pomeranas são bastante evidentes. As características culturais desse povo estão presentes, por exemplo, na língua que ainda é falada, na gastronomia, nas festas religiosas e demais manifestações culturais. As contribuições históricas da cultura pomerana para a formação de municípios e a transformação do espaço na região expressam a relevância da abordagem científica dessa temática.

O espaço é um fato social, uma realidade objetiva construída ao longo do tempo. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos por diferentes gerações, as quais terão dele percepções específicas, o que é próprio das relações entre sujeito e objeto. Porém, a percepção individual ou mesmo coletiva do espaço se distingue da sua objetividade: o espaço não consiste apenas em uma soma ou síntese dessas percepções. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção humana, o espaço é um objeto social como qualquer outro (SANTOS, 2004). Os imigrantes pomeranos em contato com o local onde se estabeleceram, influenciaram cultural e economicamente a região, cujos traços, culturais, podem ser facilmente observados.

Com isso o presente estudo pretende caracterizar brevemente os aspectos históricos da Pomerânia, estado alemão do qual os imigrantes são oriundos, explicar as causas do movimento migratório para o Brasil e descrever as influências da cultura



pomerana no espaço geográfico, compreendido pela Serra dos Tapes. Nas considerações finais são sintetizadas as principais marcas culturais pomeranas na região analisada.

2 METODOLOGIA

A pesquisa buscou apoio em autores como Santos (2004), que define o conceito de espaço, Geertz (1978) para subsidiar a concepção de cultura na Geografia e outros que trabalham especificamente com a temática da cultura pomerana, como Salamoni (1995) e Thum (2009). O trabalho conta, também, com o aporte de Cerqueira (2010) que enfatiza os aspectos culturais presentes na Serra dos Tapes.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002).

O estudo em questão caracteriza-se por um estudo exploratório com consulta a materiais bibliográficos já elaborados que tratam da temática de cultura e imigração pomerana, além de autores que conceituam o espaço geográfico, atrelando este tema com a Geografia Cultural. Também foram feitos registros fotográficos em campo, procurando demonstrar as intervenções culturais pomeranas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região da Pomerânia tinha uma área de 38.000.409 km² e pertencia ao Sacro Império Romano-Germânico. Com a dissolução do império em 1806, integrou a Prússia, posteriormente passando a estado da Alemanha. As principais atividades produtivas de seus habitantes eram a pesca e a agricultura, o que mais tarde contribuiria para a formação e o desenvolvimento de colônias na região sul do estado gaúcho. Com as subdivisões das terras e condições econômicas precárias, a população passou por condições de miséria. As dificuldades que enfrentavam ainda eram agravadas pelo “reflexo das guerras e da readaptação às profundas modificações sociais e econômicas provocadas pela Revolução Industrial” (SALAMONI *et al*, 1995, p. 17).



O Brasil considerava a imigração europeia uma saída para resolver problemas como, o baixo índice populacional e a desigual distribuição da população no território nacional. Atraídos pelas propostas brasileiras, muitos pomeranos embarcaram em busca de condições melhores de vida.

Como explica Cerqueira (2010, p. 873),

O grande impulso foi dado em 1858, pela criação da Colônia Rheingantz, na região da atual São Lourenço, que na época fazia parte do território de Pelotas. Tratava-se de uma imigração de língua alemã, porém com forte presença da etnia pomerana, cuja presença é um diferencial da composição étnica da zona colonial da Serra dos Tapes, no sul gaúcho.

A partir do núcleo inicial, situado próximo a Boqueirão, em São Lourenço do Sul, descendentes de pomeranos que migraram para o Brasil espalharam-se pelo sul do Rio Grande do Sul. Ocuparam o interior do município de Canguçu e parte da zona serrana do município de Pelotas, instalando a economia colonial, baseada nos minifúndios policultores, numa ampla fatia da encosta do Planalto Sul Rio-grandense. A primeira leva de imigrantes que chegou ao Brasil era composta por 88 pessoas provenientes de Hamburgo, região da Alemanha.

Segundo Cerqueira (2010, p. 874),

O processo de ocupação da Serra dos Tapes (RS) denota peculiaridades quanto à diversidade de grupos étnicos que contribuíram a sua estruturação. A paisagem cultural desta região resulta de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes grupos, que constantemente sofreram processos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais, travados entre as etnias do espaço colonial (italianos, alemães, pomeranos, franceses), bem como com o componente afro e luso-brasileiro. As interações entre estes diversos grupos, estratégias para perpetuar seus costumes e tradições, bem como apropriações empreendidas, são ainda pouco exploradas, embora despertem gradativamente maior interesse da comunidade científica na atualidade.

A Serra dos Tapes localiza-se no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul. Como salienta Thum (2009, p. 144), esta região “ficou à margem do interesse dos estancieiros e charqueadores”, devido ao seu relevo, “mas não foi esquecida do Estado,



pois, na década de 1840, a Assembleia da Província debatia através do Deputado Gonçalves Chaves, a criação de uma colônia de imigrantes nessa área”.

Ao receberem a terra os imigrantes foram se abrigando em barracões improvisados. Abrigavam-se ali até serem construídas as casas de alvenaria, com isso se apropriaram e utilizaram dos recursos naturais disponíveis no espaço, construindo suas moradias. Em seguida foram adquirindo utensílios para desbravar a terra e formar as lavouras, fonte do seu sustento. Em relação à moradia foram construídas as casas de estilo enxaimel, característico das residências alemãs/pomeranas. Estas características de moradias estão presentes nos municípios gaúchos de São Lourenço do Sul e Arroio do Padre.

Os pomeranos se estabeleceram em locais denominados picadas. As colônias foram se formando ao longo de rios, em meio à floresta tropical. Para a picada também podem ser utilizados outros termos como *Linha*, ou *Travessão*. Nas picadas eram construídas a casa, a estrebaria, os galpões, um templo religioso, uma escola, um cemitério, a casa do pastor e um comércio. Essa organização habitacional é comumente encontrada no interior dos municípios colonizados por pomeranos.

Como o espaço geográfico é a natureza modificada pelo trabalho humano, nesta perspectiva, os colonos, através da prática da agricultura, marcaram as porções do espaço do extremo sul gaúcho. O estilo de organização produtiva e habitacional das famílias de origem pomerana é característico do sistema organizacional da agricultura familiar, marcante em municípios do sul gaúcho, como Arroio do Padre e Canguçu.

Na cultura pomerana, destaca-se uma culinária muito vasta, repleta de pratos como, marmelada, “schmier”, bolacha decorada, biscoitos amanteigados. Os imigrantes também trouxeram a cuca, a linguiça, variedades de queijo, as morcilhas, o salame cozido, a alface preparada com açúcar, o bolinho de carne, a carne de porco, bolinho de batata, etc. Em meio à culinária pomerana se destaca o famoso café colonial, composto por biscoitos,ucas e geleias.

Fundaram também escolas pomeranas, onde a educação se tornou acessível para aqueles que viviam no interior dos municípios. As escolas eram sempre construídas junto



às igrejas (Figura 1), por isso eram conhecidas como *Gemeindeschulen*, escolas da comunidade, e as *Pfarrschulen*, escolas paroquiais. Este elemento pode ser observado na atualidade.

Figura 1 – Escola, igreja e cemitério luteranos na Favila, Canguçu-RS.



Fonte: Romig, 2017.

Com relação à língua praticada pelos imigrantes e descendentes, destaca-se a língua pomerana ou *Pommersch*. Que continua sendo falado no seio das famílias e transmitido aos jovens. Há crianças que ainda ingressam na vida escolar como bilíngues em português/pomerano. Do ponto de vista da Sociolinguística as línguas praticadas revelam implicações na ordem do poder. A língua pomerana se manteve durante gerações devido ao isolamento das comunidades, reservadas em sua religião e em seu modo de vida. A língua pomerana é importante na transmissão e recriação da tradição oral e na elaboração da identidade linguística, social e étnica de seu povo (BREMENKAMP, 2014).



São muitas as festas e comemorações tradicionais na cultura pomerana: nascimentos, batizados, confirmações, casamentos e festas religiosas. Todas estas festas incluem o consumo de cerveja, pratos típicos, dança e música de bandas tradicionais.

Os pomeranos praticam predominantemente a religião Luterana. Integram-se na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), na Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI) e na Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IELB). A presença dessas igrejas é bem nítida na Serra dos Tapes. As Igrejas preservam as comemorações de feriados religiosos, como páscoa e natal, a confirmação dos jovens, o casamento e o batizado.

4 CONCLUSÕES

Portanto, com a imigração pomerana que predomina na região da Serra dos Tapes, é notável uma influência espacial advinda da colonização, bem como aspectos culturais que culminaram em dinâmicas constantes no espaço. Destacam-se a infraestrutura e o estilo das moradias, a perpetuação das atividades agrícolas, o sentimento de pertencimento à terra, bem como o meio de cultivo, os utensílios usados, os produtos cultivados e as práticas agrícolas envolvendo atividades coletivas que culminaram na agricultura familiar. As picadas, as formas de ocupação da terra, e suas subdivisões que originaram pequenas propriedades, todos estes elementos caracterizam a transformação do espaço.

As igrejas da religião luterana, as festividades, as superstições, a prática linguística, a agricultura, a gastronomia, a construção de moradias, as formas de comemorar cada ocasião, as características dos indivíduos, todos estes aspectos são elementos constituintes do espaço geográfico da Serra dos Tapes.

REFERÊNCIAS

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. 291 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2014.



CERQUEIRA, F. V. **Serra dos Tapes:** mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Universidade Federal de Pelotas, 872-962, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. **Os Pomeranos:** Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995. 81p.

SANTOS, Milton, **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.

THUM, C. **Educação, História e Memória:** silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. 383 f. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.



O SENSO DE LUGAR EM TRÊS BAIRROS DE PELOTAS: A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS

Tulio Matheus Amarillo Souza

Graduando em bacharelado em geografia pela UFPEL

tulio.sid@gmail.com

Gisele Silva Pereira

Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Oxford Brookes University

gisele_pereira@hotmail.com

Resumo

O crescimento constante da população idosa gera um questionamento sobre a estrutura das cidades para o engajamento desses adultos mais velhos. O objetivo desse trabalho é examinar como o senso de lugar é percebido por idosos de três bairros distintos da cidade de Pelotas. Os conceitos utilizados abordam temas sobre o sentido de lugar como um pertencimento ao meio, e um aprofundamento sobre o termo identidade de lugar. Os dados para o desenvolvimento do trabalho são resultados de uma pesquisa feita pelo projeto Projetando lugares com idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento. Um projeto de parceria internacional liderado pela Universidade Heriot-Watt em Edimburgo, no Reino Unido, e pela Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas, no Brasil. Todos os dados foram coletados através de entrevistas face a face, onde os moradores, maiores de 60 anos, em cada bairro, foram questionados sobre a sua vizinhança, citando os problemas e as qualidades da mesma. A pesquisa obteve resultados prévios, que falam sobre o apego que os idosos sentem sobre o seu lugar.

Palavras chave: Cidade; Sentimento de lugar; Vizinhança; Idosos.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos, sempre foi comum a presença de indivíduos mais velhos. Os idosos estão por toda a parte, e é cada vez mais fácil sairmos na rua e cruzar com um adulto mais experiente. Com o avanço tecnológico, e consequentemente, a melhoria nas práticas de medicina e ainda com a necessidade que os indivíduos sentem em viver cada vez mais tempo, a população idosa vem aumentando. Isso é resultado do que chamamos de “geração saúde”, que é justamente essa geração que trouxe à tona a ideia de um melhor bem estar, com práticas de atividades físicas, uma melhor alimentação e outros vários tipos de fatores que contribuem com uma vida saudável e longa. Segundo



o IBGE (2016), no Brasil 14,3% da população é idosa. Um fato muito relevante já que em 2005, 9,8% da população brasileira era maior de 60 anos (fonte IBGE 2016).

A pergunta que fica é, já que estamos vivenciando um aumento considerável da população mais velha. As comunidades estão prontas para receber esses indivíduos?

Para responder essa pergunta, o presente trabalho tem como objetivo examinar como o senso de lugar é percebido por idosos de três bairros da cidade de Pelotas RS.

Os dados analisados foram retirados do projeto **Projetando lugares com idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento**. Um projeto de parceria internacional liderado pela Universidade Heriot-Watt em Edimburgo, no Reino Unido, e pela Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas, no Brasil.

Esta pesquisa reconhece que simplesmente mudar a forma construída não é suficiente para criar um ambiente mais inclusivo para o envelhecimento, pois os lugares são mais do que espaços físicos. Ambientes viáveis são articulados através de um forte sentido de lugar, definido como os vínculos sociais, psicológicos e emocionais que as pessoas têm com seu ambiente. Um forte senso de lugar resulta do acesso a apoios para participação ativa, oportunidades para construir e sustentar redes sociais e assumir um papel significativo na comunidade. Em contraste, um sentimento de deslocamento ou "falta de espaço" está associado à alienação, ao isolamento e à solidão, muitas vezes resultando em problemas adversos de saúde e bem-estar, particularmente entre os idosos vulneráveis. Socialmente, a criação de ambientes urbanos amigáveis à idade que apoiam o sentido de lugar é parte integrante do envelhecimento bem-sucedido, garantindo que os idosos possam continuar a contribuir positivamente na velhice, atrasando a necessidade de cuidados institucionais e reduzindo os custos de saúde e assistência social. (PLACE AGE, 2016).

A expressão lugar pode ser compreendida de várias formas. O sentido da palavra e também de sua conceituação, irá mudar conforme o contexto da obra em que ela for abordada, para fazer uma análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas, o estudo usará o sentido de lugar como forma de pertencimento ao meio em que vivemos. TUAN (1979) associa o lugar sobre duas perspectivas, a do lugar como localização, e o lugar como artefato único. Como localização, diz ele:

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização:



ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (TUAN, 1979: 387).

Ainda segundo TUAN (1979), espaço e lugar definem a natureza da geografia. Mas o lugar tem uma importância ímpar para a geografia humanista, pois, se para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço - como estruturação do espaço mítico-conceitual.

Assim, uma casa onde residimos há muito tempo, pode ser considerado um lugar, uma rua onde passamos grande parte da nossa infância, pode ser considerado um lugar, tudo isso irá depender da relação de afeto que iremos ter com o espaço geográfico.

Para um melhor entendimento do trabalho, e também para chegar aos resultados esperados, buscaremos a seguir um aprofundamento sobre o termo identidade de lugar, que é definido por Proshansky et al. (1983), como um subsistema da identidade do eu, cuja função consiste em descrever e socializar a pessoa por meio de suas interações com o mundo físico. Os lugares significativos emergem em um contexto social, cultural e econômico, são geograficamente localizados, fornece aos indivíduos um senso de pertencimento, uma identidade territorial. A identidade de lugar consiste em cognições sobre o mundo físico que podem estar relacionadas à memória, às atitudes, aos valores, às preferências, aos significados e às concepções sobre comportamento e experiência ligados ao cotidiano.

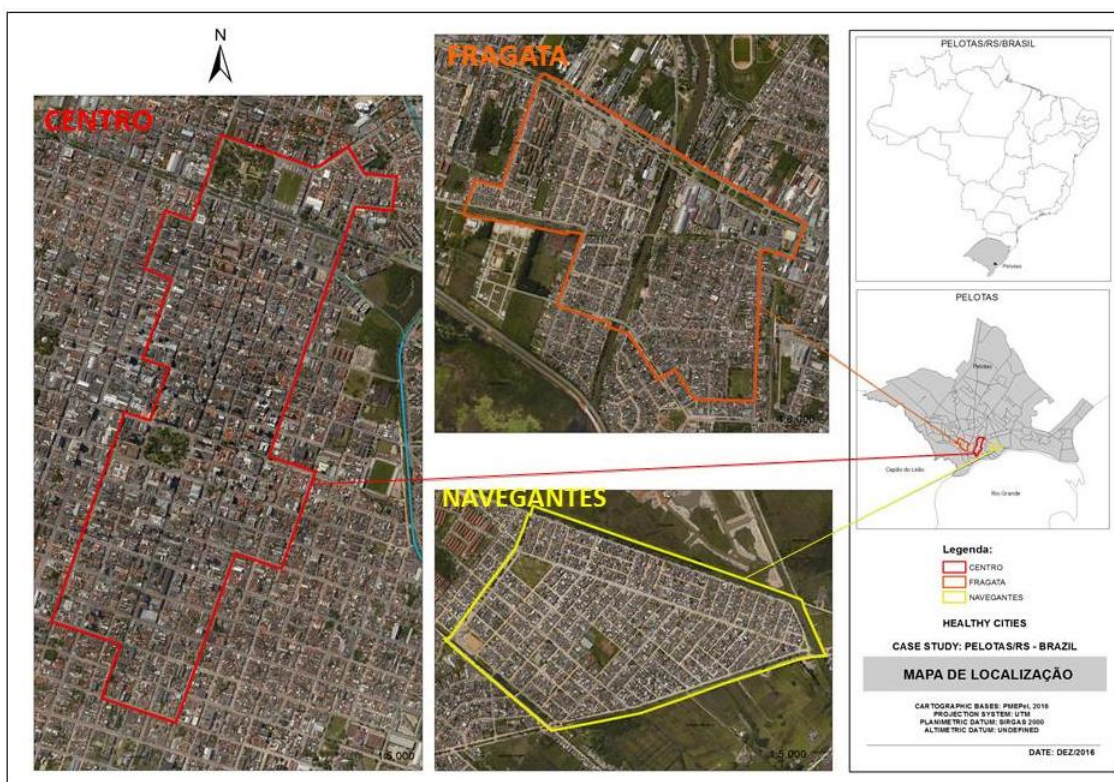
2 METODOLOGIA

O projeto organizou-se da mesma forma em Pelotas, Belo Horizonte e Brasília, no Brasil. E Edimburgo, Glasgow e Manchester, no Reino Unido. Assim apoiando-se a ideia de obtermos diferentes níveis de classes sociais, escolaridades e diferentes



vivências, em cada País, foram escolhidos, em cada cidade, três bairros distintos. Em Pelotas, os bairros participantes da pesquisa são: Fragata, Navegantes e Centro. (Figura 1). Dentre as metodologias do projeto, é importante citar, os questionários realizados com os idosos de cada bairro, a entrevista caminhada e também a entrevista face a face semiestruturada, que foi base para o desenvolvimento desse trabalho. O projeto *Projetando lugares com idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento*, teve início no ano de 2016 e terá continuidade até o ano de 2019. Nas próximas etapas do projeto, vale destacar o mapeamento participativo, que já está em desenvolvimento.

Figura 1: Localização dos bairros que são áreas de estudo na Cidade de Pelotas



Fonte: Anelize Cardoso, (2016), org. por PLACEAGE, 2017

No bairro Navegantes foram realizadas 10 entrevistas, no bairro fragata foram realizadas 12, e no Centro, também foram feitas 10 entrevistas. As entrevistas foram realizadas durante os meses de Janeiro e Fevereiro, por uma equipe de pesquisadores composta por seis alunos, de graduação, e pós-graduação. Todas as entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro padrão, que foi organizado pelos líderes do projeto, em



escala nacional e internacional. As perguntas do roteiro de entrevistas, são de certa forma, muito esclarecedoras para entender como é a vida dos idosos em suas comunidades, começando com perguntas relacionadas a vizinhança, como por exemplo o que o idoso gosta em sua comunidade? Como é viver na vizinhança? Quais são as vantagens e desvantagens de viver no bairro?

No segundo momento, as perguntas são relacionadas aos espaços públicos e apoios comunitários, contendo perguntas relacionadas à acessibilidade, ao transporte, a manutenção das ruas, etc. Depois de realizadas, todas as entrevistas foram transcritas e impressas a fim de serem analisadas pela equipe de pesquisadores participantes da pesquisa. Para uma melhor organização dos dados analisados, obtidos, os mesmos foram agrupados em categorias encontradas nas entrevistas transcritas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa teve início em maio de 2016, o projeto ainda é muito recente, sendo assim não foi possível a obtenção de todos os resultados. Vale salientar, então, que todos os resultados apresentados a seguir são prévios e estão sujeitos a mudanças de acordo com o avanço da pesquisa.

As categorias que emergiram das entrevistas foram as seguintes: Sentimento em relação ao lugar (residência e bairro); Vizinhança e relação entre vizinhos; Sentir-se respeitado ou importante; Melhor lugar para envelhecer; Participação (grupos de idosos, trabalho voluntário, etc.); Engajamento político; Aquisição de informação; Contato com jovens; Contato com familiares; Condições de saúde; Se é ativo; Segurança/Violência.

As categorias analisadas no presente estudo são:

Sentimento em relação ao lugar (residência e bairro)

O idoso tem apego ao bairro? Quais são as características positivas e negativas do lugar? No bairro Fragata encontramos uma relação muito positiva com a vizinhança, os idosos falam que seu bairro é incomparável, que adoram viver ali, pois é muito acessível ao centro comercial. Grande parte dos entrevistados diz que apesar da violência, que aos poucos está se acabando, seu lugar ideal é o seu bairro.



Já no bairro Navegantes, os idosos reclamam muito da sujeira nas ruas e culpam os próprios moradores pela poluição. Os entrevistados consideram seu bairro perigoso, mas apesar de tudo, eles estão muito contentes com o lugar onde vivem. No centro, temos uma população idosa muito contente com tudo que há no bairro, mas como a grande maioria dos entrevistados reside em condomínios fechados, os idosos têm uma relação de lugar somente com o seu prédio.

Vizinhança e relação entre vizinhos

Como o idoso avalia a qualidade do relacionamento com vizinhos? Como é a colaboração? E a solidariedade entre vizinhos? No bairro Fragata é possível observar o cooperativismo entre os vizinhos, grande parte dos idosos diz que todos se ajudam e são amigos uns dos outros. Somente uma idosa entrevistada, no bairro Fragata, relatou que teve um problema muito sério de violência com vizinhos.

No bairro Navegantes, os entrevistados relatam que sentem-se como em uma família, em relação aos seus vizinhos, é notável também o incômodo dos entrevistados sobre os problemas do bairro em relação ao tráfico de drogas, mas novamente, quando questionados se por algum motivo eles se mudariam do bairro, a maior parte diz que não.

No Centro, novamente é possível observar a delimitação de vizinhança com o seu condomínio e os moradores que rodeiam o prédio, mas os entrevistados relatam que possuem uma boa convivência com todos.

Sentir-se respeitado ou importante

O idoso sente-se respeitado pelos vizinhos? Pelos motoristas e passageiros de transporte público? Pelos motoristas de carros? Pela família e pelos jovens? No bairro Fragata os idosos sentem-se respeitados pelos vizinhos e familiares, mas não se sentem respeitados pelos motoristas dos carros que trafegam no bairro. Há vários relatos sobre os motoristas que não param nas faixas de pedestres para que eles possam atravessar.

No bairro Centro nenhum dos idosos que foram analisados sentem-se respeitados pelos motoristas do transporte público. Mas sentem-se respeitados pelos moradores, e também pelos mais jovens. Já no bairro Navegantes os entrevistados sentem-se



respeitados pelos moradores em geral. Mas alguns, também reclamam dos motoristas do transporte público.

4 CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos, é válido concluir que o sentimento de lugar dos idosos na cidade de Pelotas, reflete o apego com seu bairro. Os idosos entrevistados relatam uma boa convivência com os moradores de sua redondeza, sempre que questionados eles dizem que o lugar é excelente e que se sentem respeitados por todos na comunidade.

A longa convivência com o lugar é capaz de propor esse apego, o senso de lugar dos entrevistados surge a partir de uma história longa que todos tiveram devido há muitos anos morando ali.

REFERÊNCIAS

Proshansky, H., Fabian, A. K. & Kaminoff, R. (1983). **Placeidentity: Physical world socialization of the self**. Journal of Environmental Psychology, 3, 57-83.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1979.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 27 de Setembro de 2017.

PLACEAGE. **Projetando lugares com idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento**. Online. Acessado em 03 de Outubro de 2017. Disponível em: <http://placeage.org>



**(IN)VISIBILIDADES NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA
DE FRONTEIRA (2003 – 2015) NA SUB-REGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE
DO SUL**

Andressa Amaral dos Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UFPel
dessapel95@gmail.com

Adriel Costa da Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia – UFPel
adrielcosta09@gmail.com

Robinson Santos Pinheiro

Professor Auxiliar do Departamento de Geografia – UFPel
robinson22pinheiro@yahoo.com.br

RESUMO

Intenta-se verificar as transformações espaciais promovidas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF (2003 – 2015) na sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul. Esta sub-região é composta por 25 municípios, dos quais 23 fazem parte da Faixa de Fronteira. Destacar-se-á a análise e interpretação das visibilidades econômicas, sociais e culturais evidenciadas nos documentos que norteiam o PDFF e nas intervenções realizadas. O intuito é perscrutar os espaços de favorecimento promovido pelo Programa. Posteriormente, se verificará em que medida a promoção das visibilidades do PDFF promove as invisibilidades. Para melhor interpretação das (in)visibilidades, haverá a elaboração de mapas temáticos que permitam localizar geometricamente as características socioeconômicas e ambientais dos espaços analisados.

Palavras-chave: PDFF, análise regional, Geografia.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto visa interpretar o discurso e analisar os resultados do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) na sub-região estadual Sudeste do Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 a 2015. O PDFF tem como recorte espacial a região do território brasileiro definida como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1979). Esta representa uma delimitação imaginária espacial, estipulando que do espaço de limite fronteiro internacional até 150 km a dentro do território é área: “[...]”



indispensável à Segurança nacional” (BRASIL, 1979, p. 1).

Na Faixa de Fronteira da sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul, dos 25 municípios pertencentes a delimitação territorial do estado, 23 fazem parte da área de intervenção adotada no PDFF. Este dado evidencia o fato de que a região em estudo, quase em sua totalidade, é envolvida com os embates políticos, econômicos e sociais/culturais para a concretização da espacialidade desejada nos objetivos delineados no plano.

Este trabalho coloca-se enquanto uma contribuição que evidenciará as singularidades de efetivação do PDFF na sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul entre os anos de 2003 a 2015. A espacialidade escolhida justifica-se por ser parte da inserção da Universidade Federal de Pelotas e instituições parceiras bem como participa da realidade cotidiana dos envolvidos no Grupo de Estudo sobre a Faixa de Fronteira que promoverá a pesquisa apresentada. Somado ao fato de que são poucos os trabalhos dedicados a análise do PDFF na citada sub-região.

Os objetivos principais desta proposta são identificar e analisar os pontos de visibilidades e de invisibilidades do Programa Faixa de Fronteira nas 23 cidades da região Sudeste do Rio Grande do Sul (2003 – 2015) situadas na faixa de fronteira, interpretar os diferentes discursos teórico/ideológico da elaboração do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira entre o período de 1996 – 2015 e verificar a construção discursiva das agendas do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira entre Brasil e Uruguai.

O desenvolvimento do objetivo apresentado se dividirá em três momentos. No primeiro lugar, há o interesse na identificação das visibilidades discursivas interpretadas nos documentos que balizam o PDFF nos doze anos aqui pesquisados. O segundo momento direciona-se na identificação e mapeamento dos pontos de intervenção do PDFF na sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul. Para isso, consultaremos o Ministério da Integração Nacional bem como as organizações municipais e estaduais de organização da territorialidade de Faixa de Fronteira. Os trabalhos de campo permitirão o contato com as medidas de intervenção, assim, criando a oportunidade de registrar



com áudio, fotografias e vídeos as territorialidades “favorecidas”.

No terceiro e último momento, será realizada a análise das visibilidades indicadas nos discursos que orientam as ações da PDFF com as intervenções identificadas na sub-região estadual Sudeste do Rio Grande do Sul. Com o resultado, espera-se conseguir mapear as territorialidades invisíveis entre o dito e o fazer por parte do Governo Federal por meio do PDFF.

2 METODOLOGIA

O procedimento metodológico desenvolver-se-á em quatro eixos: contínuo levantamento bibliográfico interdisciplinar, levantamento de dados socioeconômicos, pesquisa de campo e produção de mapas.

No levantamento bibliográfico, busca-se verificar os discursos que enunciaram falas sobre o Brasil e sua fronteira com o Uruguai. Em especial, se destacará as literaturas que versam sobre a produção espacial fronteiriça do hoje Sudeste do Rio Grande do Sul. Além disso, irá ser realizado levantamento bibliográfico referente aos documentos oficiais do Estado que balizam o PDFF e os respectivos relatórios. Assim, aqui, cabe destacar que também se realizará análise dos materiais produzidos que, em suas singularidades científicas, procuraram compreender a elaboração, execução e (in)sucessos do Programa Federal em estudo nas diferentes territorialidades de fronteira brasileira.

O levantamento de dados socioeconômicos será realizado a partir dos critérios do Programa para identificar as sub-regiões da Faixa de Fronteira. Assim, se elaborará um banco de dados que permitam identificar a evolução dos indicadores referentes aos 23 municípios localizados na região Sudeste do estado do Rio Grande do Sul pertencentes à região de Faixa de Fronteira. Estes dados auxiliarão na interpretação das transformações espaciais ocorridas durante os 12 anos aqui analisados do PDFF. A elaboração do banco de dados se dará por meio da atuação de alunos voluntários e bolsistas de iniciação científica que buscarão, em fontes oficiais, os indicadores necessários.

Também se realizará a execução de trabalhos de campos. Objetiva-se verificar



in loco algumas intervenções promovidas pelo PDFF em estudo e dialogar com as autoridades públicas municipais e a população, de forma geral, envolvida. Isto para conseguir melhor compreender as significações que os atores sociais possuem das medidas desenvolvidas. A ida a campo também permitirá a elaboração de acervos audiovisuais e fotográficos envolvendo o espaço de estudo.

Haverá a produção de mapas temáticos que permitam localizar espacialmente as intervenções do Programa bem como identificar os dados socioeconômicos; podendo, assim, entrecruzar as informações para ampliar os sentidos de destaque para as (in)visibilidades. Pensa-se na criação de um grupo responsável pela elaboração do material cartográfico necessário para ampliar o diálogo interpretativo e expositivo. A tabulação dos dados citados será sociabilizada por intermédio de uma página social do Grupo de Estudo da Faixa de Fronteira da sub-região Sudeste do Rio Grande do Sul, localizado no Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais – LEUR, do Instituto de Ciências Humanas, do Departamento de Geografia, da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Almeja-se que o projeto possa contribuir de quatro maneiras, sendo elas: contribuição teórica, análise do discurso dos distintos momentos de elaboração do PDFF, indicação dos (in)sucessos do PDFF por meio da confrontação discursiva com os dados socioeconômicos e a compreensão das transformações espaciais dos últimos 12 anos.

A contribuição teórica se dará por meio da divulgação dos resultados obtidos com o estudo proposto; sejam na forma de apresentação oral ou na publicação de artigos para eventos e periódicos especializados. O objetivo é somar com os trabalhos que versam sobre a espacialidade da Faixa de Fronteira em estudo. Inclusive, para ampliar o diálogo com outros pesquisadores do tema, dentro do Grupo de Estudo da Faixa de Fronteira, terá um espaço para, a cada dois meses, convidarmos um pesquisador de outra área acadêmica da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, ou de outra instituição de ensino e pesquisa que desenvolva trabalhos na área.



A análise do discurso encontrado nos documentos que balizam o PDFF tem o intuito de verificar o imaginário espacial presente durante a confecção dos documentos, pois a escrita e as formas de intervenção não são deslocadas dos aspectos ideológicos que operam a construção de significados; assim, conotam imaginários de como o espaço deve ou deveria ser para se concretizar como espacialidade “realizada/desejada”. Também, a compreensão da construção discursiva permitirá a melhor interpretação dos aspectos aqui denominados enquanto de visibilidades. (BRASIL, 2015)

A análise dos objetivos traçados pelo PDFF, por meio da confrontação com os dados socioeconômicos, permitirá indicar os (in)sucessos referentes ao espaço de fronteira da região Sudeste do estado do Rio Grande do Sul. Permitindo, assim, somar com a superação dos entraves que não permitem a concretização de uma espacialidade humanamente mais justa. (BRASIL, 2015)

Por fim, a compreensão das transformações espaciais dos últimos doze anos promovidas pelo PDFF, tem o intuito de perscrutar as “significativas” mudanças que foram auxiliadas pelas intervenções. Contribuindo com o entendimento de para quem o espaço em análise é movimentado pelo “poder político Federal”. (BRASIL, 2015)

Além disso, espera-se que a participação dos bolsistas, voluntários, técnicos e professores possam contribuir com a formação do pesquisador de iniciação científica, sendo por meio das discussões e/ou nos estudos de campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, se pode afirmar que este projeto irá trazer ao debate uma temática pouco abordada se tratando da região sudeste do Rio Grande do Sul, principalmente na faixa de fronteira. Por hora, estar-se-á trabalhando em busca de análises que tenham uma influência positiva, seja acadêmica e/ou socialmente.

Existe no Rio Grande do Sul, um imaginário de que o povo fronteiriço é mais “gaúcho” que o resto da população, por outrora terem defendidos os limites territoriais do Brasil e por pensar-se que atualmente são um povo que não vive de “regalias”(OLIVEIRA, 2003), pensando que todas as cidades da fronteira são caracterizadas por paisagens de grandes pastos com gado e que todo o cidadão fronteiriço



é “campeiro”. (MARTINS, 2002) Contudo, seu estilo de vida não é majoritariamente assim e essa região é um local que perdeu sua função e seu prestígio de defesa dos limites, sendo que muitos dos municípios da região não são turísticos e em alguns casos dependem de políticas públicas aplicadas de acordo com a realidade de quem lá vive. (CÂNDIDO, 2010)

Este embate entre o imaginário gaúcho e a realidade, poderá se aproximar dos motivos que levam a certos (in)sucessos que foram objetivados no PDFF, o que pode levar ao pensamento de em qual fronteira se queria desenvolver e com quais propósitos. Desse modo, intenta-se que este projeto traga resultados relevantes e possa fomentar os debates fronteiriços.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos " brasiguaios" entre os limites nacionais. In: **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, nº 31, 2009.

AVEIRO, Thais Mere Marques. **Relações Brasil-Uruguai: A nova agenda para a cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço**. Brasília, DF, UnB, 2006. (Tese)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília, 2009. Disponível em: www.integracao.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de reestruturação**. Brasília: 2005. Disponível em: www.integracao.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2015.

BRASIL. PNDR - **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – PNDR II: texto executivo. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157. Acesso em: 22/07/2014.

BRASIL. PNDR - **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2003. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157. Acesso em: 11/11/2013.

CÂNDIDO, Weslei Roberto. **José de Alencar**: “sou americano para o que der e vier”.



2010. 280 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103639>>.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. RÜCKERT, Aldomar. Transfronteirização e gestão do território no arco sul da fronteira do Brasil. In: **Revista Geonorte**, v.7, nº1, 2013.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul**: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira. Dourados, MS: UFGD, 2010. (Dissertação)

GOMES, Ciro. **Apresentação da PNDR**. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, pp. 07 – 08, 2003. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b4&groupId=10157>. Acesso em: 11/11/2013.

HARTMANN, Luciana. Performance e experiências nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, nº24, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LUCEMA, Marta Gomes. A Fronteira Brasil-Uruguai: O Mercosul, participação política e identidades culturais. In: **DIPROSUL - O direito à saúde e a proteção social em faixas de fronteiras: Um balanço do debate acadêmico no sul da América do sul**. Acesso: <http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/trabalhos.php>. Pelotas, RS, 2011.

MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, Alex. **Experiências de trabalho, deslocamento, indocumentação e acesso aos serviços do Estado na fronteira brasileiro-uruguai**. Porto Alegre, RS, UFRGS, 2013. (Dissertação)

MOURA FILHHO, José Luiz de. **Multiterritorialização de regiões transfronteiriças**: estudo de duas cidades gêmeas na fronteira Brasil/Uruguai. Santa Cruz do Sul, RS, UNISC, 2010. (Tese)

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Resenha**: Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina. Revista Anos 90. Porto Alegre, n. 18, dezembro de 2003.

PEITER, Paulo Cesar. **A geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 2005. (Tese)

PORTO, Luís Rebelo. NASCIMENTO, Durbens Martins (Orgs.). **Interações Fronteiriças no platô das Guianas**. Ed. Publit, Macapá, 2010.



ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM RURAL NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE-RS

Arlene Fehrenbach

Graduanda em Bacharelado em Geografia – UFPel

arlenefehrenbach@outlook.com

Giancarla Salamoni

Professora Doutora do Departamento de Geografia – UFPel

gi.salamoni@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma breve discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura, ou seja, acerca das múltiplas funções presentes no espaço rural que contribuem para a reprodução social das famílias. Considerando que tal espaço está em constante transformação, o trabalho trata particularmente sobre uma das funções abarcadas pelo conceito da multifuncionalidade que é a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, a fim de se compreender as transformações que ocorrem na paisagem com a presença da agricultura. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a paisagem rural do município do Arroio do Padre/RS por meio de análise bibliográfica sobre o tema da multifuncionalidade e da caracterização da área de estudo por meio de dados secundários e registros fotográficos de cada compartimento geomorfológico. Por meio deste estudo preliminar é possível constatar a diversidade de formas e funções presentes no rural na escala local.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Ruralidade; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

Foi a partir de 1990 que começaram ações de valorização de novas funções relacionadas à agricultura brasileira, adotando assim o conceito de multifuncionalidade da agricultura, tendo como referência os estudos realizados no continente europeu, cenário que se destaca por inúmeros debates acadêmicos e na proposição de políticas públicas, a fim de se reconhecer o caráter multifuncional existente na agricultura. No Brasil, a difusão do conceito se deu na adoção de políticas públicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar. (CARNEIRO; MALUF, 2003)



A unidade de observação, dentro desta perspectiva da multifuncionalidade, “passa a ser a família rural considerada como uma unidade social e não apenas como unidade produtiva.” (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.22). Sendo assim, de acordo com os autores citados, a noção de multifuncionalidade corresponde a interação de famílias rurais num dado território, onde se reproduzem socialmente. Para tanto, estes desenvolveram quatro dimensões ligadas a multifuncionalidade da agricultura familiar dentro do contexto brasileiro, a saber: 1) Reprodução socioeconômica das famílias rurais; 2) Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; 3) Manutenção do tecido social e cultural e; 4) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Neste estudo será adotada apenas a última dimensão devido à necessidade de se compreender as alterações sofridas na paisagem pela agricultura no contexto do município de Arroio do Padre/RS. Assim, o conceito de paisagem torna-se primordial para o presente estudo, e a análise da “paisagem rural completa-se com a avaliação da procura de todos os tipos de funções, e com a avaliação de como o uso do solo, através da agricultura ou outras atividades, afeta as várias funções e como elas se relacionam entre si.” (PINTO-CORREIA, 2007, p.69).

O município de Arroio do Padre está localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, pertencendo à mesorregião Sudeste Rio-Grandense e fazendo parte da Microrregião de Pelotas, possuindo uma área equivalente a 124,317 Km² dentro dos limites de Pelotas. Dos 2.730 habitantes a maioria reside da zona rural (83,37%), e apenas 16,63% do total são residentes da zona urbana (IBGE, 2010). A economia do município está intimamente ligada à agricultura, com o predomínio de pequenas propriedades que apresentam um caráter de agricultura familiar, sendo que existem 486 estabelecimentos familiares e apenas 21 patronais no município (IBGE, 2006). De acordo com Kerstner (2013), a principal atividade agrícola existente é a do tabaco, mas destacam-se também os cultivos de soja, feijão, milho, legumes, frutas e áreas de pastagens.

O objetivo deste trabalho é analisar as paisagem rural do município de Arroio do Padre – RS. Assim sendo, é abordada uma das funções do conceito de multifuncionalidade da agricultura, denominada de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, salientando que o debate sobre esta função necessita ser expandida,



havendo assim, uma análise efetiva das transformações que a agricultura provoca no espaço rural.

Salienta-se que o presente trabalho faz parte de um projeto de maior abrangência, intitulado de *Multifuncionalidade na Organização do Espaço pela Agricultura Familiar: abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS, e SP*, que possui como escala de análise estudos de casos realizados nos referidos estados, os quais possuem diferentes contextos histórico-espaciais.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema da multifuncionalidade e do município em questão, no que se refere à paisagem rural; e levantamento dos dados secundários, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Posteriormente, foi efetuado um levantamento fotográfico de cada compartimento geomorfológico de Arroio do Padre, com a finalidade de obter uma interpretação da paisagem rural do município em estudo, por meio das fotografias que foram obtidas em trabalho de campo, que foi realizado em julho de 2017, onde não foi possível fazer uma análise aprofundada da paisagem por conta de ser uma época em que o uso da terra para a agricultura se dá de forma menos intensiva, predominando, assim, a pastagem que é utilizada para alimentar o gado e/ou para a preservação do solo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dimensão de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural está intimamente ligada ao uso de recursos naturais e a sua preservação, sendo observadas suas relações entre atividades econômicas e a paisagem. O debate acerca desta função ainda é bastante incipiente, sendo necessário assim um maior aprofundamento sobre a temática, onde se possam reconhecer as transformações ocorridas no patrimônio natural.

Oliveira et al. (2008) destacam que o estudo da paisagem é um conceito complexo que pode ser analisado a partir de múltiplas perspectivas. Assim,



A paisagem pode ser encarada em simultâneo como o contexto onde o processo de mudança ocorre, considerando a dinâmica espacial e temporal que lhe é inerente. Pode também ser o âmbito do estudo desse processo e constituir-se como a base para o ordenamento e gestão dos recursos e atividades que a caracterizam. (OLIVEIRA et al., 2008, p.4-5)

A partir das orientações de Oliveira et al. (2008), observa-se que o conceito de multifuncionalidade da paisagem oferece maiores possibilidades de caracterização de tal paisagem rural, almejando orientações ao seu ordenamento e gestão. Partindo destas premissas, a discussão a seguir se dará acerca da multifuncionalidade da paisagem rural do município de Arroio do Padre, tendo em vista que para sua melhor identificação serão utilizados os compartimentos geomorfológicos como unidades de paisagem.

De acordo com Meurer e Flach (2015), o compartimento geomorfológico Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava do Sul se caracteriza por ser a porção mais elevada que domina toda a porção oeste do município, predominando a forma de relevo de topo convexo com baixas declividades, e também possui a maior predominância territorial. Possui solo pouco espesso, sendo desfavorável à agricultura e favorece o escoamento superficial, potencializando os processos erosivos. Neste compartimento encontrou-se a presença de plantação de hortaliças e, de pastagem. Ocorre, ainda, a presença de mata nativa e espécies exógenas (eucalipto e pinus).

O Planalto Rebaixado Marginal corresponde a área “mais dissecada da borda da região geomorfológica do Planalto Sul-Riograndense” (MEURER e FLACH, 2015, p.317) e no interior desta unidade ocorre a formação de morros e colinas com alta declividade e, como na unidade anterior, possui grande predisposição para a erosão. No compartimento observou-se a predominância da pastagem, a ocorrência de hortas para o autoconsumo das famílias rurais e plantações de eucalipto, destacando que a madeira oriunda deste tipo de plantação serve de combustível para as estufas de secagem do tabaco no pós colheita.

Por fim, ainda na concepção de Meurer e Flach (2015) tem-se a unidade geomorfológica Planície Alúvio-Coluvionar, compreendendo as áreas mais baixas do município, das bacias do Arroio do Padre e do Arroio Pimenta, sendo caracterizadas pela acumulação de sedimentos e que se subdividem em dois modelados: modelado de acumulação coluvial ou de enxurrada (bacia do Arroio Pimenta) onde se observou a



utilização do patrimônio natural para o desenvolvimento de atividades turísticas, destacando a Cachoeira do Camboatá, que de acordo com o Plano Ambiental Municipal (2014), é um dos principais atrativos turísticos do município, e também, ocorre a presença de pastagem para o gado leiteiro e espécies exógenas como o eucalipto; modelado de acumulação em planície fluvial (bacia do Arroio do Padre), foi observada uma ocupação da paisagem rural de forma semelhante dos demais compartimentos, assim estava ocupado por pastagens e matas exógenas, principalmente.

Portanto, o debate sobre a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural do município precisa ser feito de um modo mais amplo.

De antemão, pode-se afirmar que a agricultura vem acarretando inúmeras transformações na paisagem no decorrer dos anos, e analisar este processo é crucial para que possa haver um planejamento eficaz sobre o seu uso, uma vez que o município se configura num verdadeiro mosaico de paisagens agrárias, como podemos observar na Figura 01.

Figura 01: Paisagens rurais do município de Arroio do Padre



Pesquisa de Campo, 2017

4 CONCLUSÕES

O debate sobre o caráter multifuncional da paisagem rural do município não se encerra, uma vez que a análise realizada por meio de levantamento fotográfico dos compartimentos geomorfológicos não foi suficiente para traçar a dinâmica de uso do espaço rural, porém, pôde-se perceber a diversidade produtiva relacionada a presença da agricultura familiar.

Sabe-se, que a paisagem rural repercute os reflexos do sistema capitalista, onde este acelera as transformações que ocorrem em tal espaço com o incremento de técnicas modernas, porém, os agricultores familiares apresentam a forte característica de manter o



seu vínculo social com a terra, atuando de forma a preservá-la, sendo o seu meio de vida. Acredita-se que os agricultores familiares de Arroio do Padre operam dentro desta lógica, fato que será diagnosticado em entrevistas com tal grupo social. Assim, a partir de então, poderá se pensar em estratégias e políticas públicas que orientarão para o planejamento e a gestão do rural.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2017.

KERSTNER, J. V. **Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: Um estudo sobre a agricultura familiar no município de Arroio do Padre-RS**. 2013. 99f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

MEURER, M.; FLACH, C. W. A geomorfologia do município de Arroio do Padre – RS e as suas relações com as alterações geomorfológicas da enxurrada de 15 de novembro de 2010. **Ciência e Natura**. Santa Maria, v. 37 n. 3 set-dez. 2015, p.311-328.

OLIVEIRA, R.; ABREU, A. C.; SANTOS, J. C. Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais**. Faro, Universidade do Algarve, p. 1-15, 2008.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgo**, Lisboa, v. 20/21, p 67-71, jul.2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE. **Plano Ambiental Municipal de Arroio do Padre-RS**. 2014.

VERDUM, R.; VIEIRA L. F. S.; PIMENTEL, M. R. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, v.6 n.1, p.131-15



ESTRADA DO ENGENHO RESISTE: UMA LUTA POR DIREITO DE PERMANECER NO SEU LUGAR

Adriel Costa da Silva

Graduando no Curso de Licenciatura em Geografia-UFPel

adrielcosta09@gmail.com

Andressa Amaral Dos Santos

Graduanda no Curso De Licenciatura em Geografia-UFPel

dessapel95@gmail.com

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Professor Associado do Departamento de Geografia-UFPel

sid_geo@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem o intuito de investigar o processo de retirada dos moradores da Estrada do Engenho, bairro São Gonçalo, no município de Pelotas, RS. Serão analisados os argumentos apresentados pelo Ministério Público (MP) para efetivar a remoção dos moradores desta localidade. Busca-se, ainda, averiguar se a ação promovida pelo poder público e imobiliário contempla um caso de gentrificação, apreciando como está retirada reflete na identidade destes moradores com o seu lugar de vivência. A fundamentação deste trabalho baseia-se na compreensão do inquérito movido pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal Pelotas, bem como o Plano Diretor que regimenta a cidade. Conjuntamente, buscaremos a fundamentação teórica que contribua no debate sobre a contextualização da região, no qual está inserida a ocupação, e também, sobre a territorialidade e identidade no bairro São Gonçalo.

1 INTRODUÇÃO

O território, em si, manifesta a identidade de quem o constrói. Este, pode ser entendido como um fenômeno espacial construído socialmente e que está diretamente atrelado à subjetividade. Como argumenta Haesbaert (2002), a identidade social liga-se a identidade territorial. Legitima-se, neste sentido, o relacionamento das pessoas com o território e a construção da noção de pertencimento. É uma relação conflituosa e afetiva



que transforma um espaço genérico e indeterminado em uma territorialidade particular e específica. É o lugar onde nos sentimos em casa, reconhecemos nossos objetos e executamos nossas ações. Uma territorialidade reconhecida na categoria de lugar, no caso da individualidade do pertencer, gerando o sentimento de pertencimento ou de estranhamento, definindo nossa identificação ou não.

A Ocupação Estrada do Engenho encontra-se na Região Administrativa São Gonçalo, delimitada no III Plano Diretor da cidade de Pelotas, na localidade exterior dos loteamentos consolidados como Fátima, Navegantes e Balsa. No passado, toda esta região era um grande vazio urbano ocupado por enchentes temporárias. Com o tempo, surgiram os empreendimentos Umuharama, Ilha Verde, entre outros. Com a implantação do setor jurídico na Avenida Ferreira Viana, e com o a construção nesta mesma região do Shopping Center Pelotas, em 2013, uma nova centralidade comercial e imobiliária começa a se consolidar neste espaço. Isto também se justifica pela localização, nesta região, de uma importante via estruturante da cidade, sendo o caminho de ligação entre as regiões administrativas Laranjal e Centro. Estes fatores acabaram valorizando o espaço urbano local, principalmente com a construção de empreendimentos imobiliários como o Lagos São Gonçalo, Parque Una e Parque Una II, principais empreendimentos na região São Gonçalo, trazendo uma nova dinâmica a especulação imobiliária nesta região.

Atualmente, a Ocupação Estrada do Engenho concentra em torno de 80 famílias, assistindo moradores residentes há mais de 20 anos nesta localidade. As condições socioespaciais da localidade são de grande abandono por parte do poder público, principalmente em prover os serviços essenciais, como moradia, saneamento básico, iluminação pública e lazer. Poucas moradias têm ligação de água encanada e luz elétrica. Os moradores da Ocupação Estrada do Engenho construíram a sua identidade na localidade próxima ao canal São Gonçalo, principalmente em relação a pesca. Muitos pescadores da ocupação afirmam que o Canal São Gonçalo faz parte do seu corpo, como se fosse um órgão, e com a retirada de um dos “órgãos de seu corpo”, eles não sobreviveriam. As relações que estes moradores construíram na localidade, no respeito e convívio com o ambiente, têm uma identidade social muito ligada a territorialidade.



2 METODOLOGIA

A metodologia teve por base a leitura de bibliografias interdisciplinares nas áreas de Geografia, História e Legislação Urbana, fundamentais para a contextualização teórica, metodológica e prática da elaboração deste estudo. Ainda neste sentido, se destaca a análise do discurso feito pelas partes envolvidas no conflito territorial urbano apresentado: O inquérito movido contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, exigindo a remoção dos moradores da Estrada do Engenho; em contrapartida, a defesa dos moradores, considerando-se o Plano Diretor do município de Pelotas, tendo em vista assegurar a permanência destes moradores no local. Atrelado a esses dois aportes, ressalta-se a discussão acerca da identidade, do sentimento de pertencimento ao lugar de vivência destes moradores, fundamentada em Haesbaert (2002), bem como a contextualização do bairro no qual se encontra a ocupação e a compreensão deste conflito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ponto de partida em torno desta discussão passa pela instauração, por parte do Ministério Público, de um inquérito contra a Prefeitura Municipal de Pelotas, por sua omissão em relação à ocupação numa área de preservação permanente, localizada às margens do canal São Gonçalo, entre o Clube Veleiro Saldanha da Gama e o Engenho Pedro Osório. A justificativa do Ministério Público é que a ocupação dos moradores está causando danos ambientais, por se tratar de uma área de preservação permanente, e também por estar próxima a um dique, ocasionando risco de vida não só aos moradores, como também aos bairros próximos.

Em relação ao dique, a Secretaria de Qualidade Ambiental de Pelotas traz no processo que a ocupação está em lugar superior ao dique, construído na década de 50, e que a própria Estrada do Engenho é o “dique” que sustenta uma possível enchente vinda do Canal São Gonçalo, e também da drenagem dos canais que desagüam no próprio São Gonçalo. A alegação é de que caso tenha uma enchente, e se faça necessária uma manutenção no dique, as moradias iriam atrapalhar o trabalho, e também que estas moradias estão causando um processo de erosão no local. A secretaria afirma também que os moradores estão numa área de risco, por estarem muito próximos as áreas de



enchentes. A extensão do dique compreende o canal da Avenida São Francisco de Paula, chegando à beira do Canal São Gonçalo e seguindo até ao Quadrado, na região do Porto. Nessa delimitação espacial, temos construções há anos consolidadas como o Campus Anglo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), as antigas fábricas do período áureo da expansão industrial na cidade e o Clube Veleiros Saldanha da Gama. Entretanto, no processo, somente a ocupação Estrada do Engenho é mencionada, interpretando-se que somente a ocupação está numa área de risco e causando danos ambientais. Neste sentido, a Ocupação Estrada do Engenho, por estar na faixa marginal do São Gonçalo, é delimitada como uma Área de Proteção Permanente⁹ (APP). Porém, o Ministério Público, em momento algum no inquérito fez citação sobre o III Plano Diretor de Pelotas, que especifica que esta faixa do Canal São Gonçalo é na verdade uma Área de Proteção Permanente Ocupada (APPO), o que assegura direitos de permanência destes moradores no seu lugar de vivência, conforme o artigo 60, do III Plano Diretor da Cidade de Pelotas, as APPOs são:

Aqueles com processos de uso e ocupação consolidados, que atendam o interesse social, público e comunitário, podendo ser regulamentados, mediante ações mitigatórias e compensatórias do meio-ambiente, proporcionais ao dano causado e sua escala (III Plano Diretor de Pelotas, 2012).

Neste contexto, a Ocupação Estrada Engenho se trata de uma ocupação bem consolidada, contendo moradias com mais de 20 anos de permanência. Entende-se, neste sentido, que os moradores deveriam ser tratados pelo poder público com um maior interesse social, com um planejamento específico para o problema apresentado, como a realização de um projeto de urbanização para o local que assegure a permanência digna dos moradores com o melhor convívio com o ambiente. O Ministério Público, no processo, afirma que há uma grande "infringência" dos moradores à proteção ambiental. Na escala da cidade de Pelotas, somente 30% do esgoto é tratado (IBGE 2010), o restante é depositado pelos canais que cortam a cidade no Canal São Gonçalo. A dúvida que se formula, é a de que realmente será resolvido o problema ambiental retirando somente

⁹ Área protegida coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).



estes moradores como se estabelece no processo? Este é somente um dos questionamentos que poderiam ser feitos tendo em consideração o debate ambiental envolvendo o canal São Gonçalo. Além do mais, a ocupação está numa APPO, mas uma parte dela está inserida numa Área Especial de Interesse Social (AEIS), tipo I, que por se tratar de áreas públicas ou privadas em áreas de proteção ambiental, sendo os seus moradores de baixa renda, o poder público poderia(deve) fazer a regularização fundiária e garantir a permanência destes moradores ao lugar de vivência destas famílias.

Até o momento, os moradores da Estrada do Engenho foram a parte do processo que não foi escutada pelo Ministério Público. Por ser tratar de um inquérito acionado do Ministério Público contra a Prefeitura Municipal, as negociações ficaram entre as instituições. Foi assinado, entre as partes do poder público, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em novembro de 2016, em que a Prefeitura tem o compromisso de fazer a remoção dos ocupantes e realocá-los em outro local. A luta destes moradores tem sido primeiro em resistir a essa retirada, para permanecer nas suas moradias, mas também, no caso de não poderem ficar, que possam se realocar em um lugar próximo, com o recebimento de moradias. A proposta inicial foi a concessão de 20 lotes, situados no Bairro Getúlio Vargas, alternativa esta inviável a estes moradores, visto que muitos destes moradores são pescadores, inviabilizando o acesso aos seus barcos que são o meio de sustento de suas famílias. A outra proposta é a concessão de lotes, em frente aos Veleiros Saldanha da Gama, porém, a proposta contempla somente terrenos. Muitos destes moradores afirmam que é impossível desmanchar suas moradias (chalés) para (re)construí-las nestes lotes. Cabe destacar neste sentido que a moradia é um direito assegurado na constituição, sendo inadmissível a Prefeitura Municipal e o Ministério Público retirarem estes moradores de suas casas e dar-lhes somente um terreno. Com a ajuda de grupos ligados a UFPel e a Universidade Católica de Pelotas, os ocupantes da Estrada do Engenho estão resistindo a este imbróglio dos poderes públicos para permanecerem ali com moradia e infraestrutura urbana capazes de propiciar um modo digno de vida, preservando a identidade e o sentimento de pertencimento ao lugar de vivência destes moradores.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor de Pelotas assegura especificamente nos artigos 60, 90 e 93 as condições necessárias para justificar a permanência e melhoria de vida dos moradores da Estrada do Engenho. No entanto, em momento algum o Ministério Público e a Prefeitura Municipal usaram esta lei para resolver este processo. O processo movido para a reintegração de posse naquele local, só especifica os integrantes da Ocupação Estrada do Engenho. Isto se justifica pela crescente valorização da região pelo capital imobiliário, como uma crescente urbanização de alta renda com os empreendimentos Lagos São Gonçalo, e Parques Una I e Una II. O que se pode perceber na retirada da Ocupação da Estrada do Engenho é que por trás do discurso de proteção ambiental está o interesse econômico e imobiliário, consolidado na área administrativa do São Gonçalo.

A resistência destes moradores configura um conflito territorial, onde a principal luta a ser traçada é a garantia ao direito de expressão na cidade, de construírem a sua identidade no espaço urbano. Podemos nos questionar em relação a qual identidade o poder imobiliário e o poder público municipal querem construir no bairro São Gonçalo. Antes mesmo de se instalarem os novos ocupantes, por meio dos empreendimentos, a região já preservava uma identidade de classe trabalhadora, de baixa renda, muito semelhante aos primeiros ocupantes da região que eram os negros, trabalhadores escravos nas charqueadas. A luta não se restringe somente aos moradores da Estrada do Engenho, e sim, a todos os trabalhadores e trabalhadoras dos bairros periféricos de Pelotas, aos quais diariamente é negado o direito de expressar sua identidade na cidade.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

BRASIL. **Lei n.º 12651/2012, 25 de maio de 2012. Dispõe sobre proteção de vegetação nativa**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

PREFEITURA DE PELOTAS. **Lei n.º 5.502, de 11 de setembro de 2008**.



A EXPERIÊNCIA DA FEIRA VIRTUAL BEM DA TERRA COMO REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONSUMO RESPONSÁVEL

Amós Juvêncio Pereira de Moura

Graduando de Bacharel em Geografia, Universidade Federal de Pelotas

ajpereirademoura@gmail.com

Ana Carolina Bilhalva Drehmer

Graduanda de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Pelotas

anacarolinadrehmer@gmail.com

Maria Regina Caetano Costa

Doutora em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas

reginna7@yahoo.com.br

RESUMO

A Feira Virtual Bem da Terra é um Grupo de Consumo Responsável e faz parte de uma rede estadual. Compreende um conjunto de práticas e hábitos que fomentam Empreendimentos de Economia Solidária e reduz a desigualdade social e impactos ambientais. A dinâmica de operação da FVBT se dá através de trabalho coletivo e de grupos, além de autogestionário. A partir dos agentes envolvidos na FVBT e a dinâmica de funcionamento, esta se organiza através de uma rede que liga consumidores, empreendimentos. Seus fluxos, além de ser de produtos, são fluxos de ideais políticos e econômicos que pensam em outra forma de organização social.

Palavras-chave: Comércio Justo; EES; GCR; Incubação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a Feira Virtual Bem da Terra (FVBT) como rede de economia solidária e consumo consciente. A Feira Virtual Bem da Terra é composta por um Grupo de Consumidores Responsáveis (GCR) pertencentes a Associação Educacional Para Consumo Responsável Rede Bem da Terra que se organizam para realizar uma feira semanal¹⁰ através da auto-gestão e trabalho coletivo. Teve início em dezembro 2014 por iniciativa da Associação de Produtores Bem da

¹⁰ Através da plataforma do Cirandas se faz as encomendas dos produtos que serão retirados no sábado no Centro de Distribuição da FVBT. O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - tendo como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela.



Terra¹¹. No processo de comercialização da FVBT, se relacionam os princípios da Economia Solidária, do Comércio Justo e do Consumo Responsável.

O conceito de Economia Solidária se refere:

[...] a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros a partir da prática da autogestão e b) praticam solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER 2003, p. 116)

O Comércio Justo, segundo CARNIATTO (2007), tem como objetivo a igualdade nas relações comerciais internacionais norteadas pelo diálogo. Sendo uma categoria de comércio amparada na sustentabilidade através de trocas vantajosas e dos direitos garantidos para produtores e trabalhadores marginalizados. Gerando oportunidades para produtores economicamente em desvantagem e atuar como estratégia para a diminuição da pobreza fomentando o desenvolvimento sustentável são os princípios do comércio justo.

O Consumo Responsável é exercido pelos Núcleos de Consumidores que são formados por consumidores cadastrados e que desempenham funções na FVBT. Esse consumo se assemelha ao Consumo Consciente que, segundo CARNIATTO (2007), é a capacidade que cada pessoa ou instituição (pública ou privada) têm de escolher comprar e/ou produzir produtos e serviços que visem à melhora tanto ambiental quanto social. O Consumo Responsável é, então:

A intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo. (INSTITUTO KAIRÓS; BADUE; GOMES, 2011, p.5)

A partir da organização da FVBT, pode-se dizer que esta forma uma rede. O conceito de redes, segundo DIAS (2000, p. 148) são “os fluxos de todo tipo – das mercadorias as informações pressupõe a existência de redes.” Para SANTOS (2006), rede

¹¹ A Associação de Produtores Bem da Terra foi criada em 2007 com quatorze Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Atualmente é formada por aproximadamente 30 EES rurais e urbanos dos municípios de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini.



é social e também política, sendo estável e dinâmica, pelas pessoas envolvidas, as mensagens transmitidas e os valores agregados.

2 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu a partir da experiência junto ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC). Em parceria com o Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e apoio de sindicatos e veículos de comunicação independentes.

A metodologia de trabalho da equipe do TECSOL se dá a partir de Grupos de Trabalho (GTs). Cada Grupo de Trabalho realiza atividades de extensão em determinados projetos advindos da FVBT. Alguns dos bolsistas e professores participam mais ativamente da própria FVBT e sua dinâmica de funcionamento que ocorre através da metodologia grupal. Determinados GTs trabalham com a Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), sendo que:

O processo metodológico de incubagem pressupõe a construção participativa do processo de formação continuada em Economia Solidária: cooperativismo e associativismo, numa perspectiva autogestionária (BERGONSI 2007, p. 24).

Essa incubação pelos núcleos universitários, durante os primeiros anos da FVBT até início de 2017, se dava a partir de todo apoio logístico que garantiram a operacionalidade da feira. A partir da atuação de docentes e discentes que trabalhavam em diversas etapas do funcionamento da FVBT: cadastro de novos consumidores, comunicação, contato com os produtores para pegar as ofertas do que será oferecido no ciclo e repassar pedidos do ciclo, suprir produtos em estoque, controle financeiro, organização e manutenção da sede da feira, etc.

Atualmente a organização da FVBT se dá a partir de quatro Grupos de Trabalho (GT's) formados por Consumidores Responsáveis, dos Núcleos de Consumidores, que trabalham sem remuneração: GT Organização, GT Educação, GT Financeiro e GT Provisão. Estes GTs realizam reuniões periódicas, variando de cada GT, para tratar de



questões pertinentes a cada GT, sendo que há uma reunião semanal da Coordenação da Feira, composta por alguns membros dos GTs.

Além da reunião da coordenação da feira ainda existe o Conselho de Núcleos, onde os articuladores de cada Núcleo de Consumidores se reúnem para tratar de demandas da FVBT. Também há a Assembleia dos Consumidores da FVBT, popularmente chamado de “Encontrão”, onde se discute e decide os rumos a serem tomados pela FVBT, coisas como mudanças no estatuto e no regime da feira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A FVBBDT surge, principalmente, para facilitar o escoamento da produção de alimentos de propriedades da região de Pelotas que encontravam dificuldades de conseguir comercializar seus produtos e de criar uma nova alternativa de consumo socialmente e ambientalmente responsável. Também houve a preocupação em apresentar alternativas de produtos menos danosos ao ambiente no que tange a produção e esses produtos serem vinculados a EES, portanto buscando não gerar exploração de mão de obra e apresentar alternativa de renda a indivíduos em vulnerabilidade social.

Atualmente, a FVBBDT e toda sua estrutura organizativa estão funcionando perfeitamente, fazendo que todas as semanas os ciclos de pedidos possibilitem aos consumidores responsáveis retirar no Centro de Distribuição (CD) localizado no antigo colégio Santa Margarida, hoje pertencente a UCPEL que sede espaço pra FVBBDT, variados produtos, todos oriundos de EES. Sua forma organizacional baseada na autogestão pelos consumidores possibilita a busca por uma experiência sempre democrática de dirigir os rumos da feira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Feira Virtual Bem da Terra alicerçada na criação de estruturas e processos de distribuição e comercialização vem revelando um aperfeiçoamento de processos e permitindo assim, a redução de custos de transação, possibilitando aos consumidores de economia solidária o acesso a preços que possibilitem ampliar a



demanda e estimular a produção associativa e o consumo responsável. A FVBT inova a forma de consumir, não apenas por propor um consumo mais ético, ambientalmente responsável e solidário, mas também por utilizar a internet como ferramenta de oferta de produtos, criando assim tanto praticidade ao consumidor como ao produtor.

A construção de novas formas de consumo e distribuição de produtos oriundos de EES requerem um intenso trabalho na articulação e desenvolvimento de Tecnologias Sociais (TS) que possibilitam aperfeiçoar os processos produtivos, reduzir “custos de transação” advindos do “trabalho de atravessador” existente no processo comercial tradicional, pois facilita o contato direto entre produtor e consumidor.

REFERÊNCIAS

BERGONSI, Sandra Suely Soares. Estrutura e Funcionamento da Incubadora Tecnológica da Universidade Federal do Paraná ITCP - UFPR In: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC, 2007.

CARNIATTO, I. V. Comércio justo e consumo consciente: possibilidades de inserção de cooperativas populares no mercado. In: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: PROEC, 2007.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FBES. **O que é o Cirandas?**. Online. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>. Acesso em: 19/09/2017.

Feira Virtual Bem da Terra. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OFZlqUM8j6M>. Acesso em: 20/09/2017

INSTITUTO KAIRÓS, BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. **Caminhos para práticas de consumo responsável**: parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.



CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO ALTO CURSO DO ARROIO QUILOMBO/RS, POR MEIO DO USO DE GEOTECNOLOGIAS

Vanessa Prestes

Graduanda em Geografia Bacharelado – UFPEL

vanessaprsts@gmail.com

Edvania Aparecida Corrêa Alves

Prof.^a Dra. Departamento de Geografia – UFPEL

edvania.correa86@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo caracterizar fisicamente o alto curso do Arroio Quilombo/RS através do uso de geotecnologias. Para isso, foram gerados o mapa de declividade e o mapa hipsométrico para auxiliar nesta caracterização. O primeiro foi classificado em seis classes que variam do plano ao forte montanhoso. O segundo também foi dividido em seis classes com variações de 50 metros. Em relação aos mapeamentos, foi observado que a área de estudo apresenta maior ocorrência do relevo ondulado e forte ondulado. A amplitude altimétrica é de aproximadamente 285 metros, tendo o predomínio das altitudes de 220 metros à 270 metros. As geotecnologias são ferramentas essenciais para um primeiro conhecimento da área de estudo, sendo fundamental para o levantamento de dados básicos e para o posterior auxílio em trabalhos de campo. Os resultados obtidos neste trabalho servirão de suporte à novas pesquisas. Isto permitirá que haja um maior conhecimento das potencialidades e dos limites da área, auxiliando em práticas de conservação para um melhor uso dos recursos naturais.

Palavras-chave: Hipsometria; Bacia Hidrográfica; Declividade; Planejamento do Uso da terra.

1 INTRODUÇÃO

A caracterização física de uma área é de relevante importância para o pesquisador, servindo como base para diversos tipos de estudo relacionados às ciências ambientais. Através dela, é possível conhecer aspectos ligados a declividade, hidrografia, altitude e ter uma breve análise sobre a dinâmica fluvial que ocorre na unidade de estudo. Tais informações podem auxiliar em diversos estudos, destacando-se aqueles relacionados ao planejamento de uso da terra e gestão de recursos naturais e do espaço geográfico (CHRISTOFOLETTI, 1999; FERREIRA, 2006; FITZ, 2008; KERSKI, 2015).



Como suporte para esta caracterização, as geotecnologias são muito utilizadas visto que possibilitam a criação de um modelo da realidade. De acordo com Fitz (2008) elas trazem avanços significativos no desenvolvimento de pesquisas, em ações de planejamento, em processos de gestão e em outros aspectos relacionados à estrutura do espaço geográfico.

Essas ações de planejamento têm sido cada vez mais requisitadas por causa do uso inadequado dos recursos naturais. Neste quesito o planejamento do uso da terra “busca estabelecer de modo integrado as formas de utilização consideradas mais adequadas em função da capacidade de suporte do meio” (BOTELHO, 2012, p.275).

Um dos mais importantes desafios tem sido encontrar uma unidade de estudo adequada. Bertoni e Lombardi Neto (2012, p.334) afirmam que a bacia hidrográfica é “uma unidade ideal para o planejamento integrado do manejo dos recursos naturais no meio ambiente por ela definido”. Para práticas de conservação da água e do solo, “a unidade espacial mínima - bacia hidrográfica deverá ter uma área variável de 1.000 a 5.000 hectares”. Para Botelho (2012) a área de trabalho influencia na dimensão da bacia e é fundamental que esta represente as condições socioeconômicas e físicas do local.

Esta pesquisa é uma parte essencial do Trabalho de Conclusão de Curso da proponente, além de fazer parte do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação dos riscos e impactos da erosão hídrica do solo em campos agrícolas e avaliação do desempenho e validação de modelos preditivos” registrado junto ao COCEPE/UFPEL. Assim, essa presente proposta tem como objetivo caracterizar fisicamente o alto curso do Arroio Quilombo, através do uso de Geotecnologias.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no alto curso da bacia hidrográfica do Arroio Quilombo/RS, que está situado no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Pelotas e Canguçu (Figura 1). As coordenadas geográficas onde estão os limites da área



de estudo são: latitudes sul $31^{\circ}21'57.64''$ e $31^{\circ}26'59.34''$; longitudes oeste $52^{\circ}29'9.08''$ e $52^{\circ}35'12.84''$. A área correspondente à unidade de estudo é de 53,30 km².

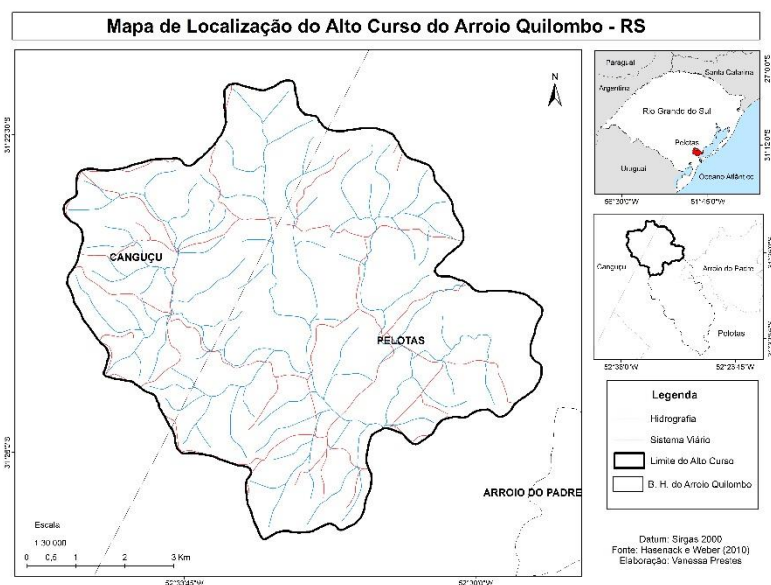


Figura 1- Mapa de localização do alto curso do Arroio Quilombo – RS.

Fonte: A autora.

Segundo Rosa (1985), a classificação climática da região é Cfa (Clima subtropical úmido). O inverno é frio e o verão é ameno, não apresentando estação seca. Devido à sua proximidade ao Oceano Atlântico e de seu relevo plano, apresenta influência marítima forte a qual ocasiona umidade atmosférica elevada. As condições climáticas e edáficas locais influenciam na formação vegetal de mata subtropical e de campos (RAMBO, 1994).

A área de estudo está inserida na Serra do Sudeste e na formação geológica Escudo Sul Riograndense, onde apresentam rochas graníticas e xistos cristalinos. O granito por sofrer intemperismo pelos os agentes atmosféricos, como a temperatura, vento e água, são reduzidos à dois produtos finais: a argila e a areia, na qual influência no tipo de solo que é desenvolvido (RAMBO, 1994).

Devido à alta declividade e ao material geológico subjacente, Rutz (2015) afirma que na alta bacia do Arroio Quilombo predominam os Neossolos Litólicos e associações de Argissolos Vermelho Amarelo com Cambissolos.



2 METODOLOGIA

Para a realização dos mapeamentos, foi utilizada a base cartográfica disponibilizada por Hasenack e Weber (2010) e as ferramentas presentes no Software ArcGis 10.3, licenciado pelo Laboratório de Estudos Aplicados à Geografia Física - LEAGEF. Foi realizada a delimitação do alto curso da bacia hidrográfica do Arroio Quilombo e posteriormente realizado o recorte dos arquivos vetoriais. A partir das feições de curvas de nível, pontos cotados, hidrografia e o limite da área de estudo, foi gerado um Modelo Digital de Elevação (MDE) através da ferramenta de interpolação *Topo To Raster*. A partir do MDE, foram obtidos os mapas de declividade e hipsométrico. Para o mapa de declividade, adotou-se a classificação da Embrapa (1979), que divide as classes em: plano (0+3%), suave ondulado (3+8%), ondulado (8+20%), forte ondulado (20+45%), montanhoso (45+75%) e forte montanhoso (>75%). Para o mapa hipsométrico, o MDE foi reclassificado em 6 classes com variação de 50 metros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No alto curso do Arroio Quilombo, os valores de altitude variam dos 120 a 405 metros (Figura 2). A classe de maior predomínio é a de 220 + 270 m, abrangendo 34,69% da área (18,49 km²). Após, segue a classe de 170 + 220 m, com uma área de 14,17 km² ou 26,59% do total da área. Os valores maiores que 370 metros ocorrem em 1,17% da área com 0,62 km². Estes estão localizados em pequenas porções ao norte da alta bacia.

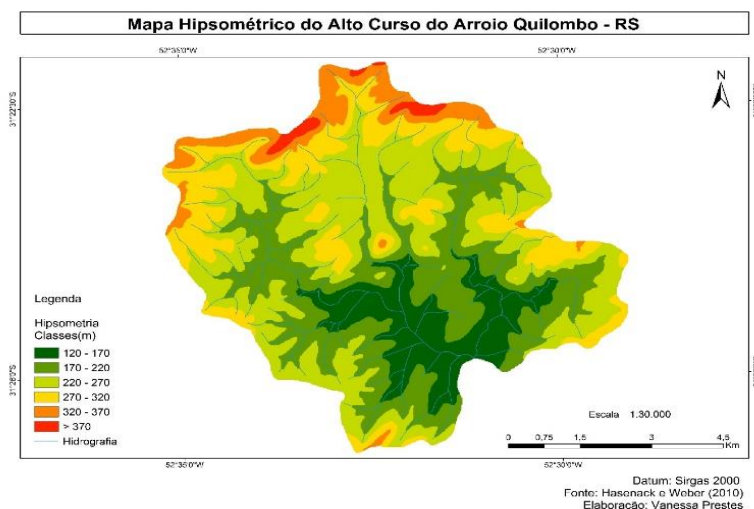


Figura 2 - Mapa Hipsométrico do alto curso do Arroio Quilombo – RS

Fonte: A autora.



Em relação à declividade, o alto curso tem variações de 3% a 75%, que correspondem do relevo plano à montanhoso (Figura 3). Os valores maiores que 75% (forte montanhoso) são pouco significativos, representando do total da área 0,01%, ou seja, 0,00585 km². A classe que apresenta o maior predomínio é a de 8 ÷ 20% (ondulado), abrangendo 21,90 km² ou 41,01% do total da área. Após, segue a classe de 20 ÷ 45% (forte ondulado), com 14,07 km² ou 26,35% do total da área. Estas estão distribuídas ao longo de toda a área de estudo.

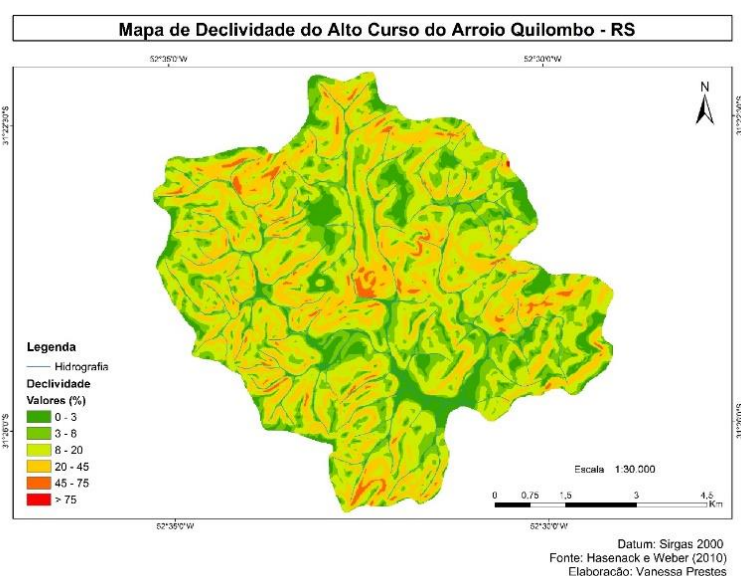


Figura 3 - Mapa de declividade do alto curso do Arroio Quilombo – RS
Fonte: A autora.

A rede hidrográfica segue um controle estrutural forte ao norte do alto curso, apresentando um paralelismo entre determinados canais de drenagem, mas o padrão de drenagem é praticamente dendrítico (Figuras 2 e 3). Na porção noroeste, oeste, sudoeste e sul do alto curso, há uma grande quantidade de vertentes côncavas, apresentando uma área com alta densidade hidrográfica. Simon (2017) afirma que “terrenos relativamente impermeáveis apresentam densa rede de drenagem, enquanto que os mais permeáveis possuem densidade menor”. Assim a ocorrência de solos de baixa profundidade em relevos ondulados e forte como Neossolos Litólicos e Cambissolo formados a partir de rochas graníticas e xistos cristalinos conferem baixa permeabilidade frente ao escoamento superficial.



4 CONCLUSÕES

As geotecnologias são ferramentas essenciais para um primeiro conhecimento da área de estudo. Elas auxiliam tanto na delimitação do objeto como na sua caracterização, auxiliando na representação e na distribuição espacial dos elementos que o constituem.

Os dados obtidos neste estudo, juntamente com outros mapeamentos como o de uso e cobertura da terra, irão auxiliar no planejamento do uso da terra do alto curso do Arroio Quilombo. Tais resultados poderão auxiliar a comunidade local por meio de um maior conhecimento das potencialidades e dos limites do ambiente em que vivem, auxiliando em práticas de conservação para um melhor uso dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- BERTONI, J; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do Solo**. São Paulo. Editora Ícone, 2012. 8ª edição. 355p.
- BOTELHO, R.G.M. Planejamento Ambiental em Microbacia Hidrográfica. In: GUERRA, A. J. T; DA SILVA, A. S; BOTELHO, R.G.M. (Org) **Erosão e Conservação dos Solos: Conceitos, Temas e Aplicações**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012. 7ª ed. n10. p.269-293.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo. Edgard Blücher, 1999.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Súmula da 10. Reunião Técnica de Levantamento de Solos**. Rio de Janeiro, 1979. 83p. (EMBRAPA-SNLCS. Micelânea, 1).
- FERREIRA, M. C. Considerações teórico-metodológicas sobre as origens e a inserção do sistema de informação geográfica na geografia. In: VITTE, A. C. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006. p. 101-125
- FITZ. P.R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo. Oficina de Textos, 2008. 159p.
- HASENACK, W; WEBER, E. Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grandedo Sul. Escala 1:50.000. Porto Alegre: UFRGS, Centro de Ecologia, 2010.
- KERSKI, J. J. **Geo-awareness, Geo-enablement, Geotechnologies, Citizen Science, and Storytelling: Geography on the World Stage**. Geography Compass, v. 9, n. 1, p. 14-26, 2015.
- RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul: Ensaio de Monografia Natural**. São Leopoldo. Editora UNISINOS, 1994. 3ª Edição. 473p.



ROSA, M. **Geografia de Pelotas**. Pelotas. EDUFPEL, 1985. 334 p.

RUTZ, E. C. **Análise Histórica das Enxurradas no Município de Pelotas e as Consequências da Enxurrada de 2009 na Bacia Hidrográfica do Arroio Quilombo, Pelotas/ RS**. 2015. 124 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2015.

SIMON, A. L. H. **Análise e Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas**. Material de aula. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pelotas. 2017. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/fvcdu2nqw7flb3f/AGIBH_AULA_3.pdf?dl=0>.